

SESSÕES DO PLENÁRIO

102ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 07 de novembro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h44, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, convoco uma sessão extraordinária para começar às 18h10min, logo mais, após o encerramento desta, a fim de apreciarmos o Projeto de Lei nº 25.091/2023, procedente do Poder Executivo, que altera a Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, na forma que indica e dá outras providências.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hassan.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas deputados e deputadas, boa tarde à Mesa e boa tarde a todos os que acompanham esta sessão.

Sr. Presidente, gostaria de trazer que estaremos, na próxima sessão da Comissão de Finanças, relatando as contas do nosso excelentíssimo ex-governador

Rui Costa. Apresentaremos, trazendo o relatório e colocando em julgamento para a gente dar continuidade ao processo legislativo das contas do ex-governador e, assim, trazer também o resultado ao Plenário para votação.

Esse relatório, com certeza, acompanha a nossa análise da equipe técnica, agradeço a contribuição do nosso amigo Geraldo, para que a gente pudesse fazer a análise técnica do relatório do Tribunal de Contas do Estado, como também do relatório do Ministério Público, que aprova as contas do ex-governador. Assim também nós acompanharemos o nosso relatório.

Na semana passada, Sr. Presidente, nós fomos arguidos pelo colega Sandro Régis a respeito dos nossos mandatos, mandatos de deputados que estão na base, e foi citado o meu nome. Eu gostaria de trazer a nossa responsabilidade com os eleitores, nossa responsabilidade com os baianos e baianas, que nós temos com o nosso mandato e este mandato, com certeza, ele perguntava, se era nosso ou se era do governador Jerônimo Rodrigues, do governo.

Eu quero responder a esta questão. Em que pese o nobre deputado Sandro Régis não estar presente no momento, mas o nosso mandato, em primeiro lugar, nos foi concedido com a bênção e a vontade de Deus; em segundo, com certeza, o nosso mandato é de todos os baianos e baianas que confiaram em nosso trabalho e em nosso projeto. Com certeza, hoje, graças a Deus, nós temos a honra, o prazer e o privilégio de estar representando esses baianos e baianas que nos deram a honra da sua confiança de ter depositado em nós o seu voto.

Então, com essa responsabilidade, nós estaremos à frente de todas as votações, à frente de todos os projetos que forem apresentados nesta Casa pelo governo, projetos legislativos desta Casa. Com essa responsabilidade, estaremos sempre buscando a melhor decisão. Nós só tomamos a decisão para o que é melhor para a nossa Bahia.

Hoje discutimos o PL que, logo mais, será apreciado. Nós tivemos uma importante reunião agora com o secretário Manoel Vítório, eu que também tenho a honra de estar representante da minha cidade de Jequié, da Associação Comercial e Industrial de Jequié e também do nosso CDL, dirigentes lojistas da minha cidade. Buscamos informações a respeito desse projeto para que a gente possa acalmar essas entidades e essas instituições com informações fidedignas e com informações que venham a nos ajudar a tomar a decisão.

Hoje nós vimos que teremos, na verdade, uma perda de arrecadação da ordem de, mais ou menos, R\$ 3,5 bilhões. A decisão de equiparar a alíquota de ICMS do estado da Bahia a outros estados do Nordeste é realmente necessária, uma vez que nós teremos uma perda de R\$ 3,5 bilhões, mas apenas com um incremento em torno de 1,6. Ainda assim, teremos perdas de umas contas que nos foram apresentadas, em que 75% da arrecadação do estado da Bahia, um estado que hoje faz o dever de casa, que tem suas contas equilibradas, 75% dessas contas são destinadas a investimentos nas áreas de saúde, segurança pública e educação.

Portanto, a Bahia realmente é um estado que tem suas contas equilibradas e, para poder continuar assim, se equipara hoje a alíquota de ICMS à alíquota de outros estados através desta decisão. Nós, com certeza...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) temos essa responsabilidade de estar ao lado do governo tomando essa decisão para que a gente possa manter os investimentos no nosso estado.

Então, esta é a nossa preocupação. Por isso, estamos cumprindo com o nosso papel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito as presenças de todos os deputados que se encontram nas dependências dessa Casa, gabinetes, restaurante, biblioteca, pois temos, nesta terça-feira, projetos importantes para serem votados neste dia. Então, convido todos a comparecerem ao Plenário.

Com a palavra ao deputado Fabrício Falcão, no Pequeno Expediente, por 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Minha boa-tarde a todos e a todas. Para mim, é uma satisfação falar hoje. Nesta semana, estive nos municípios de Bom Jesus da Serra e Mirante junto com o governador da Bahia. Ali entregamos, talvez, mais de 100 milhões em obras naqueles dois municípios, dois municípios pequenos que já foram, inclusive, municípios com alto grau de miséria. E o estado da Bahia entrega ali rodovias pavimentadas, colégio de tempo integral. Para a gente, isso foi uma satisfação imensa.

No dia de hoje, eu também quero falar um pouco da minha amada Vitória da Conquista que, no dia 9 de novembro, completará 183 anos de emancipação. Vitória da Conquista é o terceiro maior município do estado em população, um município importante do ponto de vista geográfico, do ponto de vista de ser um polo regional que agrega mais de 100 municípios que vivem sempre ao redor de Vitória da Conquista em busca de serviços nas áreas de saúde e educação.

Conquista é um município bastante promissor. Inclusive, foi tido como o município da Bahia com melhor qualidade de vida para se viver e para morar; o segundo do Nordeste, perdendo apenas para o município de Petrolina.

Então, para mim, é uma honra viver e morar naquela cidade, naquele município. Ali, tenho meus filhos nascidos e criados lá também.

Nesse momento do seu aniversário, Conquista estará em festa não só pela passagem do seu aniversário, mas ela estará em festa pelo tocante de tantas obras que serão anunciadas na semana de seu aniversário, em Conquista, pelo governador da Bahia.

Estarão lá, em Conquista, vários parlamentares como eu, o deputado daquela cidade; o nobre deputado José Raimundo Fontes, esse grande parlamentar que foi, inclusive, prefeito de Conquista, onde fez uma brilhante administração; o deputado

federal Waldemor Pereira, outro deputado atuante, foi reitor da nossa Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e o governador irá anunciar várias obras importantes para Conquista, como a pavimentação asfáltica de uma região importante que liga o distrito do Pradoso até o distrito do Bate-Pé, uma obra de 27 quilômetros.

Será entregue também um complexo esportivo e escolar, uma obra de mais de 40 milhões, dando a ordem de serviço para construção de mais dois colégios estaduais de tempo integral: um na sede e um no distrito Inhobim, além de outras tantas ações que o governador irá anunciar como presente no aniversário de Vitória da Conquista.

Então, quero desejar feliz aniversário à Vitória da Conquista. Esta cidade me deu a condição de representá-la na condição de vereador e hoje, como deputado estadual, na Assembleia Legislativa da Bahia. Deixo esta homenagem à cidade de Vitória da Conquista neste momento.

Sr. Presidente, esta é a minha fala para o dia de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Por favor, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Abram o som para o deputado Fabrício, por favor.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Rapidinho.

Gostaria de saudar o pessoal da enfermagem que está aqui. Eles têm o total apoio meu, enquanto deputado, porque vocês merecem o que vocês fazem pela saúde e fizeram durante a pandemia. (Palmas)

Parabéns! Sejam bem-vindos.

Esta luta é nossa também, viu?

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro de Jesus.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes, colegas, servidores, o pessoal da enfermagem que está aqui. Contem igualmente com o meu apoio, inclusive, sobre a luta pelo piso salarial. Eu imagino que vocês lutem pelas melhorias diversas, inclusive, sobre questões salariais.

Bem, eu subo a esta tribuna, neste momento, porque eu recebi a informação que hoje se votará aqui, mais uma vez, o aumento da alíquota da nossa carga tributária na Bahia, especificamente do ICMS.

Quanto ao colega que me antecedeu, ele falou em perdas que o estado, em razão de não realizar esse aumento da carga tributária, estaria ocorrendo perdas. Ora, mas, para se falar em ganho ou em perda, isso tem de vir de algum lugar, pois alguém tem de pagar essa conta, porque dinheiro não dá em árvore. Dinheiro não é

igual a capim que nasce lá e você vai lá e o retira e, se você não retirar, perdeu porque passou, e não viu.

Então, as riquezas de um país vêm, obviamente, através da sua produção. Nós temos um ciclo de produção que chega através dessa cadeia produtiva e vai até o consumidor. Então, se fala em aumento da carga tributária, especificamente falando do ICMS, pois vai aumentar mais 1,5%.

Aproveito a presença da categoria de enfermagem para dizer algo, porque vocês são o povo, vocês recebem os seus salários, com toda certeza, para o sustento. Vocês vão ao supermercado, vão a uma loja para sua subsistência, para comprar um alimento, para comprar uma roupa. Hoje o governo quer, mais uma vez, aumentar a carga tributária. Sabe quem paga essa conta? Os senhores. Vocês! Eles falam que é para fazer a redistribuição de renda. Não acreditem nisso! (palmas) Não é para redistribuir nada, é para continuar a implementar este caos em que nós estamos vivendo no estado da Bahia.

Não é pela questão de ser base ou oposição. Não sou eu quem está dizendo isso. Todos vocês acompanham os resultados da educação, o abandono da saúde e dos servidores da saúde, as questões que envolvem a segurança pública, porque todos nós hoje temos medo de pôr os pés nas ruas. Este é um estado com o maior índice de analfabetismo do país. Sou eu que estou dizendo ou inventando isso? Não! Quem diz isso são dados.

É o estado que, mais uma vez, vai aumentar a carga tributária para o povo pagar. Não é para o povo mais rico pagar. É o povo mais pobre quem vai pagar esta conta porque, obviamente, aqueles que circulam a mercadoria em nosso estado vão transferir exatamente essa conta para o consumidor.

Quanto àquele povo mais pobre, vale destacar que é o governo que diz que cuida de pessoas, mas há uma grande diferença entre falar e a prática. É aí que está exatamente a prática ou a estratégia do engano, que é você dizer uma coisa, usar da publicidade e da propaganda enganosa exatamente para levar o povo a engano, mas, na prática, é exatamente isso daqui.

Quem vai pagar o preço dessa carga tributária é o povo na hora em que vai à prateleira, com seu salário, já hiper desvalorizado, nesse estado, o estado de caos em que nós vivemos na Bahia. E vai lá. Os preços vão subir, porque alguém tem de pagar a conta para os companheiros do PT neste estado inchado que nós estamos de continuidade do PT na Bahia infelizmente.

Então, esta é minha primeira fala hoje. Tenho certeza de que o dia será muito extenso, porque nós vamos lutar...

(Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para defender os interesses do povo.

Não ao aumento do ICMS no estado da Bahia!

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente desta Casa e desta sessão, deputado Adolfo Menezes, colegas deputados e deputadas, os presentes nas Galerias Paulo Jackson, os que nos assistem pelas redes sociais, especialmente na *TV ALBA*, hoje este projeto está tramitando nesta Casa e na Ordem do Dia para recompor as alíquotas do ICMS, além de um rebaixamento ou de uma diminuição para o ICMS das telecomunicações. Há também uma elevação de algumas outras atividades econômicas.

E aí, evidentemente, quanto ao imposto, ninguém gosta de pagar, mas, através dos impostos, o Estado funciona. O imposto, ao longo da história humana, foi uma invenção que a sociedade criou para colocar em um lugar que nós denominamos Estado, a instância pública, para que, através desse excedente, o Estado possa funcionar cuidando da coletividade.

Infelizmente, ao longo da história, nem sempre foi assim utilizado esse mecanismo ou essa invenção humana. Muitas vezes, os impostos servem para concentrar renda, concentrar poder; outras vezes, os impostos servem também para...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: (...) aprimorar e...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Conclua.

O Sr. Alan Sanches: A questão de ordem é em qualquer momento, inclusive...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Espere aí, deputado...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: No Pequeno Expediente...

O Sr. Alan Sanches: A partir do momento em que V. Ex.^a vota uma sessão extraordinária, presidente, nem verificação de quórum havia aqui no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A culpa é dos deputados da Oposição que não estavam presentes. Ninguém estava para...

O Sr. Alan Sanches: Não estavam presentes? Então, o acordo que tinha para não pedir verificação de quórum no Pequeno Expediente dá o direito, então, de solicitar a votação de sessão extraordinária?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Os deputados da Oposição não estavam presentes, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Está bom.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Pois é, Sr. Presidente. Eu dizia que o imposto pode ser um instrumento de desigualdades sociais, de desigualdades regionais...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Professor, só um minuto.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan...

O Sr. Alan Sanches: Não tem sentido isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, tenha calma. Deixe-me explicar uma coisa. Se o governo não tiver número suficiente para votar até as 17 horas, não haverá número para votar na segunda. Então, não há problema nenhum.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, a questão não é esta. A questão é que isso muda completamente o sentido desta Casa.

Eu fui convidado para uma reunião com o secretário da SDR. Fui lá ouvi-lo. Por isso, eu estou desde as 14 horas, acreditando que a presidência da Casa, de V. Ex.^a ou de qualquer outro deputado, iria fazer a normalidade, que eu não precisaria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É a normalidade. Está na normalidade.

O Sr. Alan Sanches: Não, não é normal a gente ter a aprovação para haver uma sessão extraordinária, já votada no Pequeno Expediente, repito, no Pequeno Expediente. Então, tudo bem. Não tem acordo nenhum. Tranquilo, sem problema.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alan, aqui, todas as sessões extraordinárias são convocadas na abertura, melhor, foram convocadas, durante todo o período, no início da sessão. Ninguém convoca uma sessão extraordinária... pode até convocar, mas a sessão extraordinária, na praxe, ou ela é publicada no dia anterior ou ela é convocada, pelo presidente, no início da sessão. Sempre foi assim. Não teve nenhum tipo de...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Se a Bancada do Governo não tiver número para votar agora, até as 17 horas, não terá voto para votar na segunda.

O Sr. Rosemberg Pinto: Lógico. Qual é o problema? É porque, hoje, nós não podemos votar antes das 18 horas, porque a sessão terminou... Foi votado, aqui, às 17h22min.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Foi às 17h22min.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Isso!

O Sr. Rosemberg Pinto: Votado às 17h22min. Então...

O Sr. Alan Sanches: O prazo vence com 48 horas. Nós já temos 5 dias. Então, às 18 horas já caiu. Não precisa. Ele já poderia ter votado ontem, inclusive. Não votou porque não tinha quórum. Não estava preparado. Tudo bem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não, não.

O Sr. Alan Sanches: Hoje já poderia ter sido, porque são 48 horas.

O Sr. Rosemberg Pinto: Foi porque sexta-feira...

O Sr. Alan Sanches: Quanto a isso, não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Lembra que teve o feriado de quinta?

O Sr. Alan Sanches: Isso não. Eu só acho que não vou nem usar outra palavra. Mas isso não condiz com a normalidade do andamento da Casa. Mas tudo bem. Não tem problema. Eu sei jogar do mesmo jeito, eu sei jogar do mesmo jeito!

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k. Só para entender, porque o deputado Alan está aqui, presidente.

Eu tive o cuidado exatamente para evitar qualquer questionamento! Quinta-feira foi feriado e sexta-feira foi um dia atípico, ou seja, impressado em um feriado. Então, na minha concepção, nós tínhamos feito a conta de ontem para hoje. Mas se o deputado Alan achar que não precisa mais contar tempo, porque já zerou o tempo, não tem problema...

O Sr. Alan Sanches: Sem problema.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sem problema. Na hora da...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concorde, deputado Alan?

O Sr. Alan Sanches (Fora do microfone): Não! Eu não me sinto... O que eu disse é um fato!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Se V. Ex.^a acha que...

O Sr. Alan Sanches: Eu não preciso concordar com absolutamente nada! O que eu disse é um fato! Já foi corrido o tempo! São 48 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Se V. Ex.^a está admitindo que já foi corrido, não precisa sessão extraordinária.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. Rosemberg Pinto: É.

O Sr. Alan Sanches: Eu vou permitir...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, professor.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero até pedir desculpas a V. Ex.^a, deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Alan Sanches: Pode concluir, pode terminar. Peço desculpas a V. Ex.^a.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Olha, a minha fala era mais conceitual sobre este projeto do ICMS. Mas, com intervenções dos nossos colegas, o meu raciocínio vai ficar prejudicado tanto na ata quanto nas notas taquigráficas.

Eu voltarei em outro momento para explicitar claramente o que eu dizia, ou seja, o imposto pode ser uma ferramenta de desenvolvimento econômico e de combate às desigualdades sociais. A gente não pode abdicar, porque é o único instrumento que nós temos para manter as instâncias públicas.

No caso do ICMS da Bahia e do Nordeste, os impostos foram utilizados, sobretudo o ICMS, para alavancar o desenvolvimento regional, desde a criação da Comissão do Vale do São Francisco na Constituinte de 1946. De lá para cá, outros instrumentos foram construídos e instituídos para combater às desigualdades regionais.

Depois, vieram a guerra fiscal e o incentivo fiscal que hoje estão em pauta nacionalmente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Haverá uma reforma fiscal para que a gente possa equilibrar regionalmente e cobrar impostos daqueles que não pagam. Esse é o caso de 2.500 pessoas que têm quase 1 trilhão investidos no interior e não pagam impostos. Então, é preciso que o imposto seja visto como uma ferramenta da igualdade social e do combate às desigualdades regionais. Por isso, o ICMS. Por isso, esta reforma.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Nós vamos rebaixar as alíquotas nas telecomunicações e subir um pouco, 1% apenas, em outras áreas para manter as atividades essenciais do estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria solicitar, Sr. Presidente, a verificação de quórum...

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. Alan Sanches: (...) para a continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como?

O Sr. Alan Sanches: Verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas não existe um acordo para não se pedir verificação de quórum no Pequeno Expediente?

O Sr. Alan Sanches: Existe. V. Ex.^a mesmo já quebrou este acordo quando V. Ex.^a e o deputado Samuel pediram a verificação, e a sessão caiu às 14h35min, começando, inclusive, às 14h30min. Então também não teve acordo nesse dia.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, isso não é mais acordo. Isso ficou registrado que, regimentalmente, seria inserido depois, mas já ficava como regra de que não poderia pedir verificação de quórum para a continuidade da sessão no Pequeno Expediente. Eu não tenho nenhum problema. Se o deputado Alan entende que isso não pode ser feito, não tem nenhum problema. Aí, a gente faz.

Agora, deputado, eu também terei o direito de, em todas as sessões nas quais eu não tiver interesse, pedir verificação de quórum e tirar o pessoal daqui. Depois, não cobre que eu não quero que a Oposição fale ou não nesta Casa. Digo isso porque não dá, entendeu?

Isso não é mais acordo. Isso ficou combinado que seria inserido no Regimento da Casa. Enquanto não alterava, isso estava valendo para que pudesse manter o Pequeno Expediente funcionando. Tanto que outro dia eu fui questionado sobre essa possibilidade. Eu pedi para que a pessoa, que ia fazer a verificação de quórum, retirasse o pedido para evitar que tivesse qualquer tipo de questionamento.

Orador não identificado: Abriu o precedente.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu só queria saber se o deputado Alan vai manter a verificação de quórum para eu fazer o meu encaminhamento.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, então, vou usar os meus 5 minutos para a minha verificação.

Existia um acordo, durante muito tempo, na legislatura passada. Algumas vezes, isso foi questionado. Eu me lembro de o deputado Paulo Rangel falar, inclusive, desse acordo. E V. Ex.^a, o deputado Samuel, depois até um outro deputado, do qual eu não recorde, há uns 21 dias, inclusive foi matéria na *Metrópole*, na *Rádio Metrópole*, no site, dizendo o seguinte: a sessão tinha durado 6 minutos. E isso foi no horário do Pequeno Expediente nesta legislatura.

Então, não foi eu quem quebrou acordo, absolutamente, nenhum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, até porque os deputados estão todos descansados, porque teve feriado longo.

Marquem o tempo aí.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, o meu tempo...

(O Sr. Rosenberg Pinto e Adolfo Menezes falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou acatar, porque se os deputados também não estiverem presentes para votar, mesmo depois do feriado, a sessão cai.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosenberg Pinto: Mas eu quero encaminhar no meu tempo para, depois, o senhor marcar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., pode encaminhar.

O Sr. Rosenberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Rosenberg Pinto): Mas, depois, marca a verificação de quórum.

O Sr. Rosenberg Pinto: Depois da minha fala, O.k.?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, primeiro, é bom deixar claro que todas as sessões que deixaram de existir no Pequeno Expediente não foram por pedido de verificação de quórum da Base do Governo.

Isso aconteceu porque havia três deputados presentes. Depois da fala dos deputados, não tinha mais deputado presente, não tinha nenhum deputado inscrito. Por isso, não tinha razão a continuidade da sessão. Não foi por encaminhamento de verificação de quórum.

Eu quero, também, nesse sentido, ficar muito à vontade, deputado Alan, porque não houve nenhum tipo de tentativa de utilização de qualquer tipo de jogo

para convocação da sessão extraordinária. Quanto à sessão extraordinária sempre foi tradição desta Casa, em regime de urgência...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E votar no início.

O Sr. Rosemberg pinto: (...) de votar.

Então eu queria, presidente, aproveitar, no meu encaminhamento ou na minha questão de ordem, para pedir a todos os deputados e deputadas que possam se fazer presentes para que a gente possa dar continuidade à sessão e votar hoje um projeto.

Este projeto é importante para o equilíbrio das contas do estado da Bahia, para que a gente possa, inclusive, garantir os diversos investimentos no estado durante o ano de 2024. Além do mais, o projeto prevê a redução dos descontos do ICMS de energia e de telefonia.

Isso vai garantir, para todos os baianos e baianas, uma redução, deputado Hassan, nas contas de energia porque vai diminuir a tributação do ICMS. Ou seja, hoje, esta votação, na realidade, é um ganho para a sociedade baiana porque você está reduzindo o ICMS de telefonia e o ICMS de energia, porque a energia é um bem universal. Então quando você reduz, você reduz para todo mundo. Logo, a ampliação de 1,5% é para uma parte da população; enquanto você está reduzindo para toda a sociedade baiana.

Mas como já é este o entendimento do deputado Alan, eu quero pedir a todos os deputados e deputadas se fizerem presentes para que a gente possa atender à verificação de quórum.

Mas quero deixar registrado, presidente, todas as vezes em que nós não tivermos interesse nenhum na pauta, eu, pessoalmente, pedirei verificação de quórum no início da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, que fiquem registradas as palavras dos deputados Rosemberg e Alan.

Por favor, marquem o tempo de 15 minutos e zerem o painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Os Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, cansados depois do feriado, por favor, façam um sacrifício de vir ao Plenário da Casa, a fim de dar as suas presenças.

Solicito zerar o painel, por favor.

Srs. Deputados, presentes em Plenário, por favor, marquem as suas presenças.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum.

Deputados Bobô e Roberto Carlos, marquem as suas presenças.

Os deputados que se encontrem na Casa, nos gabinetes e em outras dependências, favor comparecer ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Passo a chamar os seguintes deputados: Angelo Coronel, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Hilton Coelho, Laerte do Vando, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina.

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

(O deputado Tiago Correia se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tiago, não se preocupe porque tem número na Bancada do Governo para votar. Não se preocupem.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, quero registrar aqui a presença extremamente importante das profissionais e dos profissionais da enfermagem aqui nas nossas galerias.

(As galerias se manifestam com palmas.)

É uma categoria que lotou o auditório desta Casa para fazer um debate sério sobre a questão do piso, que é uma vitória, a meu ver, do povo brasileiro, já que o reconhecimento à categoria, a todos os segmentos da enfermagem, foi algo, especialmente após a pandemia, que se generalizou no país e, obviamente, com todas as justificativas, com as justificativas mais profundas possíveis...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, o deputado Hilton está como orador ou está com a questão de ordem? Porque aqui está constando como orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como orador.

O Sr. Alan Sanches: Como é que tem orador se nós temos 17 presentes?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como?

O Sr. Alan Sanches: Nós só temos agora 18 deputados presentes.

O Sr. Hilton Coelho: Eu solicito a questão de ordem, Sr. Presidente, então.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tanto faz.

O Sr. Alan Sanches: Não!

O Sr. Hilton Coelho: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alan hoje está...

O Sr. Alan Sanches: Tem que mudar. Não, não! Está como orador. Eu quero só entender.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem. Termine a questão de ordem porque eu me equivoquei. Questão de ordem, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: O.k. Obrigado, presidente.

Essa categoria protagonizou aqui uma grande audiência pública que evidenciou o quanto é absolutamente injustificável, Sr. Presidente, o desrespeito ao piso salarial da enfermagem na Bahia.

Eu queria trazer dois exemplos aqui que para mim são muito importantes, porque a categoria conseguiu fazer alterações constitucionais, porque se dizia que era preciso alterar a Constituição para que o piso fosse implementado. E isso foi feito. Os governos e a iniciativa privada falaram que não havia recursos, que as

empresas iriam quebrar, que os governos, os municípios, os estados não tinham condições de implementar. Foram encontrados R\$ 33 bilhões! Eu quero repetir aqui: R\$ 33 bilhões foram encontrados no Orçamento para se implementar o piso da enfermagem.

E agora os governos estão fazendo manipulações que são inaceitáveis. Por exemplo, aqui na Bahia, uma gratificação que sempre foi gratificação variável e que, portanto, não pode ser considerada parte do piso, tornou-se agora uma gratificação fixa, não variável. Saía nos contracheques como gratificação variável e o governo passou a imprimir, deputado Pablo, os contracheques definindo a gratificação como fixa. Uma tremenda cara de pau! Trata-se da GID. A GID é variável, não pode fazer parte do piso. E querer colocar a GID no piso significa que esses trabalhadores terão sua remuneração e seu piso solapados, por exemplo.

Então o governo tem de sentar, negociar com a categoria, porque dinheiro tem. E não é possível que o recurso chegue para o estado, e o governo, na prática, desvie o dinheiro que vem como recurso nacional, para não implementar o piso.

Da mesma forma, eu quero cumprimentar as trabalhadoras de home care pela presença.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Essas trabalhadoras, Sr. Presidente, a meu ver, uma parte dessa categoria está trabalhando numa situação análoga à escravidão. Trabalham, muitas vezes, deitados, para o descanso, num colchão no chão. Existem casos deprimentes, de assédio, que são relatados, dessas trabalhadoras e trabalhadores.

E quando a gente vai olhar o contracheque... Hoje, teve uma trabalhadora que me mostrou que, por 24 horas de trabalho, Sr. Presidente, essa trabalhadora me mostrou um contracheque, se eu não me engano, bruto...

O Sr. Tiago Correia: Quórum restabelecido, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: (...) de R\$ 1.080...

O Sr. Tiago Correia: O quórum foi restabelecido, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: (...) e líquido era cerca de R\$ 900.

A associação das trabalhadoras, a organização, nos relatou dados de que elas vêm ganhando R\$ 900, R\$ 700...

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, o quórum foi restabelecido.

O Sr. Hilton Coelho: (...) isso é inaceitável!

Então não tem piso no Brasil; não tem piso na Bahia. E existe no campo da enfermagem, a nosso ver, um trabalho análogo à escravidão. Por isso nós precisamos que haja uma mesa de negociação séria. Muitas cooperativas não passam de empresas hoje...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que estão superexplorando as trabalhadoras. Para se ter uma ideia, de 43...

O Sr. Tiago Correia: O quórum foi restabelecido, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: (...) das chamadas cooperativas, 26 não são legalizadas. Então o setor está completamente descoberto e trazendo para essas trabalhadoras uma situação de perda total de dignidade.

Então eu quero cumprimentá-las pela coragem de estar aqui, de estar nas ruas, dizer que o nosso mandato estará com vocês sempre...

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, o quórum foi restabelecido.

O Sr. Hilton Coelho: (...) até que seja feita justiça...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) que é a implementação do piso, de fato, e não de uma inversão da realidade, uma fraude, do ponto de vista da remuneração desse segmento tão importante para a sociedade, tão comprovadamente importante, historicamente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

Restabeleçam o quórum anterior, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir o Pequeno Expediente, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, visitantes, imprensa, servidoras, servidores.

Presidente, ontem, nós fizemos uma reunião aqui, nesta Casa – o deputado Robinson também participou – com os trabalhadores da Unigel, antiga Fafen, do Polo Petroquímico de Camaçari, que, por uma motivação de equilíbrio no insumo de gás natural, acabou. E a Unigel tomou a decisão de colocar em aviso-prévio os 385 funcionários daquela unidade. Isso, sem dúvida alguma, traz um problema grandioso para todos nós, porque, além de ser uma unidade que produz fertilizantes para o Nordeste, nós teremos a redução do número de trabalhadores com carteira assinada aqui na Bahia.

Por isso, hoje, o governador Jerônimo Rodrigues tomou a iniciativa de agendar uma reunião com o presidente da Petrobras, já que a unidade, a estrutura física pertence à Petrobras, para que possa, numa relação entre governo do estado, Petrobras e Unigel, encontrar um caminho para a retomada do funcionamento dessa unidade de fertilizantes aqui na Bahia. Isso para que a gente possa garantir a volta dos trabalhadores que se encontram em aviso-prévio.

Então quero aqui sinalizar, deputado Robinson, para os servidores da Unigel, os encaminhamentos que já foram dados. Hoje, eles foram recebidos pelo governo, agora pela manhã, e o objetivo é que até sexta-feira a gente possa fazer essa reunião e encontrar uma saída para os servidores.

E a outra questão é esse projeto que nós vamos apreciar hoje aqui. Diferentemente da tentativa de demonstrar um problema de oneração para os baianos e baianas, hoje, o secretário Manoel Vitorio conversou com o segmento empresarial da Bahia, representado pelas diversas federações, aliás, todas as federações empresariais estiveram presentes. Logo depois, aqui nesta Casa, ele conversou com os deputados interessados em ter as informações. Fiz, inclusive, o

convite ao deputado Alan Sanches. Ou seja, é um projeto de adequação das contas públicas que é apresentado aqui e que traz um ganho significativo do ponto de vista da redução de algo que é preponderante para a população de qualquer lugar do mundo, que é energia, principalmente energia elétrica.

Então há uma redução das tarifas de energia, no que diz respeito à cobrança de ICMS, no projeto que é apresentado. Você amplia de 19% para 20,5%, equilibrando as contas, no geral. Ou seja, equilibrando essa tarifa, essa tributação com estados como Pernambuco, mas você traz uma...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) redução no projeto que vai gerar uma diminuição de custo para as pessoas físicas, e também para as empresas, todas as empresas que utilizam energia como insumo importante para os seus produtos. Por isso que eu espero que a gente entenda, compreenda o projeto. Os empresários, nessas duas reuniões que nós...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fizemos, saíram entendendo a importância do projeto e, depois, com o projeto aprovado, vamos abrir uma discussão com cada segmento empresarial para buscarmos algum tipo de desequilíbrio que possa acontecer nesse segmento empresarial.

E aqui, deputado Hilton, quero, em nome da Bancada do Governo, me solidarizar e dizer que estamos todos antenados com o piso da enfermagem. Entendendo que o piso, que é lei, é para valer. E é necessário que se encontre, sim, do ponto de vista real, o Orçamento necessário para garantir que estados, municípios e a União possam, de fato, cumprir essa lei que foi aprovada com uma participação popular muito grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito no Grande Expediente.

Concedo a palavra...

O Sr. Rosemberg Pinto: Tem orador no Grande Expediente, Sr. Presidente. O deputado Robinson vai falar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai falar, é? Não é no Horário das Representações Partidárias, não? PT ou PP?

O Sr. Robinson Almeida (fora do microfone): PT.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, membros das galerias que nos acompanham no debate, quero aqui também declarar meu apoio, minha solidariedade, ao movimento da enfermagem pela implantação do piso.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Eu estive recentemente em uma audiência pública e, lá, ficou bem estabelecido que, no Brasil, quando cada uma das instituições não cumpre a sua função, nós criamos uma enorme confusão.

Então, no caso específico do piso, uma lei aprovada no Congresso Nacional pelos deputados, pelos senadores, depois, foi modulada pelo Supremo Tribunal Federal. Acontece que o Supremo não pode legislar, assim como o Executivo não pode legislar, o Legislativo não pode executar e o Poder Judiciário tem o papel de defender e interpretar as leis e de garantir a constitucionalidade dos atos produzidos pelo Legislativo.

Então, quando o STF foi modular o piso nacional, ocorreram vários problemas que estão repercutindo nos estados e municípios. A questão da carga horária é uma repercussão dessa modulação e os outros aspectos em relação ao que é fixo, ao que é variável, ao que é piso, ao que não é piso, ao que é vantagem, ao que não é vantagem. Aí, abriu o que era uma lei muito objetiva para uma verdadeira batalha jurídica e política que continuará sendo travada.

Mas a luta pelo piso da enfermagem é uma luta que tem 30 anos, é uma luta que vem há muito tempo. Com a pandemia, ficou muito evidente a importância desse segmento para o Sistema Único de Saúde, para a saúde pública no Brasil, e foi esse impulso que deu força à categoria para fazer com que o Congresso aprovasse o piso nacional.

Mas tudo na vida é feito de desafios. Assim como foi o desafio de aprovar a legislação, agora nós estamos com o desafio de implementar o que foi aprovado, porque as repercussões são várias, nos estados e municípios. Há também os profissionais de home care – que eu conheço porque vivi uma situação em família em que vi o trabalho desses profissionais – e fui procurado pelas cooperativas. Essa é a forma mais tradicional de funcionamento da atividade econômica desse prestador de serviço na área de saúde, através de cooperativas. Mas como é que as cooperativas poderão pagar o piso se os planos de saúde, que são os que contratam os que prestam serviço, não remuneram as cooperativas de acordo com o que está estabelecido na lei?

Então são situações objetivas que têm de ser enfrentadas. Foi dada uma sugestão – com a qual concordo plenamente – de que haja uma mobilização nacional também, porque essa questão do Supremo, essa questão do Congresso Nacional não pode, lá, de Brasília, dizer como funciona ou como não funciona e achar que está resolvido aqui embaixo. Porque, me perdoe aqui a ausência, os juízes, os ministros do Supremo não pisam aqui no terreno, não participam das audiências públicas, não conversam com os sindicatos, com as associações, não recebem esses

segmentos para entender o que é que está acontecendo aqui embaixo, com as suas decisões.

Então precisa que a categoria vá até lá para dizer o que é que realmente ocorreu com essa modulação feita pela Suprema Corte. E eu creio que vocês estão no caminho certo da mobilização. Quero parabenizar o deputado Hilton Coelho, que promoveu a audiência pública, e a deputada federal Alice Portugal, que é, como eu a chamei na audiência pública, uma enfermeira *honoris causa*. Apesar de ser formada em Farmácia, ela é identificada como profissional de saúde de diversas especialidades, inclusive da enfermagem, porque é uma pessoa muito atuante em Brasília por defender os trabalhadores de uma forma geral, e os trabalhadores do serviço público e da saúde, em particular.

Nós vamos continuar nessa luta, em interlocução com o governo do estado, porque há questões aqui também na Bahia a serem tratadas no âmbito da Secretaria da Saúde. E essa foi outra demanda debatida na reunião. Então parabéns a vocês por essa luta! Vamos seguir em frente até que o piso nacional da enfermagem vire realidade em todos os municípios e em todos os estados, para todos os profissionais, porque vocês merecem. Vocês merecem muito esse piso!

(As galerias se manifestam com palmas.)

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu também quero registrar que, hoje, pela manhã, o governador Jerônimo Rodrigues lançou o programa Bahia Mais Inovadora. É um conjunto de ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação para levar, estimular e difundir a ciência e a tecnologia em todos os territórios da Bahia. Além da ampliação do acesso, a ampliação da conectividade, com o projeto Conecta Bahia, que vai levar internet gratuita para o interior do estado, especialmente aos pequenos municípios, distritos, e, também, por determinação do governador, às aldeias indígenas, aos quilombos, para a gente incluir digitalmente a nossa gente. Há os sem-teto, há os sem comida e há também os sem acesso à tecnologia e à internet, e isso é necessário que seja colocado como política pública.

Então foram várias ações apresentadas, hoje, no Sesi-BA da Cidade Baixa. E foi muito importante que o governador do estado tenha lançado esse pacote de medidas para difundir a ciência, que foi tão combatida no último período, mas foi a ciência que salvou a humanidade. A vacina foi desenvolvida pelos cientistas, e é graças à vacina que nós podemos estar aqui hoje, vivos, participando desta sessão, sem usar máscaras. É a ciência que tem contribuído para o progresso e o desenvolvimento da humanidade.

A ciência venceu o coronavírus e também venceu o obscurantismo do governo anterior, que tinha o combate à cultura, à ciência, às universidades como pilar de sustentação da sua ideologia retrógrada, que felizmente foi derrotada pelo povo brasileiro, que elegeu uma pessoa sensível aos problemas do povo, antenado e contemporâneo com o desenvolvimento atual do mundo e que hoje é respeitado em todo lugar, que é o nosso querido presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula foi eleito e, nesses 10 meses, tem sido motivo de orgulho para o país. Em todo lugar que Lula chega no mundo, é reconhecido como “o cara”. O Brasil voltou! O Brasil que voltou a crescer acima das expectativas do mercado; o Brasil que voltou a fazer o seu dever de casa com as políticas sociais; retomou o Minha Casa, Minha Vida; retomou o Mais Médicos; ampliou e retomou o Bolsa Família; o Farmácia Popular do Brasil, para levar medicamento para quem não tem acesso a esse tipo de remédio essencial, especialmente de uso contínuo.

Então o Brasil mudou completamente a sua forma de cuidar do povo, nesses 10 meses. O Brasil escolheu certo, escolheu pelo desenvolvimento, pela civilidade, para combater o ódio, as *fake news*, a mentira, que foi a marca registrada do último governo. Foi o primeiro presidente – único na história – que, sentado na cadeira, aparelhando a máquina, mudando a Constituição, dando vale para várias categorias, não conseguiu ser reeleito. Ele entra para a história. E, depois, os escândalos que se sucederam: as joias que receberam, que foram vendidas na bacia das almas, nos Estados Unidos; o seu ajudante de ordem que coloca na delação premiada os escândalos que ocorreram no Palácio da Alvorada que, infelizmente, envergonham o nosso país.

São uma nódoa na nossa história esses últimos 4 anos; 4 anos que serão esquecidos definitivamente. Porque o povo brasileiro não viverá mais aquela experiência, uma experiência nefasta, em que o Brasil passou por momentos difíceis, se isolou internacionalmente. Até o nosso combustível foi dolarizado, indexado e precisou o presidente Lula voltar para dizer que o povo brasileiro ia pagar o gás de cozinha, a gasolina e o diesel de acordo com a sua capacidade financeira e não para encher os bolsos dos acionistas da Petrobras, que foi a política desenvolvida nos últimos anos.

Deixaram um rastro de destruição. Privatizaram a nossa refinaria aqui e o baiano paga o maior preço de combustível do Brasil, deputado Eures. Esse é o rastro da destruição que ficou até hoje e nós estamos enfrentando os problemas das empresas privatizadas, como é o caso da Coelba, que V. Ex.^a sabe que presta um péssimo serviço e é uma situação que não pode continuar tendo a titularidade desse serviço sem corresponder com uma prestação digna para o povo baiano.

Quero aproveitar também, Sr. Presidente, para parabenizar o secretário Felipe Freitas que, no dia de hoje, entregou as instalações do Procon completamente reestruturadas, modernizadas, com o uso de tecnologia para que esse seja um órgão de escuta do povo baiano, especialmente das reclamações de funcionamento dos serviços públicos e privados. O Procon, hoje, está de cara nova por uma ação muito importante feita pelo secretário Felipe Freitas e pelo governador Jerônimo Rodrigues.

Mas a cidade do Salvador, Sr. Presidente, está vivendo uma expectativa muito difícil para a próxima semana. Os rodoviários anunciaram uma paralisação no setor de transporte para a semana que vem. E por que os rodoviários anunciaram essa paralisação? Porque não há garantia de recebimento da primeira parcela do 13º salário, no final do mês, em 30 de novembro. E isso é da inteira responsabilidade da

Prefeitura de Salvador que, desde a gestão passada, adotou um modelo equivocado de concessão do serviço de transporte, a chamada concessão onerosa.

E, ao invés de ajudar e subsidiar o transporte público, como acontece em todo lugar do mundo, o metrô em Salvador e Lauro de Freitas é subsidiado pelo governo do estado. É assim em todo lugar do mundo! Aqui em Salvador, o atual grupo impôs uma taxa de R\$ 180 milhões às empresas que ganhassem a licitação. E é óbvio que o empresário não ia tirar do bolso, o empresário tinha que tirar da tarifa. E a tarifa subiu, mas mesmo assim não conseguiu pagar esses R\$ 180 milhões.

Então os empresários faliram, das três bacias que operam aqui. Uma fechou, que era a bacia responsável pela operação da orla de Salvador, da Orla Atlântica de Salvador, e as outras duas estão cambaleando e a prefeitura não resolve, não fiscaliza o contrato feito para a licitação. Os ônibus tinham de ser renovados em um prazo máximo de 3 anos e meio; toda a frota tinha de ter ar-condicionado e não tem; além da diminuição de cem linhas que foram canceladas na cidade de Salvador.

Eu ando nos bairros populares; eu vou a Cajazeiras; eu vou ao Subúrbio; eu vou ao Cabula; Pau da Lima; Marechal Rondon; e as pessoas me dizem: “Deputado, nós estamos isolados nos nossos bairros. Nós não podemos sair! Os ônibus passam aqui de 1 em 1 hora ou de 2 em 2 horas. Nós não podemos chegar ao metrô. Faça alguma coisa, porque a prefeitura simplesmente cortou as nossas linhas e inventaram um BRT.” Um BRT que sobrepõe uma linha existente! Todo mundo que estiver na Estação da Lapa e quiser chegar até o Iguatemi já tem uma linha de metrô funcionando, rápida. Em menos de 15 minutos, você vai da Lapa até a rodoviária. E foi feito um BRT com mesma origem e destino: da Lapa até a rodoviária.

Então é um investimento de mais de R\$ 1 bilhão em um modal considerado defasado em todo o mundo e hoje não resolve, porque quando você passa por esse BRT você vê as estações vazias porque a população não usa. Modificou o trânsito da cidade para pior! Construíram um semáforo na entrada da Avenida Paralela, ali, defronte do antigo Makro, onde hoje tem o Atacadão Atakarejo, foi feito um semáforo para o BRT fazer o contorno. Isso significa que o trânsito todo será prejudicado, causando mais engarrafamentos naquela região.

Portanto, é de responsabilidade do prefeito a greve anunciada pelos rodoviários para a semana que vem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) lutando pelos seus salários, especialmente o pagamento do 13º salário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 5 minutos. Sendo 2 minutos, com tolerância de 3 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, nós queríamos abordar aqui a situação da Serra da Chapadinha, que é um verdadeiro santuário do ponto de vista ambiental, localizado na nossa Chapada Diamantina. O local vem sofrendo tremendamente com as intervenções que estão sendo feitas pelos homens e também pelas ameaças de instalação de uma mineradora que pode agravar tremendamente a situação ali, em toda a região, com decorrências, inclusive, para o abastecimento de Salvador, de sua Região Metropolitana e de, aproximadamente, 80 municípios que cercam a nossa cidade. Não apenas Salvador, como em todos esses municípios, através do comprometimento do abastecimento do Rio Paraguaçu.

O Rio Paraguaçu pode passar a ser vitimado pela ação de uma mineradora, caso se dê o licenciamento dela. E, ao mesmo tempo, nós precisamos cuidar do nosso meio ambiente, deputado Zó. A situação no mundo, hoje, neste Antropoceno que nós estamos passando agora, é uma situação extremamente grave, e nós não precisamos rodar pelo planeta, apesar de olhar hoje...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os noticiários internacionais, e olhando, nós percebemos o que está acontecendo. Mas a própria situação da região amazônica é emblemática. O Rio Solimões e o Rio Negro, que eram rios gigantescos, praticamente secaram, deixando toda uma região sem abastecimento e criando uma situação, do ponto de vista ambiental, extremamente preocupante. Nós não podemos deixar que aconteça a mesma coisa com o nosso meio ambiente e os nossos recursos hídricos. Por isso, defendemos a criação da Unidade de Conservação Estadual da Serra da Chapadinha.

Isso é urgente, aprovamos a criação aqui, nesta Casa, por unanimidade, no entanto, não percebemos um posicionamento, por exemplo, da secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia. É preciso que o governo se sensibilize em relação a essa possibilidade de agressão ambiental e de sacrifício não apenas dessa geração, mas das gerações futuras.

Então, eu quero dizer que as águas não nascem nas barragens, as águas conseguem ser acumuladas a partir de regiões que são patrimônios naturais preservados. Se nós não fizermos isso, nós não teremos a possibilidade de contribuir para que a própria vida no planeta se desenvolva, para que tenhamos também aqui, na Bahia, condições mínimas de sobrevivência, condições de dignidade do nosso povo. E eu quero lembrar que atividade humana nenhuma, inclusive, a atividade econômica, pode ser realizada sem água.

Então, a situação no estado da Bahia é, a meu ver, dramática, e nós precisamos, entre outras coisas, da aprovação dessa Unidade de Conservação Estadual da Serra da Chapadinha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, vão falar o deputado Júnior Muniz, por 5 minutos, e a deputada Fátima Nunes, por mais 5.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas o deputado Júnior é do PT.

Com a palavra o deputado Júnior.

O Sr. Tiago Correia: Júnior, do PT, por favor.

O Dr. Diego Castro: Júnior, defenda Bolsonaro aí, Júnior.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, é um prazer estar aqui juntamente com os nossos deputados depois de um final de semana de feriado e ver esta Casa lotada dos nossos deputados.

Quero cumprimentar os nossos participantes das galerias e dizer que nós estamos juntos nessa luta em prol da enfermagem.

Sr. Presidente, mas vim a esta tribuna dizer que hoje iremos votar o ICMS, iremos votar com todo o orgulho porque nós somos o único estado do Nordeste que temos só 19%. Então, para que nós possamos reverter isso para obras em cada canto do estado, precisamos, sim...

Quero parabenizar o governador Jerônimo porque ele, meu caro deputado Euclides Fernandes, foi quem trouxe a BYD, que vai ser instalada em Camaçari, gerando 5 mil empregos. Esse é o governador do progresso, juntamente com o nosso presidente Lula, olha que bonito, olha que bacana!

O deputado, nosso querido deputado Tiago, vai poder chegar lá em Camaçari e Vitória da Conquista e dizer que foi o governo do progresso, foi o governo de Jerônimo, foi o governo de Lula que trouxe a BYD para Camaçari. Então, é isso, meu caro deputado, você pode chegar nos quatro cantos...

Mas quero parabenizar o governador, amanhã ele vai agraciar diversos municípios da Bahia com ambulâncias, chegará a diversos municípios do nosso estado ambulâncias zero-quilômetro, de emendas parlamentares.

Olha quantos deputados vieram aqui esbravejar, gritar e dizer que o governo não pagava emendas. O governador Jerônimo está dando a resposta, entregará amanhã ambulâncias zero-quilômetro, frutos da emenda de cada deputado. Parabéns aos deputados!

E vamos estar aqui, sim, para aplaudir o governador que mais trabalha, que mais incentiva o trabalhador, que é o governador Jerônimo, tem todo o nosso apoio as votações que o nosso líder Rosemberg vai colocar aqui em pauta. Vamos votar em peso. Não tenho dúvida de que a Oposição vai se conscientizar e dizer: “Vamos votar juntos! Vamos votar juntos para podermos trabalhar cada vez mais pela Bahia”.

Nessa semana, Sr. Líder Rosemberg, estive com o prefeito de Jacobina na Embasa, e fomos atendidos por Leonardo, nosso presidente da Embasa, que disponibilizou vários recursos de nossa emenda para atender o município de Jacobina.

Estivemos também, nessa semana, com o prefeito Robertão, lá de Presidente Dutra, onde também, frutos das nossas emendas, vão ser disponibilizados na Cerb...

Então, esse é o trabalho do governo do estado, que vem atendendo cada deputado aqui desta Casa.

O deputado José de Arimateia vai ficar feliz, vai chegar em Feira de Santana com sua faixa do Fluminense, do tricolor, não é isso, deputado? Ele está aqui todo feliz, todo alegre, e tenho certeza de que vai votar junto com a Bancada do Governo a favor do aumento do ICMS porque vai trazer obras para a Bahia.

O deputado Pablo está ali ao lado do ex-deputado Humberto Cedraz, para quem eu mando um abraço, e ao lado de Binho Galinha, que também vai ajudar nesta votação.

Meu caro deputado Leandro de Jesus! Com ele tive ontem um debate democrático, mas amigável, lá no *PodIB*, o informativo do *Informe Baiano*, ao lado daquele grande jornalista, para quem quero mandar um abraço, Ramon. Lá foram feitos vários questionamentos, mas saímos felizes porque foi um embate democrático no qual eu defendi a minha bandeira, e ele defendeu a dele. E saímos de lá amigos e unidos para trabalharmos nesta Casa em prol da Bahia.

Fico feliz em ver o meu presidente novamente nesta Casa, ele que tirou umas férias. Quero, meu presidente Adolfo Menezes, parabenizá-lo pelo seu aniversário, que foi nesses últimos dias, a Casa sentiu a sua falta nesses 2 dias em que você estava fora. Mas parabéns pelo seu aniversário, que Deus possa abençoá-lo cada vez mais, que Deus possa lhe dar forças para, juntos, votarmos e trabalharmos pela Bahia, pela sua tão linda cidade, que é Campo Formoso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

É um orgulho estar aqui com esses ilustres deputados para dizer que hoje vamos votar, votar a favor do povo da Bahia.

E muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Bobô.

O Sr. Rosemberg Pinto: São 7 minutos. Presidente, são 7 minutos porque eram 12 minutos, e ele falou por 5.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde. Deputadas e deputados, é um prazer voltar a esta tribuna e iniciar, claro, parabenizando o deputado Adolfo Menezes pela passagem do seu aniversário e aqui lhe desejar o melhor, muita saúde, muita energia para continuar tocando o trabalho desta Casa, que é tão importante para o povo da Bahia.

Mas eu quero fazer uma saudação, presidente, em agradecimento pelo final de semana que nós passamos em algumas cidades da Bahia, trabalhando a conferência municipal do nosso partido, PCdoB, conferências muito importantes.

Nós iniciamos essa peregrinação no final de semana, na cidade de Itiúba, ou seja, na sexta-feira pela manhã, com a nossa grande liderança de Itiúba, aliás,

grandes lideranças de Itiúba, mas, em especial, a da ex-prefeita Cecilia Petrina, que assume a presidência, mais uma vez, do nosso partido, na cidade.

Na parte da tarde de sexta-feira, nós fomos a Ponto Novo, e aqui quero fazer um agradecimento muito especial ao presidente do PCdoB municipal de lá, Artur Paiva, o encontro lá se transformou em uma conferência regional porque outros dois municípios participaram também, Caldeirão Grande e Filadélfia, isso na sexta-feira.

No sábado, pela manhã, nós fomos a Andorinha, também com a participação efetiva da população, e aqui vai o meu abraço a todos eles, em especial, ao nosso Vagner Lavor, pré-candidato a prefeito da cidade de Andorinha.

No sábado à tarde, no dia do jogo e no horário do Fluminense, deputado, nós estivemos na cidade de Cansanção também com a nossa conferência municipal. Por conta desse encontro político, acabei não podendo assistir ao jogo em que o Fluminense ganhou um título tão importante da Libertadores da América. E aqui também vai o meu agradecimento e meu abraço à população de Cansanção, em especial, à grande liderança nossa, que é Alex, do sindicato.

No domingo, foi na minha cidade, em Senhor do Bonfim, onde nós fizemos uma grande conferência, com uma participação popular muito grande, muito expressiva, e a participação de todos os partidos políticos de esquerda.

E aqui também fica a minha gratidão a esses cinco municípios e a todas as pessoas que participaram e prestigiaram esse grande encontro do nosso partido.

Mas, presidente, eu quero rapidamente falar e agradecer ao governador Jerônimo Rodrigues pelos investimentos na cidade de Itiúba, especialmente num momento de seca grande e de muita dificuldade que a população do Semiárido está passando.

Eu quero agradecer pela requalificação de 322 aguadas em Itiúba, já executadas, beneficiando centenas de famílias. E a gente agora aguarda as chuvas para que a gente possa ter uma condição de armazenar água para passar por esse período.

Mas não foi só isso. Também construímos, por meio da CAR, cem tanques para consumo humano, ou seja, cisternas de 16 mil litros em Itiúba para que possamos garantir água para consumo humano para mais de cem famílias naquela cidade de Itiúba. Amanhã, para complementar Itiúba, entregaremos mais uma ambulância, eu e o deputado federal Daniel Almeida.

Em Itiúba, ao longo desses últimos anos, de 2016 para cá, deputado Euclides Fernandes, nós entregamos sete ambulâncias para o município, isso fruto de emenda parlamentar, e, é claro, autorizada já pelo ex-governador, querido Rui Costa, e agora pelo governador Jerônimo.

Então, amanhã faremos a entrega da sétima ambulância, em 6 anos, para o município de Itiúba. Isso totaliza, em 6 anos, sete ambulâncias. Dá para ver quase uma ambulância e pouco por ano para o município de Itiúba.

Isso tudo fica aqui registrado pelas lideranças do município, pela competência dessas lideranças do município, e aqui faço questão de citar alguns nomes: a ex-

prefeita Cecília Petrina, os vereadores Vivia de Covas e Chiquinho de Piau, que foi o autor dessa indicação do dia de amanhã. A Vivia de Covas e tantas outras lideranças são bastante representativas do município de Itiúba, e isso para nós é muito gratificante.

Você está fazendo investimento na agricultura familiar, potencializando o pequeno produtor, homem e mulher do campo que, numa seca, passa por muitas dificuldades, muitas agruras, e você tem o braço forte do Estado com políticas públicas atendendo essa população... É muito importante e prazeroso defender um governo que tem verdadeira vocação para cuidar de gente.

Isso faz, para mim, com que a gente esteja sempre enaltecendo o trabalho do governador Jerônimo Rodrigues por ele entender e ter essa sensibilidade, deputado Fabrício, de atender as populações mais simples, mais necessitadas e que moram distante da sede, que, às vezes, têm necessidade de acessar água de boa qualidade.

Então, esse agradecimento aqui vai a todo o estafe do governo da Bahia, especialmente ao hoje presidente, diretor-presidente, da CAR, Dr. Jeandro Ribeiro, mas esses investimentos de cisternas e de limpeza de aguadas no município querido de Itiúba começaram com o ex-presidente da CAR, Dr. Wilson Dias.

Portanto, Sr. Presidente, fiz questão de subir a esta tribuna para agradecer inicialmente à população desses cinco municípios, repito, Itiúba, repito, Cansanção, Andorinha, Ponto Novo e Senhor do Bonfim, pelas grandes festas que foram realizadas, festas políticas, populares, debatendo investimentos, debatendo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as políticas públicas nas conferências do partido e também pelo volume de investimentos feitos em Itiúba na área da agricultura familiar e, principalmente, na área da saúde.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, falará, por 5 minutos, o deputado Diego Castro e, por mais 5 minutos, o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Diego.

O Sr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa; ao pessoal da enfermagem, um cumprimento especial a vocês; cumprimento os estudantes que estão aqui presentes.

Antes de adentrar no meu discurso, no mérito, quero dizer aos profissionais da enfermagem que, no dia 3 de junho deste ano, apresentei um projeto indicativo ao estado para a criação do piso estadual da enfermagem, regulamentando a lei federal como mais uma garantia nessa batalha aí de vocês. Vocês têm o nosso gabinete também à disposição, nós entendemos a importância do trabalho de vocês.

Presidente, o que está prestes a ser pautado aqui hoje é mais uma atrocidade do governo, como falei ontem e volto a insistir, não conheço nenhum, nenhum local, nenhum contexto, a médio e longo prazo, onde o aumento excessivo, o aumento sacrificador da tributação, resultou, conseqüentemente, de fato, em um pleno ganho social.

O governo está mandando para esta Casa um aumento de 19% para 20,5% da alíquota do ICMS, ou seja, mais 1,5%. Essa medida, Sr. Presidente, é desarrazoada e insensível com o contribuinte, que já sofre tanto pelo não retorno da contraprestação desses serviços. E a gente pode notar aí a insegurança que toma conta do nosso estado, que deveria ser evitada com o revestimento desse, que é, sim, o investimento, podemos dizer assim, do contribuinte, que é tomado à força.

Sobre a questão da saúde, nem precisa se falar, com a regulação, a “fila da morte”, os baianos não gozam de uma saúde de qualidade, é a pior do Brasil. Na educação, nem se fala, a Bahia é última em tudo, uma vergonha. E, presidente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, a Bahia tem a segunda maior carga tributária do Brasil. Uma vergonha!

Um estado deste, rico, um estado deste, com potencial econômico enorme, que, se tivesse um governo que colaborasse, poderia se utilizar de outros meios para aumentar a arrecadação, prefere sacrificar o contribuinte, que já sofre, de praxe, com o não reconhecimento dos seus direitos, principalmente aqueles ditos “direitos sociais”, do art. 6º da Constituição.

Essa linha de governo tanto se vendeu politicamente, que, quando chegou ao poder, deu um tiro nas costas do cidadão.

Isso, presidente, o aumento da tributação, é um dos fatores, a carga tributária alta é um dos fatores que justifica a vergonha das colocações da Bahia no ranking de competitividade nacional, é o pior estado do Nordeste, o nono em competitividade e o penúltimo do Brasil. Que vergonha! Que vergonha! Um estado rico como este, e o fator é o aumento excessivo, a tributação castigante, inclusive, a do ICMS, que puxa essa corda.

Só para ilustrar, o governo do estado já pediu a esta Casa, inclusive, com voto contrário meu, empréstimos junto à Caixa Econômica Federal que já somam R\$ 1,7 bilhões. Eu pergunto a vocês: onde vai parar esta conta? No bolso de quem? E todos nós sabemos a resposta? De você, trouxa, cidadão, principalmente você que acreditou que teríamos uma era plena de cerveja e de picanha, mas veio abóbora.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Outra coisa, para concluir, com sua tolerância, presidente, existem outras maneiras de aumentar a arrecadação sem sacrificar o bolso do contribuinte, repito: diminuir investimentos em setores improdutivos, a exemplo dos investimentos desnecessários em setores como a cultura aplicados em eventos depreciativos que não contribuem em nada para a moralidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, presidente.

(...) diminuir a quantidade de cargos comissionados, o que vai gerar receita. A Bahia, segundo a Fundação Getúlio Vargas, tem o segundo maior número de cargos comissionados do Brasil. Com certeza, se tivesse um corte dessas despesas, que servem de cabide de emprego, não se sacrificaria o bolso do contribuinte.

É possível também se gerir melhor os recursos públicos tendo uma responsabilidade na meta fiscal, é princípio básico da economia, não se gasta mais do que se arrecada, isso, sim, é sinônimo de gestão consciente.

E agora, final do finalmente, presidente, com sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Fala-se tanto de ciência, e eu vou provar a vocês cientificamente que a arrecadação dos impostos, o aumento de impostos nem sempre resulta em aumento de arrecadação tributária. Isso aqui é a teoria de Laffer, a famosa Curva de Laffer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Concluindo, presidente, com sua tolerância.

(...) Isso aqui indica o aumento da tributação, essa curva aqui mostra que vai se chegar a um determinado ponto em que o sistema vai colapsar porque os agentes privados estarão sufocados, o setor produtivo vai colapsar, e o que é que vai acontecer? Crimes fiscais porque o setor privado não vai conseguir adimplir os seus débitos tributários, sucateamento de empregos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Diego, para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) e extinção de postos de emprego.

É o partido que se diz do trabalhador, e está sacrificando o trabalhador.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel. É o deputado Marcinho. Manuel! Manuel, é Marcinho agora, depois é você, fala com seu líder.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, hoje venho a esta tribuna depois de participar de uma importante audiência pública tratando de um tema de grande importância, que é a crise pela qual passa a Região Sisaleira com a crise da lavoura do sisal.

E foi uma audiência de grande importância, colocando vários e vários problemas, Felipe, que atravessa a nossa região. Quero aqui parabenizar, neste momento, o deputado Manuel Rocha por sua atuação frente à importante Comissão de Agricultura, por estar levando a comissão para ficar mais próxima da população.

Hoje os produtores, alguns prefeitos, vereadores e lideranças puderam expor de verdade as necessidades pelas quais passam o homem do campo, mas é lamentável, deputado Arimateia, a ausência do secretário de Agricultura do estado da Bahia, o Sr. Tum.

Ele, mais uma vez, mostra que não tem coração, ele não participou de uma importante audiência onde discutimos problemas como a seca na Região do Sisal, o baixo preço que atravessa, neste momento, o mercado, a falta de procura da matéria-

prima e os problemas do Ministério Público do Trabalho, deputado Leandro. É inadmissível.

Talvez esse secretário fuja das discussões porque não tem argumento para mostrar ou ele fugiu por verdadeira incompetência, que é o que ele está mostrando ao não ser capaz.

Ao mesmo tempo, eu quero parabenizar o governo do estado por ter enviado o secretário de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso, que participou, discutiu, se mostrou preocupado com os encaminhamentos que foram dados naquela audiência pública.

Presidente, foram colocados temas de grande importância, deputado Eures. No momento que a gente vive hoje, de um mundo que fala, deputado Hilton, das questões ambientais, da sustentabilidade, o nosso sisal fica praticamente impossibilitado de competir com os fios sintéticos, com o plástico, com a sacola plástica.

Antigamente nós íamos a um supermercado, e as compras vinham num saco plástico, hoje é numa sacola porque é muito mais barato, e a nossa fibra do sisal está ficando sem competitividade. A gente não pode... Temos de buscar soluções.

Quero aqui agradecer ao líder da Oposição, Rosemberg, que agora, solícito com o nosso encaminhamento, ligou para o secretário Manoel Vítório marcando uma reunião, deputado Alan Sanches, para discutir a redução do ICMS para as fibras naturais, para colocar, deputado Luciano Araújo, o nosso sisal na competitividade do mercado, porque é inadmissível, é inadmissível que o povo sofra, sofra com a baixa procura, sofra com os preços baixos, sofra com a perseguição...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Ministério Público do Trabalho.

E esses encaminhamentos, deputado Adolfo, para poder concluir, a gente pode dizer que foram feitos para que o sisaleiro seja intitulado como profissão. Que seja criado um cadastro estadual com os produtores de sisal para que eles possam receber benefícios neste momento de crise.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Era isso que eu tinha para falar, e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Robinho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, solicito verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Rosemberg. O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu gostaria até de deixar a sessão cair, até porque tem uma outra já convocada para as 18h10min para votarmos a PEC...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, claro.

O Sr. Rosemberg Pinto: Porém, para evitar que utilizem isso como algo a impedir que os deputados falem aqui, eu vou pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes para que a gente possa atender à verificação de quórum do nosso colega Robinho, o que é uma contradição porque a Oposição sempre reivindica que quer falar, que precisa falar e que eu é que sou o algoz que quer impedir que os deputados falem. Agora, eu estou fazendo a defesa dos deputados da Oposição para que eles possam ter a oportunidade de falar.

Então, eu queria convocar, pedir, lógico, que eu não convoco ninguém, pedir aos deputados e deputadas que se fazem presentes, que estão no cafezinho ou que estão nos seus gabinetes que venham ao Plenário nesses 15 minutos para que a gente possa atender a um pedido de verificação de quórum do deputado Robinho, que, eu tenho certeza, é apenas para saber dos deputados e por querê-los aqui porque essa é a oportunidade de fazermos o debate sobre um projeto que nós vamos votar agora à tarde.

Então, presidente, eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos e pedisse aos deputados que se façam presentes para atenderem a essa solicitação de verificação de quórum para darmos continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, zere o painel...

O Sr. Robinho: Presidente! Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não! Vai retirar?

O Sr. Robinho: Em nenhum momento, presidente, ninguém nesta Casa...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado! Deputado Robinho, V. Ex.^a vai retirar? Não, né? Vai retirar o pedido de verificação de quórum?

O Sr. Robinho: Sim, mas ainda não abriu o tempo. Abriu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, mas é isso, porque eu já iria mandar, mas se V. Ex.^a não vai retirar, eu já vou mandar V. Ex.^a fazer uma questão de ordem.

O Sr. Robinho: Não, então pode abrir, eu não vou registrar a presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Faz uma questão de ordem depois. Por favor, zere o painel.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum. Nós temos um projeto importante nesta tarde, então, eu peço, Srs. Deputados, vocês que estão nos gabinetes ou em outras dependências da Casa, que fiquem aqui no Plenário porque vão ter vários pedidos de verificação de quórum, para não ficarmos, toda hora, convocando e derrubando a continuidade da sessão, mesmo que temporariamente.

Srs. Deputados, marquem as presenças! Deputado Robinson Almeida, deputado Vitor, deputado Binho, deputado Raimundinho, deputado Roberto Carlos, deputado Luciano... Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão! Deputado Niltinho, Euclides Fernandes, Ivana Bastos, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hassan... Deputado Robinho, dê a presença!

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Cadê Robinho?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hassan, Srs. Deputados...

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) por favor, marquem a presença! Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Por favor, comparecer ao Plenário da Casa...

Deputado Manuel, quer fazer a questão de ordem?

Deputado Cafu, marque a presença.

O Sr. Cafu Barreto: Eu já marquei.

O Sr. Manuel Rocha: Sr. Presidente, senhoras...

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, se o deputado Robinho pediu a questão de ordem e não está presente, então, é melhor, caiu a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, ele está presente. Ele está ali.

O Sr. Rosemberg Pinto: Então todos os outros que estão presentes contam?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, quando completar 20... Deputado Rosemberg, não tem problema. Robinho está ali. Quando completar 20, eu conto a presença dele, sem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho à tribuna desta Casa para me posicionar em contrário ao exame do Enem realizado no último final de semana em nosso país. Duas questões do exame fomentaram o ódio contra o agronegócio; duas questões de cunho ideológico, com desinformação, com muito rancor contra esse segmento que gera emprego e renda para a nossa gente.

Vejam vocês o que diz a questão 89 do Enem: (Lê) “No cerrado, o conhecimento local está sendo cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio. De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos, como mecanismo de universalização de práticas agrícolas e de novas tecnologias, e de outro, o modelo capitalista subordina homens e mulheres...”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Manuel, V. Ex.^a vai usar da palavra, mas, por favor, restabeleçam o quórum anterior, por favor. Temos 19; com o deputado que está falando, 20; com o deputado Robinho, que solicitou, 21. Restabelece, pois não.

O Sr. MANUEL ROCHA: Obrigado, presidente.

(Lê) “...à lógica do mercado. Assim, as águas, as sementes, os minerais, as terras (bens comuns) tornam-se propriedade privada. Além do mais, há outros fatores negativos, como a mecanização pesada, a ‘pragmatização’ dos seres humanos e não humanos, a violência simbólica, a superexploração, as chuvas de veneno e a violência contra a pessoa.”

Lendo essa questão do Enem, a gente praticamente vê o deputado Hilton Coelho discursando contra o agronegócio, contra a pulverização aérea. Um absurdo

se colocar no exame nacional uma questão, como eu disse, altamente ideológica, sem fundamento e que dissemina a desinformação, incita o ódio contra o agronegócio, que precisa e merece o respeito da nossa gente, merece o respeito do poder público do estado.

Então, fica aqui o meu protesto. E reforço o movimento encabeçado pela Frente Parlamentar da Agricultura, em Brasília, que solicitou a convocação do ministro da Educação para que preste esclarecimentos sobre essas questões do Enem que em nada ajudam a unidade do nosso país.

O governo federal, que tem Lula como presidente, sempre prega a unidade e reconstrução, a unidade, deixar de lado o rancor, o ódio, mas fica disseminando o ódio subliminarmente em questões do exame dos jovens, 4 milhões de jovens, que pretendem ingressar na universidade pública.

Então, era esse o meu discurso.

E aproveitar, aqui, Sr. Presidente, para registrar a presença em nossa Casa do vereador Mauro Ivan, de Baianópolis, que veio visitar a gente, um vereador aguerrido daquela cidade do oeste baiano. Muito bem-vindo, vereador Mauro Ivan, a esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo tempo, deputado Rosemberg!

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg, por 5 minutos, no tempo do PSB/PMDB.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, quero aproveitar este momento para registrar as presenças aqui de algumas personalidades que visitam a Assembleia. Neste instante, estavam ali, na nossa área de imprensa, a ex-prefeita de Itajuípe, Gilka Badaró; o prefeito de Iguai, Rony Moitinho; o prefeito de Itarantim, Fábio Gusmão; o prefeito de Camacã, Paulo do Gás; e o vice-prefeito, Rai de Panelinha. Ou seja, diversas personalidades que vêm visitar esta Casa e entender o seu funcionamento, porque daqui dependem bastante os projetos que geram condições de investimentos para o estado da Bahia.

E conversava com eles sobre essa questão da falta de repasse ou da redução dos repasses do governo federal para os municípios, fruto de uma medida que o ex-presidente da República tomou e que acabou gerando um problema sério aqui, na Bahia. Só com a retração dos combustíveis nós vamos perder, pelo menos, 1,6 bilhão no próximo ano por uma medida equivocada do ex-presidente, com relação aos combustíveis, que, em vez de ajudar à população, traz para os estados um problema do ponto de vista da arrecadação, que tem repercussão também nos municípios.

E quero reafirmar aqui que, diferentemente de algumas questões que foram levantadas, esse projeto, presidente, traz um ganho generalizado para a população baiana com a redução dos impostos da energia elétrica.

Conversava neste instante com o deputado Marcinho, que aqui se pronunciou, com relação à gente encontrar um mecanismo de redução para a área do sisal. Nós precisamos encontrar um mecanismo para que os produtos oriundos do polipropileno não disputem com as fibras do sisal, matando esse importante vetor de desenvolvimento da Região do Sisal.

Então, já conversamos para debatermos com o nosso secretário, inclusive, aproveitando esse projeto, para que a gente possa encontrar um caminho para resolver essa questão, porque nós não podemos matar isso que gera na Região do Semiárido baiano uma renda muito grande para diversas famílias da área do desenvolvimento do sisal, do beneficiamento do sisal, produto esse que é consumido até fora do país. E essa região não pode ser sacrificada pelos produtos industrializados à base de polipropileno. Então, a gente deve encontrar caminhos. Eu acho que essa é a oportunidade. E nos chamou a atenção.

E a reunião de hoje com o segmento empresarial traz para eles uma reivindicação, combinada com o governo, de a gente criar um fórum permanente de debates com o setor empresarial, para ir administrando as questões específicas de cada segmento empresarial...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no sentido de garantir que a indústria, que o comércio, que a área de serviços possam garantir o seu desenvolvimento e que esse aumento de 1,5% no ICMS não traga qualquer prejuízo para o setor empresarial e para a sociedade consumidora desses produtos.

Por isso, presidente, eu quero pedir a todos os deputadas e deputados aqui, permaneçam aqui no Plenário, para que, a partir das 17h20min, a gente possa iniciar um debate mais aprofundado para a votação desse projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, a deputada Fátima.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, quanto tempo me resta, por favor? Sr. Presidente, por favor, me informe. Cinco minutos ou dez?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Dez minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Dez minutos, não é? Ótimo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, inicialmente, quero saudar a Sepromi, Secretaria de Promoção da Igualdade, que hoje faz a abertura de todos os eventos que ocorrerão durante o mês de novembro, esse mês que é considerado por todos que lutam como Novembro Negro, novembro em que a gente celebra a luta de Zumbi, de Dandara e de tantos outros homens negros e negras que vêm, há 523

anos, lutando pela igualdade, pela justiça, pela oportunidade de viver neste país, que é tão grande e que precisa de uma vida digna para todos os homens e todas as mulheres, que carregam em suas mãos a marca da construção da riqueza desta cidade, não é isso deputada Maria del Carmen? V. Ex.^a, que é uma grande engenheira, com certeza, quando olha para tantas obras bonitas desta cidade sabe que em cada uma delas tem a marca, tem o suor das mãos de tantos homens e mulheres que construíram em épocas tão difíceis em que não havia a tecnologia que tem hoje.

Portanto, daqui quero saudar todos os homens e mulheres negras que lutam pela liberdade, pela conquista do direito de viver uma vida digna e feliz. E saúdo a Sepromi.

Saúdo também o nosso governador Jerônimo Rodrigues, ele que é um homem afro-indígena que, com certeza, disponibilizará muitos recursos nessa sua gestão para as políticas públicas de melhoria das condições de vida do nosso povo, seja para os que moram aqui, na cidade, na região do Recôncavo, mas também para aqueles e aquelas que moram nos quilombos, como em Jeremoabo, em Banzaê, em Fátima, nas comunidades que já são, hoje, reconhecidas como comunidades quilombolas.

Também quero saudar todos aqueles que colocam a sua inteligência, a sua capacidade de pensar e de refletir para valorizar a cultura. A cultura é a nossa raiz, é o nosso caminho de levar para adiante, para as gerações que virão os usos, os costumes, os nossos jeitos e trejeitos de viver neste país.

Portanto, jamais vamos deixar de parabenizar o governo federal, nosso governo do presidente Lula, que, através do Ministério da Cultura, editou o edital da Lei Paulo Gustavo, que destinou recursos para as diversas entidades prepararem seus eventos de promoção de cultura. Isso é um sentimento de guardar aquilo que nós somos, as raízes que nós construímos na luta para levar adiante para as próximas gerações, porque um povo que não cativa e não cultiva as suas raízes é um povo sem história, sem liberdade e sem possibilidade de crescimento.

Quero também, nesses poucos minutos, saudar a nossa vereadora Alessandra, que se encontra aqui na Casa agora, certamente em nosso gabinete. Ela faz parte do nosso grupo político do município de Cícero Dantas, com o prefeito, Dr. Ricardo Almeida, que amanhã, ao lado da secretária da Saúde e do nosso governador Jerônimo Rodrigues, também irá levar para a comunidade de Bethânia, que é uma comunidade negra, uma ambulância para prestar mais serviços, mais cuidados com a saúde do nosso povo. Ela é uma mulher, e nós que queremos mais mulheres na política jamais deixaríamos de atender a um pedido daquela companheira, uma solicitação tão importante e necessária para a vida do nosso povo do município de Cícero Dantas, porque, embora chegue lá para Bethânia, alcança também, claro, a região, alcança também São João da Fortaleza, Povoado Juá e outros povoados daquele lado, do lado norte do município de Cícero Dantas.

Já de antemão, também agradecer ao governador porque, em breve, ele estará em nossa cidade para inaugurar mais de 60 quilômetros de asfalto no trecho da sede

de Cícero Dantas até a divisa com Euclides da Cunha; e também do outro lado do sul, da sede da cidade até o distrito de Caxias, onde mora o nosso presidente da Câmara, o vereador Abelardinho. E na pessoa dele, também saúdo e mando um abraço para todos os vereadores que compõem a bancada do nosso governo, do governo do prefeito Ricardo Almeida, do qual eu faço parte, e me orgulho de ter recebido uma quantidade imensa de votos para continuar aqui no sexto mandato.

Por último, queria também dizer a todos e a todas – aliás, ainda dá tempo de dizer mais coisas – da nossa satisfação por ter iniciado hoje, por ordem do nosso presidente Lula, a renegociação das dívidas do Fies. Isso significa dizer para nossa juventude que é possível continuar estudando nas universidades, é possível continuar trabalhando e, com o seu trabalho, poder renegociar suas dívidas. E bem-vindo esse nosso jeito de lidar com a vontade e com o crescimento da nossa juventude, porque é assim que a gente livra, podemos dizer que é dessa forma que a gente pode livrar a nossa juventude de certos percalços que acontecem na vida, que é oferecendo a oportunidade do estudo na universidade pública, gratuita e de qualidade ou também oferecendo crédito para estudar nas universidades particulares.

O Fies, com essa renegociação, dá a garantia de a pessoa poder voltar para o estudo, ou para quem já se formou e está trabalhando também poder saldar suas dívidas, ficar com o nome limpo. Como diz o nosso presidente Lula, vai desenrolar a vida de alguns que estão com o CPF sem poder fazer nenhuma outra negociação.

Por último, que ainda falta um pouquinho, eu queria também saudar a nossa companheira Loirinha, vice-prefeita de Adustina, ela que realizou uma plenária muito forte, importante, com mais de 400 filiados, filiadas, simpatizantes, amigos da luta social, amigos da Pastoral Rural. Nessa plenária foi aprovado o nome dessa companheira Loirinha, como é conhecida por todos, Loirinha do Sem Terra, porque ela luta pela terra, porque ela é uma quase assentada da reforma agrária. Ela será, com certeza, a nossa próxima prefeita naquela cidade de Adustina, com uma articulação com todos aqueles que são da oposição ao prefeito atual, porque foram eles e elas que, juntos, carregaram a bandeira de Jerônimo Rodrigues, do Lula, do nosso presidente Lula, fazendo acontecer a vitória que nós mais desejamos para o nosso Brasil, para a nossa Bahia.

Portanto, dizer daqui, desta tribuna da Assembleia Legislativa, a todos e a todas que fazem o trabalho social lá em Adustina, que fazem a luta constante pela água, pela terra, pela moradia, por melhores condições das estradas vicinais, por tudo que recebemos do nosso governador Jerônimo Rodrigues, antes o governador Rui Costa e agora Jerônimo Rodrigues, as melhorias que o município de Adustina recebeu, que é dessa forma que eles e elas vão poder continuar honrando essa luta social, honrando esse compromisso que o governador sempre teve com eles para desenvolver o município, colocar estrada com asfalto, água em abundância, escolas novas, construídas tanto na área rural quanto na cidade. É fazendo essa luta se fortalecer para, no ano que vem, com fé em Deus e no povo, a gente ter uma mulher como prefeita de Adustina pela primeira vez. Aprovada na reunião do partido, certamente continuará no debate com a sociedade.

Portanto, tenham todos uma boa-tarde, vamos ao debate do projeto que está aqui na Casa. A gente sabe o quanto é importante aprovar os projetos. E eu digo sempre para todos e todas, cada voto “sim” que eu digito ali, na minha mesa, eu tenho a certeza de que vai se transformar em obras, em serviços, em melhoria da qualidade de vida para o povo da Bahia. Viva a Bahia!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou o líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Falarei por 5 minutos e, pelos 5 minutos restantes, o deputado José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra, por 5 minutos, o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, queria saudar aqui os deputados. Vejam bem, deputados, no início da sessão o deputado Rosemberg, líder do Governo, quer fazer a defesa do indefensável, porque o governo do estado tem uma sanha muito grande por arrecadar, por criar taxas, por aumentar impostos, e é isso que esta Casa está apreciando hoje.

Eu não entendo como ele diz que é um imposto que as entidades do comércio estão apoiando. Eu tenho aqui uma carta aberta, manifesto de algumas entidades, 54 entidades, contra o aumento do ICMS na Bahia. Amigos, eu ainda vou ter tempo para discorrer bastante na discussão do projeto, mas eu queria só que V. Ex.^{as} ouvissem os nomes de algumas das 54 associações: Abrasce, que é a Associação Brasileira de Shopping Centers; Abrasel, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Associação Comercial da Bahia; associações comercial e empresarial de Irecê, de Teixeira de Freitas, de Valença, de Mucuri. Eu não sei quais são as entidades que o deputado Rosemberg diz que estavam a favor desta taxação, deste aumento de impostos que hoje o governo pratica.

O governo do estado se elegeu com o discurso de cuidar de gente. Como é que cuidar de gente é aumentar o imposto das pessoas? Se a gente voltar ao tempo da Idade Média, quando era a mesma coisa, quando se tinha um rei, ele fazia o que com seus vassallos, com seus servos? Vamos aumentar o imposto porque eu estou precisando arrecadar. E o que ele deveria ter feito, deputado Robinho? O que até hoje não foi feito. Não teve uma declaração dessa de cortar o gasto na máquina pública. Ele não quer tirar porque... Se ele diminuísse o custeio dele, os gastos na administração, com certeza não estaria precisando aumentar tanto o imposto.

Quando se fala que, em março, amigos e amigas, eu chamo a atenção de todos vocês que nos acompanham, nós tivemos um aumento do ICMS, março deste ano – abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, porque queria ter votado em outubro –, em novembro, 8 meses depois... Ele aumentou de 18 para 19 em março e agora diz que está indo para 20,5%. Só que aí, nesse momento, a gente tem uma grande pegadinha. Na verdade, quando ele modifica a lei de 1996, tem uma

pegadinha que ele não esclarece. Ele deixa a redação desse jeito porque diz que o ICMS será aumentado de 19% para 20,5%, só que ele não esclarece que, além desses 20,5%, terão 2% a mais, que vão para o fundo de combate à pobreza, para o programa Bahia Sem Fome. Então, na verdade, nós passaremos a ter o maior ICMS do Brasil, que vai para 22,5%. Na verdade, ele precisava dizer que não está aumentando de 19% para 20,5%, está aumentando de 19% para 22,5%. É essa a taxa que vai recair sobre toda a nossa população.

Quando nos vemos perdendo competitividade econômica, quando as empresas estão fugindo da Bahia porque não têm incentivo... Não adianta pegar só uma fábrica e dar o incentivo total para aquela fábrica enquanto outros setores também precisam. Mas, não. Como é muito mais fácil aumentar imposto do que cortar na carne, hoje esta Casa vai envergonhar a população se aprovar esse ICMS de 22,5%, porque essa é a taxa real que vai acontecer.

Quantos minutos V. Ex.^a me deu?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Cinco minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Ah, está bom. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado José de Arimateia por mais 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de vir aqui esta semana. Ontem eu não estive aqui nesta Casa, na hora da sessão, estive pela manhã. Mas agora eu estou aqui para trazer saudações tricolores para o pó de arroz, o Fluminense, que ganhou a sua primeira Libertadores. Isso é muito importante para o futebol brasileiro. A decisão era entre Brasil e Argentina, e o Fluminense conquistou a Libertadores pela primeira vez em sua história. O tricolor entrou para a seleta lista dos que têm o título de campeão da Libertadores, agora com três cariocas, quatro times paulistas, dois times gaúchos e dois mineiros.

Então, esses são os títulos da Libertadores que tem o Brasil, muito bem representado. Agora, foi a vez do Fluminense. Então, está feito o registro. Todos os torcedores tricolores... inclusive, eu sou torcedor tricolor duplamente, porque eu sou Fluminense no Rio de Janeiro e Fluminense na minha querida Princesa do Sertão, Feira de Santana. Tricolor!

Mas, Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção, principalmente a dos homens. A partir de hoje eu vou sempre usar esta tribuna porque nós entramos no Novembro Azul. Este movimento é um movimento global que visa a conscientizar sobre a saúde, principalmente a do homem.

Sr. Presidente, o câncer de próstata é uma doença que afeta milhões de homens em todo o mundo e é fundamental que todos nós... e, aí, eu quero me dirigir à maioria dos Srs. Deputados, homens que já passam dos 40 – que todos nós façamos aquele exame necessário e de suma importância, pela prevenção do câncer

de próstata. Vamos deixar essa vergonha de lado, tem de encarar a realidade, que é fazer o seu exame de rotina. O exame de próstata é fundamental.

Inclusive, Sr. Presidente, eu quero dizer que os Srs. Deputados devem também se expressar nas suas redes sociais, chamando a atenção da população da nossa Bahia.

Neste mês, encorajo cada um de nós a nos envolvermos ativamente na disseminação de informações sobre a prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado do câncer de próstata. A conscientização é a chave para quebrar estigmas e fornecer suporte aos homens que enfrentam essa doença.

Quero também, Sr. Presidente, deixar aqui o convite. No próximo dia 21 de novembro, nesta Casa, realizaremos uma audiência pública para discutir sobre o câncer de próstata, em alusão ao Novembro Azul. Antes, nós vamos ter, agora, na próxima semana, dia 14 de novembro, o Dia Mundial do Diabetes. Também, nesta Casa, realizaremos uma audiência pública para debater a epidemia invisível do diabetes.

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Deputados neste Novembro Azul. Peço aos colegas parlamentares para unirmos forças em benefício da população, porque a nossa atitude...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Sr. Presidente, com certeza, vai levar a população, principalmente masculina, para que faça o exame de próstata.

Quero dizer, para concluir, que cuidar da saúde não é sinal de fraqueza, mas sim, de responsabilidade.

É isso, Sr. Presidente, que quero deixar registrado. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Silêncio) Não há orador?

O Sr. Robinson Almeida: Quem fala primeiro é Robinson Almeida por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida por todo o tempo.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Salvador, ontem pela manhã, amanheceu com um sinistro na sua região central, no Centro Histórico. Uma subestação da Coelba queimou e deixou sem energia todos os bairros daquela região da cidade.

Inclusive, o prefeito municipal teve que mudar o gabinete e está despachando em uma secretaria.

Passadas mais de 24 horas do sinistro, não foi restabelecido o fornecimento de energia para aquela região da cidade. Vários prédios estão sem o funcionamento

adequado, prédios que têm elevador, prédios que estão com queda de energia frequente, e, mais uma vez, aqui na capital, no coração do estado, no prédio da prefeitura municipal, a Coelba dá um atestado da sua incompetência.

A Coelba tem, aqui, uma concessão pública para prestar serviços de energia por 30 anos. E, por 2 anos consecutivos – no ano passado e no ano retrasado –, é bicampeã de reclamações no Procon. A Coelba deixa de atender o setor produtivo, não faz e não constrói as linhas de distribuição em vários territórios baianos, a exemplo da Região Oeste, paralisando vários investimentos privados da agroindústria, do comércio e prejudicando a Bahia, deixando de gerar empregos, impedindo o crescimento da nossa economia. A Coelba maltrata os órgãos públicos do nosso estado.

O DNIT tem uma obra paralisada, deputado Binho Galinha, naquele anel rodoviário da BR-116 Norte, entre Feira de Santana e Santa Bárbara, o anel que interliga a BR-116 à BR-324, no sentido de Riachão do Jacuípe ou o anel que vai do outro lado para Santanópolis, tem uma rede de distribuição de energia para cuja remoção foi dado um prazo de 2 anos para a Coelba, para que a empresa contratada pelo DNIT possa concluir aquele anel rodoviário.

A Coelba não atende prefeituras e governo do estado para dar agilidade, aumento de carga em novos equipamentos, como as escolas estaduais recém-construídas pelo governador Jerônimo Rodrigues. A Coelba maltrata o consumidor baiano, que muitas vezes tem os seus eletrodomésticos queimados por conta de variação da tensão, e cidades amargam, infelizmente, a má prestação de serviço. Esta semana, o município de Mucugê ficou submetido, mais uma vez, a esse mau serviço prestado pela Coelba. A Coelba maltrata os seus prestadores de serviço. A Coelba não faz investimentos, não amplia a sua capacidade. E a Coelba ainda tem mais 4 anos para exercer esse monopólio.

Em todo o mundo está ocorrendo uma reversão. Vários segmentos que foram privatizados, especialmente na Europa, tiveram que voltar para o controle do estado por não atenderem ao interesse público, porque o lucro sempre foi a primeira prioridade desses monopólios privados: a França, a Espanha, a Alemanha, Portugal.

Nós temos exemplos de reversão das privatizações. Aqui, no Brasil, no contrato de concessão da Coelba, deputado Zé Raimundo, a União faculta que a Coelba pode pedir a renovação automática da concessão por mais 30 anos, faltando 3 anos para o seu vencimento. Portanto, no ano de 2024, quando faltarão 3 anos para fechar o contrato, se o Ministério de Minas e Energia não se manifestar durante 1 ano e meio, automaticamente o contrato será renovado.

Eu creio que esta Assembleia deve se manifestar contrariamente à renovação desse contrato, diante da Aneel e do Ministério de Minas e Energia. Se esse for o modelo adequado para continuar com a concessão, a Coelba tem de passar por uma nova concorrência pública internacional. Isso porque ela está numa zona de conforto. E, se renovar por mais 30 anos, nós vamos continuar sofrendo.

Eu tenho recebido várias manifestações não só dos deputados, mas também da população, criticando o serviço prestado pela Coelba. O que acontece hoje no estado

de São Paulo também é reflexo desse processo de privatização. Um evento climático, com tempestades no final de semana, fez com que ocorresse danificação de várias redes de distribuição. Mas é inadmissível que passados 5 dias mais de 1 milhão de pessoas continuem sem eletricidade no estado de São Paulo. Então, esse modelo de concessão tem de ser revisto no país, porque ele não tem atendido ao interesse público, e sim ao interesse privado à perspectiva do lucro.

Os portugueses estiveram aqui, no processo de ocupação desse território 500 anos atrás, para retirar o ouro brasileiro, o pau-brasil, as nossas riquezas, para levá-las para a Coroa. E 500 anos depois, agora, está o Grupo Iberdrola, um grupo espanhol, tirando o ouro baiano transformado em altas contas pagas pelos consumidores na conta de energia elétrica e na ausência da prestação de um serviço adequado de qualidade.

Então, nós não podemos concordar que a Coelba continue com esse monopólio danoso, esse monopólio ineficiente, esse monopólio desrespeitoso ao interesse dos baianos. Nós vamos, publicamente, fazer uma manifestação da subcomissão à Aneel para que exerça, de fato, o seu papel de controle e fiscalização dessa empresa. É inadmissível que a região central da cidade, que a prefeitura de Salvador, que vários restaurantes, estabelecimentos comerciais e prédios da Cidade Baixa continuem sem a normalização do fornecimento de energia 24 horas depois. É inadmissível o que a Coelba faz com o povo baiano, o que faz com o povo de Salvador.

Por isso, deixo aqui o meu protesto, o meu repúdio por essa empresa e por essa prestação do serviço de péssima qualidade que ela tem feito no exercício deste monopólio privado na Bahia.

Nós vamos continuar fiscalizando e denunciando, porque essa empresa tem de atender aos interesses do baiano. Ela obteve R\$ 4,7 bilhões durante o ano passado. Então, não é por falta de dinheiro, é por falta de dar prioridade à defesa do interesse público que a Coelba maltrata o povo baiano, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Robinson Almeida.

Parabéns pelo pronunciamento.

Sem dúvida, este é um tema excelente para esta Casa. V. Ex.^a é engenheiro elétrico, como outros deputados. Então, V. Ex.^{as} podem tranquilamente organizar um grupo de trabalho para a gente debater este tema.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Luciano Araújo: Falarão, por 5 minutos, o deputado Luciano Araújo e, por 4 minutos, o deputado Vitor Azevedo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dividido o tempo. São 5 minutos para o nobre deputado Luciano Araújo e 4 minutos para Vitor Azevedo.

Com a palavra o deputado Luciano Araújo.

O Sr. LUCIANO ARAÚJO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para falar sobre a audiência pública que nós realizamos na Comissão de Agricultura, conduzida pelo nobre deputado Manuel Rocha. Ali, nós discutimos a crise que a Região do Sisal vem passando. Nós estamos enfrentando três problemas graves.

O primeiro é a questão do preço mínimo do sisal. Através da Comissão de Agricultura, tivemos uma audiência em Brasília com o ministro da Agricultura. Graças a Deus, através da Conab, esse preço está sendo restabelecido para que o governo estadual, em parceria com o governo federal, possa voltar a comprar o sisal e restabelecer o preço de R\$ 3,36 o quilo.

O segundo problema se trata da crise em que nós estamos passando com a questão da seca, pois ela assola a nossa região e é uma das mais graves dos últimos 15 anos.

O terceiro problema, Sr. Presidente, para completar, se trata da questão do Ministério Público do Trabalho na perseguição contra proprietários de motor do sisal, perseguição contra aqueles trabalhadores que trabalham no campo do sisal. O Ministério Público do Trabalho chega acompanhado da Polícia Federal. Eles chegam afrontando e amedrontando todos os trabalhadores. Isso é uma coisa que o governo federal não está tendo a sensibilidade e o cuidado com a quantidade de desemprego que isso vai causar na nossa região.

Portanto, eu venho pedir e solicitar a todos os nobres colegas, ao governo do estado, ao governo federal, chamar todos para o diálogo, a fim de colocar à mesa o produtor, o industrial, o governo federal, o Ministério Público do Trabalho, com o intuito de se encontrar uma solução que não seja a de perseguição, o que os produtores vêm passando neste momento.

Portanto, venho deixar este breve pronunciamento para podermos contar com a colaboração de todos os senhores. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Luciano Araújo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo tempo restante de 4 minutos, concedo a palavra ao deputado Vitor Azevedo. (Silêncio) Ele abdicou.

Seguindo os horários partidários, concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Marcinho Oliveira: Falarão, nesta ordem, por 4 minutos, o deputado Júnior Nascimento; e os deputados Marcinho e Manuel Rocha, por 5 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Júnior Nascimento pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, gostaria de externar a minha saudação a todos nesta reunião que promete se estender até um certo horário, porque estamos tratando de um projeto de extrema relevância e que, sem sombra de dúvida, impactará diretamente os consumidores baianos e os comerciantes baianos.

Mas, no decorrer da sessão, deputado Alan, irei me aprofundar ainda mais sobre esta matéria, pois discordo da fala do líder Rosemberg quando ele afirma que é uma pauta à qual os comerciantes e o setor industrial são favoráveis.

Não é bem assim que a gente tem acompanhado. Não é dessa forma que a gente tem visto, com manifestações de diversas associações comerciais, diversas empresas e consumidores que, através do WhatsApp, não param de mandar mensagens a cada momento pedindo que nós, parlamentares legítimos para representar o povo baiano, votemos contra. No decorrer da discussão dessa matéria, eu vou adentrar especificamente neste tema.

Eu trago algo, senhores e senhoras, primeiramente em relação à audiência pública ocorrida hoje para tratar da cadeia produtiva do sisal. Assim como já fez o deputado Marcinho, lamento a ausência do secretário Tum, mas também agradeço a presença do secretário Osni, do MDR, porque este é um tema que requer bastante sensibilidade.

Eu sou de um município que compreende esses 27 municípios da Região Sisaleira, pois grande parte da sua economia é voltada para o setor do sisal. E a gente vê a falta de investimentos por parte dos governos federal e estadual, a falta de sensibilidade para com os produtores, os comercializadores e o povo que milita na área do sisal.

E aí, meus amigos, meus Srs. Deputados, se a gente não encarar de frente os problemas que hoje afligem o nosso estado, como a gente tem cobrado na área da segurança pública, como a gente cobra da regulação... Agora mesmo, recebi mais quatro pedidos de Regulação. Infelizmente, fico de mãos atadas por nada poder fazer. A gente pede intervenção, mas, infelizmente, os hospitais não suportam. O governo não prioriza.

E, agora, em relação ao sisal, é necessário que o governo tome providências de forma urgente, não só o governo estadual, mas também o governo federal, porque há os órgãos instituídos para militar sobre essas pautas que a gente traz.

Eu trago também os problemas em relação à Coelba. O deputado Robinson falava da capital. Eu vou dar uns exemplos, deputado Robinho. Veja o distrito de Piri, zona rural de Sento Sé, há 3 dias, há 3 dias, no calor daquele de Sento Sé, da região norte...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) há 3 dias, a Coelba não abastece aquela localidade. A cidade de Curaçá, da mesma forma, tendo quedas constantes de energia.

Como o deputado Robinson falou, é preciso que esta Assembleia, nas pessoas dos deputados da Oposição e da Situação, abrace a causa e comece a defender os

interesses do povo baiano. Quanto à Coelba, deputado Robinson, assino embaixo do vosso pronunciamento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pois repudiamos o mau atendimento da Coelba para o povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra, por 4 minutos, ao deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna desta vez para falar da agenda da Comissão de Agricultura, na manhã de hoje, uma agenda que já foi falada pelos deputados Marcinho Oliveira e Luciano Araújo. Foi proposta a realização de uma audiência pública para tratar da crise do sisal, uma importante cultura para a economia baiana.

A Bahia produz 90%, ou seja, é responsável por 90% da produção nacional, é o maior produtor mundial do sisal. Recentemente, em reunião itinerante, nós estivemos na Região Sisaleira, na cidade de Valente, a convite do deputado Luciano Araújo, quando tivemos um encontro com os produtores da região. Visitamos a Apaeb, Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira e pudemos constatar *in loco*, deputado Luciano Araújo, as dificuldades vividas na região em relação ao preço, em relação às multas aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho e em relação à questão da distribuição e do armazenamento do sisal.

Hoje foi mais um momento quando pudemos conversar e debater com os produtores, prefeitos da região e deputados. Foi uma audiência pública bastante produtiva. Saíram alguns encaminhamentos. Contamos com as presenças do secretário de Desenvolvimento Rural, Osni Cardoso, representando o governo do estado, juntamente com o chefe de gabinete da Secretaria da Agricultura, Luiz Rezende. Eles, falando pelo governo do estado, se comprometeram a implementar algumas ações imediatas em socorro aos produtores de sisal.

Da nossa parte, seguimos a nossa missão, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, à frente da Comissão de Agricultura, realizando debates importantes nesse segmento, que é tão importante para o estado da Bahia.

Nós estivemos recentemente em Brasília, juntamente com a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, tratando da pauta do sisal e também da pauta da prorrogação da dupla tarifa, que é um benefício concedido aos irrigantes que têm descontos de até 90% para aqueles que fazem irrigação durante a madrugada.

Então, são temas trazidos à nossa comissão pelos grandes e pequenos produtores, agricultores, pecuaristas e sisaleiros de todo estado da Bahia. Seguimos nessa missão para dar voz e vez à agricultura e à pecuária baianas.

Reforço que o nosso trabalho não se restringe a esta Assembleia. O nosso trabalho caminha por toda Bahia, pois sai do conforto do nosso gabinete, percorre as regiões produtivas do estado para, ao lado da população baiana, ao lado do povo, lá

na ponta, a gente ser a voz de todos os baianos para poder trazer as reivindicações para a Assembleia Legislativa e encaminhar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aos órgãos competentes.

Ao final deste mês de novembro e início do mês de dezembro, já teremos a próxima audiência itinerante marcada para a cidade de Porto Seguro. Seremos recebidos pela nossa colega e deputada Cláudia Oliveira. Certamente será, mais uma vez, um palco de diversas discussões produtivas para a agricultura e turismo do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Manuel Rocha.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Robinho pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, colegas e meu presidente e professor Raimundo.

Eu vou aproveitar esta oportunidade para falar sobre um assunto que o meu amigo Júnior Nascimento tem falado muito. Trata-se da questão da Regulação, a popular “fila da morte”. Lá, em Uauá, há uma pessoa por quem eu tenho uma estima muito grande, o ex-vereador Rodrigo, que tem um trabalho na saúde muito dedicado ao povo daquela nossa querida cidade de Uauá.

Por incrível que pareça, foi dentro de uma das regulações acontecidas na cidade de Uauá, do nosso amigo José Domingos Gonçalves dos Santos, conhecido como Zé Domingos... Ele, Zé Domingos, mora no povoado de Caldeirão da Serra. Zé Domingos tem um problema de saúde, foi colocado na regulação, Rodrigo tentou de todas as formas conseguir o atendimento através da Regulação, mas nada aconteceu!

O Rodrigo foi ao Ministério Público, o Ministério Público entrou com uma ação. O juiz Paulo Ramalho Pessoa de Andrade deu a decisão para o estado atender o Sr. José Domingos Gonçalves em centro especializado em neurologia. Já se foram as 24 horas, mas, até agora, o Sr. José Domingos não foi atendido.

Este é o problema de muitas e muitas pessoas na Bahia. Na Bahia, o que acontece é o seguinte: o governo não precisa fazer as ações, o governo só precisa dizer que faz. Aí usa a mídia, a propaganda, e o povo fica enganado. O grande problema pelo qual a população tem nos procurado – e a população fica refém dessa situação – é a questão...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Regulação, ou seja, a popular fila da morte.

Então, eu quero dizer ao povo de Uauá que isso, amigos, tem acontecido em toda Bahia. Queremos contar com a sensibilidade do governador. Parece que o governo da Bahia não é sensível aos problemas da saúde do povo.

Há também o caso do Planserv, que é uma tristeza para aquele servidor público...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que dedicou parte de sua vida, e o governo retirou praticamente 50% do investimento do Planserv.

Então, são casos que a população tem de ouvir os corredores e os lugares do interior. Não vamos ouvir a propaganda, não vamos viver na propaganda do PT.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Marcinho Oliveira pelo tempo restante de 3 minutos.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, ao subir, ao me dirigir à tribuna, fui questionado pelo deputado Cafu Barreto, meu grande amigo, se eu viria à tribuna para novamente falar sobre o secretário. Deputado, é lamentável não só a ausência, mas a incompetência deste secretário de estado.

A gente analisa e vê que todos os deputados, de governistas à oposição, ninguém vem defender o secretário. Digo isso porque, ao mesmo tempo, nós estamos sendo corretos. Nós estamos parabenizando, deputado Luciano, você que foi também um dos autores hoje da nossa audiência pública, estamos parabenizando a participação do governo do estado, através do secretário Osni Cardoso, que esteve aqui para ouvir a fim de levar as propostas concretas à Secretaria de Desenvolvimento Rural. O secretário está preocupado.

Agora a gente tem de vir à tribuna para falar. Pasmem, pasmem, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, deputado Fabrício, está sendo apurada uma situação que é de se chamar a atenção, melhor, é de se chamar atenção de todo o governo do estado da Bahia, porque eu não viria a esta tribuna falar sem ter as provas.

Mas, por boatos na imprensa, tem uma bomba para explodir. Tem uma bomba que vai explodir esta semana! É uma notícia bombástica e triste, mas vamos esperar o que a imprensa vai colocar para a gente apurar e falar a verdade.

Mas a gente pode esperar qualquer coisa do secretário da Agricultura, apesar de que ele também já foi a Casa Nova, especialista em comprar terrenos. Ninguém sabe se foi ele, se foi alguém, se foi alguém que ele mandou, mas, de fato, a agricultura da Bahia vive uma triste realidade com a incompetência e a covardia que o secretário está fazendo com a crise do sisal! É inadmissível que isso aconteça! Eu tenho certeza de que muita gente boa, que tem também dentro do governo do estado, não concorda com o que acontece.

Eu vejo aqui o deputado Antonio Henrique, da região próspera do Oeste da Bahia, que também queria participar da Fenagro, que não foi realizada. A gente vê a ausência dentro das feiras de exposição na cidade de Euclides da Cunha. O secretário não pagou a exposição que foi realizada naquela cidade. O prefeito é aliado do governo. Ele não merece este tratamento por conta desse secretário.

Por isso, deputado Cafu, eu venho a esta tribuna falar e afirmar que a gente precisa, sim, de alguém que represente dignamente o povo da Bahia naquela secretaria, pois é uma pasta de grande importância que representa mais de 25% do PIB da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da federação PT/PCdoB/PV para falar o indicar orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, falarão os deputados Euclides Fernandes, por 7 minutos; Robinson Almeida, por 5 minutos e Rosemberg, pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente e deputado Zé Raimundo, Srs. Deputados, o nosso governador Jerônimo Rodrigues, em 10 meses de gestão, já visitou mais de 100 municípios, levando entregas importantes para a melhoria da qualidade de vida do povo baiano e desenvolvimento econômico e social dos municípios.

Eu quero registrar, Sr. Presidente Zé Raimundo, que, ao final desta semana, o governador Jerônimo Rodrigues estará em sua terra, Vitória da Conquista, quando vai também fazer importantes entregas e licitações para atender ao bem-estar da população de Vitória da Conquista, que V. Ex.^a tão bem representa aquele povo bom do município de Vitória da Conquista.

Mas, Sr. Presidente, sábado passado, eu tive a alegria, tive a satisfação enorme, pois o meu espírito ficou radiante com a presença de S. Ex.^a Jerônimo Rodrigues, quando ele foi fazer um volume de entrega enorme em todos os setores de atividade da gestão pública em Jiquiriçá. O prefeito de lá é o meu particular e querido amigo Cascalho. Nas reeleições para o cargo de deputado estadual, através da liderança do Cascalho, nós sempre obtivemos votação de 76% dos eleitores que vão às urnas naquele município.

E, Sr. Presidente, professor, poeta e filósofo Zé Raimundo, lá em Jiquiriçá, o governador, como sempre fez nos demais municípios, entregou a estrutura de uma escola em tempo integral, uma escola em tempo integral, Srs. Deputados Estaduais!

Trata-se de uma escola em que o aluno ou o adolescente permanece o dia todo, mas não é só para o ensino, pois há outras atividades para dar sustentabilidade às aptidões dos jovens, quer no mundo artístico ou no mundo da ginástica. Lá na escola foi inaugurado um auditório também.

Quanto ao mundo dos esportes, lá em Jiquiriçá, nesta escola de tempo integral, foram entregues uma quadra poliesportiva coberta e um campo de futebol

sintético para o desenvolvimento esportivo da juventude, que vai estar naquele educandário de ensino integral.

Além disso, presidente Zé Raimundo, a minha alegria foi enorme, junto com o governador, fazendo essas entregas tão importantes para aquele povo bom do município de Jiquiriçá.

Lá, foi entregue o Disep, Distrito Integrado de Segurança Pública, uma estrutura física que abriga a Polícia Militar e a Polícia Civil, dando uma construção mais adequada de relacionamento entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, no mesmo canto, cuidando da segurança pública do município de Jiquiriçá.

Foram entregues também pavimentações de várias ruas, esgotamento sanitário em todo o bairro do Pindoba e no loteamento Lorena. Foi entregue também abastecimento de água.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Enfim, foram tantas as obras recebidas pelos munícipes em Jiquiriçá que o prefeito e a Câmara de Vereadores receberam S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues, e a sua equipe de secretários que também estava presente, fazendo essa entrega importante para a população de Jiquiriçá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Será que eu já terminei? Agora que eu estou me esquentando...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas o tempo de V. Ex.^a...

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: O.k. Obrigado, excelência. Depois eu retorno.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois é. Na próxima, V. Ex.^a voltará fervendo. Já esquentou. Volta fervendo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a divisão do tempo, eu passo a palavra ao nobre deputado Robinson Almeida pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu realmente estou estarecido com a matéria que acabo de ler. O título do portal *A Tarde* é o seguinte: (lê) “*O transporte sobre pneus está falido, diz Bruno Reis*”.

Ora, Srs. Deputados, quem faliu o transporte sobre pneus em Salvador?

Em 2014, o ex-prefeito de Salvador fez a primeira licitação do transporte público municipal, deputado Cafu. E, de uma forma inédita, como nunca tinha acontecido em nenhuma capital do Brasil, ele estabeleceu, deputado Euclides, um modelo de concessão onerosa. A concessão onerosa é aquela em que os concorrentes da licitação são obrigados a apresentar uma proposta financeira para o ente concedente como forma de avaliação da sua performance, para ganhar a licitação.

Em Salvador, o ex-prefeito estabeleceu o valor de R\$ 180 milhões, R\$ 180 milhões! E as empresas vencedoras, os três consórcios, estão no contrato obrigados a pagar à prefeitura.

Em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar do mundo, isso vale na Itália, isso vale em São Paulo, isso vale na Europa, nos Estados Unidos, o transporte público é subsidiado porque a população não tem condições de pagar o valor da operação do transporte na tarifa.

Em Salvador, inventaram outra lógica: a prefeitura, o poder público, é remunerado com a concessão do transporte, em vez de subsidiá-lo. E é essa a causa da falência do setor de transporte e do segmento na cidade.

O transporte está falido, e o responsável é Bruno Reis! O transporte está falido, e o responsável é ACM Neto! Bruno Reis, porque manteve a concessão original; e ACM Neto, porque implantou um modelo que obrigou a população a pagar, na tarifa, esses R\$180 milhões.

Salvador tem a tarifa mais cara do Norte e Nordeste. O contrato obrigava à revisão de toda a frota, depois de 3 anos e meio, que não foi renovada; e colocar ar-condicionado, que não existe.

Depois do advento do metrô – porque, se não tivesse o metrô, que Wagner chamou a responsabilidade para si e Rui deu intensidade, velocidade e o inaugurou, e Jerônimo continua – Salvador estaria completamente parada, completamente parada!

Além do mais, este sistema teve uma redução de linhas que ultrapassa a casa da centena. Nos bairros populares, a população está isolada sem poder acessar as estações do metrô, porque não existem as linhas regulares para tirar o povo de Cajazeiras, do Subúrbio, do miolo da cidade para pegar o modal do transporte de massa, que é o metrô.

Então, o sistema de transporte colapsou pela incompetência da prefeitura. Os rodoviários apontaram uma greve para a próxima terça-feira na cidade. Greve porque as empresas quebradas não têm como pagar o 13º salário! E os trabalhadores estão no direito de reivindicar os seus salários! E o prefeito fala que agora vai enviar um projeto de lei para que a prefeitura subsidie o sistema com R\$ 190 milhões. Ora, a conta é coincidente! São os R\$ 180 milhões que eles retiraram na concessão onerosa e agora vão devolver, com os recursos públicos, para deixar o sistema em pé. Esta é a situação, infelizmente lamentável, do sistema de transporte.

Para piorar, se ele diz que está falido o sistema sobre pneus, por que optou pelo BRT? Um sistema ultrapassado que custou mais de R\$ 1 bilhão, cujas estações estão vazias e que não alimenta o metrô?

Então são equívocos em cima de equívocos cometidos pela prefeitura, que levaram a essa crise no sistema de transporte, ao colapso e à...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) falência, infelizmente, aqui na nossa cidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra pelo tempo restante...

Não há mais orador no horário da Federação PT/PcdB/PV.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Há sobre a mesa um requerimento.

(Lê) “*REQUERIMENTO Nº 10.318/2023*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.092/2023 de autoria do Poder Executivo, que ‘Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências’.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2023.

DEPUTADO ROSEMBERG PINTO

Líder da Maioria”

O Sr. Alan Sanches: O senhor só fez a leitura e vai colocar em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vou colocar em votação.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) de votação.

O Sr. Alan Sanches: (...) para votação.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conforme o Regimento, V. Ex.^a terá todo o direito de solicitar...

O Sr. Rosemberg Pinto: Pronto.

Eu queria que V. Ex.^a marcasse os 35 minutos e pedisse...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): São 25 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Os 25 minutos, desculpe-me! E pedisse para os deputados e as deputadas se fazerem presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, é de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Melhor, quórum de votação do requerimento. Por isso, eu solicito à parte técnica de controle que marque 25 minutos, zere o painel, para que possamos apurar a frequência das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade dos trabalhos. Solicito a presença de todos os senhores, de todas as senhoras, para que possamos dar continuidade à sessão. Há um requerimento de urgência e um pedido de verificação de quórum, portanto, compareçam.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação para continuidade da presente sessão. Há um requerimento de urgência e uma solicitação de verificação de quórum, por isso, os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas devem comparecer ao Plenário para marcar a presença para a verificação do quórum.

Compareçam porque as lideranças estão aguardando as presenças honrosas de V. Ex.^{as}.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restabelecido o quórum, em votação...

O Sr. Alan Sanches: Queria encaminhar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar como vota a Bancada da Minoria, pelo tempo de 5 minutos, o nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, veja bem, vou encaminhar daqui mesmo. Mais uma vez, o governo do estado encaminha uma solicitação de empréstimo. Todas as vezes, parece que é uma prática do Partido dos Trabalhadores, eles encaminham, eles têm essa ganância, essa vontade de arrecadar cada vez mais, aumentando o imposto, como querem colocar hoje, e agora pedindo mais um empréstimo.

V. Ex.^a, como grande estudioso, presidente Zé Raimundo, já fez as contas, apesar de ser um professor de História, mas é bom em Matemática. Estamos chegando a R\$ 3,5 bilhões de empréstimos tomados. E esse empréstimo que vem sendo tomado e que agora vai chegar a essa média de R\$ 3,5 bilhões, só no governo Jerônimo Rodrigues, não diz absolutamente nada sobre em que vai ser investido. Inclusive, no final, ele diz que poderá ser utilizado como fundo garantidor.

Já teve o empréstimo passado que veio com a mesma coisa e agora ele quer garantir mais uma vez a Ponte Salvador-Itaparica, isso é o que está no rodapé. Mas se a gente estivesse vendo que essa ponte estava avançando, trazendo os estudos, seria uma coisa. Mas eu me lembro do meu companheiro Robinson Almeida, de Santo Antônio de Jesus, quando no Hotel Santo Antônio, fez uma grande palestra, há 10 anos. Ele era secretário da Comunicação, nem deputado federal era ainda – porque já foi federal e, depois, estadual por dois mandatos, já está no segundo mandato aqui como estadual –, mas ele era secretário da Comunicação e, no Hotel Santo Antônio, na cidade de Santo Antônio Jesus, fez uma palestra, há 10 anos, falando da ponte.

Hoje nós não temos uma pedra lançada na Baía de Todos-os-Santos. E é o segundo empréstimo, se não me falha a memória, que vem no rodapé que poderá ser utilizado também como fundo garantidor. Mais uma vez, se a gente estivesse avançando, deputado Robinson Almeida, deputado Rosemberg, eu estaria aqui para dizer: “O.k., vamos! Precisamos desenvolver o nosso Recôncavo, a nossa ilha.” Mas não! É dinheiro jogado fora! Foram R\$ 55 milhões ainda quando o secretário do Planejamento era José Sergio Gabrielli, que fez um estudo com a Universidade

Mackenzie, de R\$ 55 milhões na ponte, e o dinheiro está dentro d'água, porque não tem uma pedra. Não tem uma pedra!

E, mais uma vez, o Partido dos Trabalhadores, sem transparência! Sem transparência, vem solicitar, mais uma vez, um empréstimo que chega à soma absurda, só no governo Jerônimo, de R\$ 3,5 bilhões. E não diz nada, apenas quer tomar o dinheiro. Não gastou nem o outro. Quando eu falo que não gastou é porque não sabe nem gastar.

Nós temos aí meio bilhão de reais, eu já falei aqui e estou repetindo, meio bilhão de reais, sem uso, no fundo de combate à pobreza. Nos 4 anos, existem lá, nesses últimos 4 anos, meio bilhão de reais sem uso, do fundo de combate à pobreza, e quer aumentar mais 2% hoje no ICMS, que vai para 22,5%. Esta é a alíquota que será cobrada do povo da Bahia: 22,5%, uma alíquota dessa.

Então, meus amigos, minhas amigas, vocês que nos acompanham, não é possível que esta Casa vá, pela quarta vez neste ano, dando uma soma de R\$ 3,5 bilhões, dar um cheque em branco para o governo do estado. Sendo dessa forma, deputado Tiago Correia, deputado Jordavio, Pablo Roberto, Leandro de Jesus, Pedro Tavares, Emerson Penalva, Robinho, todos vocês, meus amigos, nós vamos fazer o encaminhamento legítimo, que é votar contra esse absurdo, uma soma do empréstimo que vai chegar a R\$ 3,5 bilhões. Votaremos contra.

Para encaminhar, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, todas as defesas já foram feitas aqui. Encaminho o voto “sim”, pela aprovação do requerimento.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, quero encaminhar o voto também.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para encaminhar, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, a nossa posição aqui está relacionada principalmente à questão da transparência em relação ao direcionamento desses recursos.

Para nós, do Psol, não significa que a Bahia não precise de empréstimos, que a gente não precise ter iniciativas, inclusive, as iniciativas que o projeto indica, no campo da infraestrutura. Mas, a nosso ver, existe um problema de método, que é o detalhamento. É preciso ter transparência de para onde vão esses recursos.

Então, em função disso, o nosso voto não vai ser a favor, Sr. Presidente. Voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Hilton Coelho.

Em votação o Requerimento nº 10.318/2023, que solicita (lê) “(...) *URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.092/2023 de autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto ao Banco do Brasil S.A, com a garantia da União, e dá outras providências”.*

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado pela maioria, com os votos contrários da Oposição.

Por favor, registrem o voto contrário da Oposição. Por favor, Alan, leia os nomes.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria registrar os votos contrários dos deputados: Alan Sanches, Jordavio Ramos, Tiago Correia, Pablo Roberto, Manuel Rocha, Emerson Penalva, Leandro de Jesus, Robinho, Diego Castro, Júnior Nascimento e Marcinho Oliveira, votando contra o projeto desse empréstimo por todos os motivos que eu já falei aqui, inclusive pela falta de transparência na aplicação do recurso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): E de Hilton Coelho? Contra também. Registrados na ata, portanto, os votos contrários.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ampla maioria, aprovado o projeto.

Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, como havia uma convocação de sessão extraordinária às 18h10min, conversei com o deputado Alan e apenas interromperíamos esta aqui para, daqui a 10 minutos, termos uma sessão extraordinária.

Então, de ofício aqui, pedi a prorrogação da sessão para apreciação do projeto que estava previsto na sessão extraordinária.

O Sr. Alan Sanches: Se esse acordo legislativo também passar pelo presidente, peço que, ao invés de fazer a sessão extraordinária – o que eu questioneei, inclusive –, que a gente possa dar continuidade. Agora, deve então... Vou até ajudar aqui, já que ele tentou ajudar a Oposição para falar, para fazer a prorrogação desta sessão por 600 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Isso, eu pedi para ela fazer o ofício.

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Srs. Deputados...

O Sr. Alan Sanches: Depois diz que a Oposição não ajuda.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vocês sempre ajudam.

Srs. Deputados, temos aqui um requerimento.

(Lê) “*REQUERIMENTO*”

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa. dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução nº 3.170/2023, de autoria da Mesa Diretora, que Institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária, por Tempo de Serviço ou de Contribuição, dos servidores do quadro de provimento permanente da Assembleia Legislativa, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2023.

Dep. Rosemberg Pinto

Líder da Maioria

Dep. Alan Sanches

Líder da Minoria”

Srs. Deputados, esse projeto de resolução trata-se de algo que, nesse período, com muita honra, que eu estou como presidente, nós já fizemos por duas vezes. Do que é que trata? Os funcionários da Casa chamados estáveis, concursados da Casa, que, às vezes, faltam 6 meses, 1 ano, 1 ano e meio para se aposentar, a Assembleia institui, como ocorre na Petrobras, na Caixa, no Banco do Brasil – claro que é uma coisa voluntária –, que, se o funcionário quiser, ele antecipa a aposentadoria, saindo daqui da Assembleia. O.k.? Nós já fizemos isso por duas vezes. Como tem prazo determinado, nós estamos refazendo esse programa porque temos algumas dezenas de funcionários que estão prestes a se aposentar e gostariam de se inscrever nesse programa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar o projeto de resolução da aposentadoria, o deputado Rosemberg Pinto.

É o programa dos funcionários que não faltam tanto tempo para se aposentar. Que fique claro que é voluntário.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, esse projeto de resolução – e eu fico muito gratificado em relatar, mais uma vez, porque já fiz isso aqui por duas vezes –, na realidade, (lê) *“Institui o Programa de Incentivo à Aposentadoria Voluntária, por Tempo de Serviço ou de Contribuição, dos servidores do quadro de provimento permanente da Assembleia Legislativa, e dá outras providências”*.

Esse projeto, Sr. Presidente, na realidade, traz vantagem para a Casa Legislativa e vantagem para o servidor que, durante muito tempo, prestou serviço a esta Casa. E quero aqui parabenizar, mais uma vez, a Mesa Diretora da Casa por essa iniciativa.

Nesse sentido, não havendo nenhum processo de inconstitucionalidade, opino pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do relator Rosemberg Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.170/2023, em discussão única. (publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de 08/11/2023)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Submeto à votação o seguinte requerimento:

(Lê) *“REQUERIMENTO*

Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das sessões, 07 de novembro de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto”

O Sr. Alan Sanches: É o que isso?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É a prorrogação.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito, perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o requerimento de prorrogação da sessão.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada a prorrogação por 600 minutos.

Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o (lê) “*Projeto de Lei nº 25.091/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica, e dá outras providências.’*”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto, o relator mor.

O Sr. Alan Sanches: Qual o projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O projeto do ICMS.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Na realidade, eu tinha prometido ao deputado Vitor Bonfim, mas deixa eu assumir essa tarefa aqui da relatoria desse projeto, presidente, que é um projeto que, diferentemente de todas as discussões, traz um benefício singular para uma grande parcela da população baiana, com relação à redução do ICMS, principalmente, no quesito energia.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.091, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica, e dá outras providências.’

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exme Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora passo a relatar, propondo alterações na Lei nº 7.014/96, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

A proposta, que terá aplicação no exercício financeiro de 2024, destinase a ‘aumentar a alíquota modal do ICMS de 19% (dezenove por cento) para 20,5% (vinte e meio por cento), bem como revogar as atuais alíquotas de energia elétrica, no percentual de 27% (vinte e sete por cento), e de serviços de telecomunicações, no percentual de 28% (vinte e oito por cento), aplicadas para mercadorias consideradas supérfluas, a fim de reduzi-las ao patamar da alíquota modal...’”

O que isso significa? Nós estamos reduzindo a alíquota de ICMS da energia elétrica do percentual de 27% e dos serviços de telecomunicações e 28% para, se aprovado, os 20,5%. Isso é algo que generaliza esse benefício para todos os cidadãos e cidadãs da Bahia, uma vez que todos utilizam, com raras exceções, a energia elétrica no nosso estado, principalmente as indústrias, o comércio e a área de serviço.

(Lê) “(...) conforme registra o Chefe do Executivo na Mensagem que acompanha o projeto, na qual ressalta também que a medida ‘se ampara na necessidade de recompor os níveis atuais da receita estadual, em função da elevada perda de arrecadação decorrente dos recentes entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal - STF quanto à aplicação da alíquota modal como limite na incidência do ICMS sobre as operações com energia elétrica e nas prestações de serviços de telecomunicação’, e ainda que ‘além disso, a redução da carga tributária dos combustíveis e a nova sistemática de tributação monofásica introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 192, de 11 de março de 2022, reiteraram a necessidade da medida objeto da presente Proposição.’ Cabe destacar aqui, como referido na Mensagem, a significativa redução das alíquotas do ICMS incidentes sobre as operações com energia elétrica e com serviços de telecomunicações, de, respectivamente, 27% e 28% para 20,5%, o que terá significativos impactos sobre a produção e o consumo dos baianos.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo...” Tirando, assim, qualquer tipo de possibilidade de emendas de relator ao projeto ora apresentado.

“(...) E o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2023.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação.

O Sr. Alan Sanches: Calma, presidente, calma. O que é isso? Oxente, calma.

Como estamos em regime de urgência, nós não podemos discutir o parecer, mas já estamos inscritos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu que peço calma a V. Ex.^a.

O Sr. Alan Sanches: Calma! Com a sua tolerância. O senhor estava descansando, o senhor está bem revigorado, calmo.

Nós ainda temos para fazer a discussão do projeto – já para deixar V. Ex.^a ciente – dez deputados: Robinho, Marcinho, Júnior Nascimento, Alan Sanches, Pedro Tavares, Manuel Rocha, Tiago Correia, José de Arimateia, Leandro de Jesus e Diego Castro. Somos dez, são 200 minutos, que são 20 minutos para cada um. São 200 minutos, então a gente vai chegar a 3 horas e 10 minutos.

São 3 horas e 10 minutos. Até meia-noite a gente termina a discussão. Ótimo.

O Sr. Alan Sanches: E Emerson Penalva também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Não. No âmbito das comissões, eu quero que registre o voto contrário dos deputados da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Votos contrários dos deputados da Oposição aqui presentes: Robinho, Manuel, Júnior, Leandro e Hilton Coelho.

Em Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto: Para discutir.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para iniciar a discussão do Projeto nº 25.091/2023, o deputado Robinho, pelo tempo de 10 minutos.

Vai falar por 30 minutos ou por 10 minutos, Robinho?

O Sr. Robinho (fora do microfone): Por 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está com esse ânimo todo?

Com a palavra, pelo tempo de 20 minutos, o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Meu presidente, serão 20 minutos para iniciar, presidente.

Boa tarde a todos os colegas. É claro que eu não queria estar para falar de aumento de imposto; eu não queria estar aqui para falar de empréstimo. Infelizmente, hoje, nesta Casa, foi aprovado mais um requerimento de urgência para mais um empréstimo. É o quinto empréstimo do governador Jerônimo neste ano. Não foi aprovado o quinto projeto de lei, mas já foi aprovado um requerimento de urgência. Vai se estender a um total de R\$ 3,5 bilhões que o governo do estado contraiu em empréstimos. E o mais engraçado... mais engraçado não, o mais triste, o mais interessante, em que cada cidadão baiano tem de prestar atenção, é que não se fala onde vão ser investidos esses recursos.

Se a gente for analisar, neste ano, um resumo do que esta Casa aprovou: empréstimos, empréstimos e, agora, aumento de impostos. E o mais interessante, que eu quero direcionar o povo baiano, é que não é simplesmente um aumento de 1,5%. Não é 1,5% de aumento do ICMS. Se você pegar os 12 últimos meses, são 3% de aumento porque, no final do governo anterior, aprovou-se aqui nesta Casa um aumento de 1,5%.

Então, fazendo a soma, nos últimos 12 meses, são 3% de aumento. Aí, eu quero lembrar aqui que, na semana passada, nosso colega Sandro Régis, ao usar a palavra e se referir à questão desse aumento de imposto, ele relatou nomes aqui de colegas, de empresários que aqui estão, como o Raimundinho, como Luciano, como outros empresários que estão aqui presentes. Na realidade, Raimundinho – pela nossa amizade estou usando seu nome –, quem vai pagar esse aumento de alíquota de imposto não é o empresário. O empresário, quando recebe um aumento de alíquota de impostos, a primeira coisa que ele faz é chamar o seu corpo administrativo e falar: “O governo mandou um aumento aqui de 3% – 1,5% no final

do ano passado, mais 1,5% agora –, repassa e ainda repassa a mais!” É assim que se faz! E quem, de fato, vai pagar esse empréstimo é o cidadão lá na ponta. E aí eu estou cansado de ouvir aqui, Antonio Henrique, aquele discurso de que é o governo que gosta de gente, o governo que quer cuidar de gente, o governo que quer e que se preocupa com o pobre.

Quem se preocupa com o pobre, quem cuida de gente não tem uma obsessão tão grande por impostos, mais impostos, mais taxas e mais impostos. É o que nós estamos vendo, colegas, baianos, neste ano em que o governo federal, a cada dia que passa, propõe mais impostos, mais taxas, inclusive, já tem uma proposta de voltar ao DPVAT. É um governo que “gosta” de gente, que quer “cuidar” de gente botando gente para pagar mais impostos. São mais impostos, são mais cobranças, são mais taxas, é o governo que “gosta” de pobre.

Mas eu quero dizer às pessoas humildes, porque a palavra “pobre” é uma palavra muito negativa, eu quero dizer às pessoas humildes que, a partir do momento em que for aprovado aqui o aumento da alíquota do ICMS para o povo baiano, na hora que o cidadão humilde chegar lá no supermercado, ele vai ver o feijão mais caro, ele vai ver o óleo de cozinha mais caro, ele vai ver o arroz mais caro, e esse é o governo que “cuida” de gente, é o governo que “cuida” dos pobres, é o governo que tem 17 anos falando da fome, da fome... e, a cada dia que passa, a fome está aumentando na Bahia, e o governo do PT sobrevivendo nas costas de vocês, de vocês que o intitulam como o “partido dos pobres”.

O PT ama, de fato, os pobres, porque o pobre fica fácil de ser manipulado, fica fácil de ser manuseado, fica fácil de ser comprado com a cesta básica, com os benefícios do Bolsa Família, é assim a política do PT com o cidadão mais pobre porque fica fácil de ele se conduzir.

Então, esse é o governo, é o governo de mais impostos, é o governo que “ama”, é o governo do “amor”, é o governo que “gosta” de gente, cobrando mais impostos de gente, cobrando mais taxas da gente, e essas taxas, eu quero aqui novamente lembrar ao colega Sandro Régis, não são os empresários que vão pagar. Se fossem os empresários, tudo bem, os empresários têm dinheiro e podem pagar mais impostos, só que os empresários repassam, eu quero deixar isso bem claro, os empresários repassam esses impostos para você, cidadão. E quem mais sofre com isso são as camadas sociais de menor poder aquisitivo.

Então, eu também vi aqui os discursos de alguns colegas se vangloriando do governador, o governador do imposto, o governador de mais taxas, dizendo que esse imposto é para o governo investir nas pessoas. É engraçado, tirar o dinheiro das pessoas humildes para investir nas pessoas, apanhar de um bolso para “devolver” para outro, e será que vai devolver? Essa é uma coisa sobre a qual eu quero que cada um de vocês passe a raciocinar e pensar.

Eu ouvi aqui até o discurso de um dos deputados dizendo que a culpa do governo estar criando impostos é do ex-presidente Bolsonaro porque o ex-presidente tinha uma política de diminuir impostos. Para baixar o preço da gasolina, o

presidente Bolsonaro diminuiu, mandou um projeto de lei para os deputados federais, o inverso do que está acontecendo aqui.

Eu quero repetir isso: o presidente Bolsonaro é culpado pelo governo do estado estar aumentando o seu ICMS. Por quê? Porque o presidente Bolsonaro mandou um projeto de lei diminuindo a alíquota do ICMS sobre os combustíveis, diminuindo a alíquota do ICMS sobre a energia, e, por causa disso, o governo da Bahia vai agora aumentar mais 1,5%. Em novembro, quero repetir, foi 1,5%, e agora, neste novembro, é mais 1,5%. Se virar moda, em novembro que vem, vai ser mais 1,5%.

Então, gente, é o Bolsonaro mais uma vez cometendo um crime, cometendo um crime, ele mandou um projeto de lei para diminuir o ICMS sobre os combustíveis, diminuir o ICMS sobre a energia. Agora, por causa disso, porque ele diminuiu o imposto, o ICMS, sobre o combustível e a energia, o governo da Bahia vai aumentar a alíquota do ICMS no estado, a nova taxa do ICMS vai para 20,5%.

Eu também ouvi aqui um colega deputado defensor do governador dizer que todos os estados nordestinos têm alíquota acima de 20%. Ele faltou com a verdade. No estado de Alagoas, é 19% a alíquota do ICMS. Agora eu quero, Júnior Nascimento, lembrar que, nos estados ricos do Brasil, as alíquotas do ICMS são todas abaixo do que o governo da Bahia está querendo.

Vou dar um exemplo aqui: o estado de Santa Catarina, que é o maior PIB do Brasil, por incrível que pareça, cobra 17%. Então, meus amigos, quanto mais imposto o estado cobra mais pobre o povo fica. Isso é uma realidade. Eu fico triste porque os colegas deputados saíram, não querem escutar a verdade, mas eu quero repetir: quanto mais pobre o estado, mais imposto é cobrado, por isso que o povo fica mais pobre.

Outra coisa, o empresário, ele faz conta, aí o empresário vai falar assim: “Eu estou com o meu negócio, e o governo está me cobrando imposto, mais isso, mais aquilo”. Tem empresário que fala: “Sabe de uma? Eu vou acabar com esse negócio meu, é tanto imposto”. Ou ele fala assim: “Eu vou sair da Bahia, eu vou montar meu negócio lá em Santa Catarina porque lá em Santa Catarina a minha empresa vai pagar, de ICMS, 17% mais os incentivos que o estado de Santa Catarina vai dar para a minha empresa”.

É por isso que o estado da Bahia é o estado que mais desemprego tem, é o estado aumentando a sua carga tributária, e aí o empresário faz conta. Quem não pode fazer conta é o cidadão que tem que comprar o feijão, que tem que comprar o arroz, que tem que comprar a farinha, ele não tem saída, ele tem que cobrar, ele tem que pagar o imposto.

Agora, o empresário, ele fala assim: “Eu vou lá para Santa Catarina porque lá o ICMS é 17%”, “Eu vou lá para o Paraná porque lá o ICMS é 18%”, “Eu vou lá para São Paulo, a segurança do estado de São Paulo é boa, lá, na média de 100 mil pessoas, morre 11; aqui, na Bahia, para cada 100 mil, morre 48; lá no estado de São Paulo tem mais segurança, segurança jurídica, o imposto é menor, eu vou montar minha empresa lá em São Paulo”, “Eu vou montar a minha empresa lá em Minas

Gerais porque lá é 18%”, “Eu vou montar minha empresa lá no Espírito Santo porque é 17%”.

É a fuga de capitais, o governo do estado está impedindo os empresários baianos de investirem na Bahia. E aí o outro deputado vem aqui e fala assim: “Ah! É que o governo da Bahia trouxe a BYD e vai trazer 5 mil empregos”. Ele esqueceu de dizer que o governo do PT expulsou a Ford, que é uma empresa renomada e de marca reconhecida.

A BYD é coisa que eu estou ouvindo aqui no meu ouvido de 6 meses para cá, a Ford eu conheço desde criança. O primeiro carro que meu pai comprou, Zé Raimundo, era um Corcel, da Ford. A Ford foi embora da Bahia, eu não vou dizer o porquê porque eu não tenho provas nem dados, mas foi embora.

Pô, graças a Deus, o governo da Bahia conseguiu uma substituta para a Ford. Bacana! Fico feliz por isso, eu não quero aqui torcer para o “quanto pior, melhor”, não, Penalva, muito pelo contrário. Eu queria ver a política do governo da Bahia como uma política de incentivo para o cara trabalhar mais, não é a política da esmola, não, Antonio Henrique. “Eu vou lhe dar uma cesta básica, eu vou lhe dar o Bolsa Família”, isso é política da pobreza, isso é política da miséria, isso é apequenar demais. Vamos fazer a política do incentivo ao trabalho: “Eu vou pagar, eu vou cobrar menos impostos, porque aí você vai produzir mais”.

Engraçado, eu vou provar isso agora aqui no Brasil, eu vou provar isso, Roberto Carlos. Há 1 ano, a política econômica do Brasil era da seguinte forma, era cobrar menos impostos. A cada tempo que passava, o presidente Bolsonaro e sua equipe econômica iam diminuindo impostos, e, por incrível que pareça, no Brasil, Pedro, a cada mês, era recorde de arrecadação sobre recorde de arrecadação.

Foi assim que a gente viu o Brasil, só aumentando a arrecadação, recorde sobre recorde. Tanto que os prefeitos da Bahia, do Nordeste, do Brasil, vinham, com os seus repasses do FPM, só crescendo. Só de 2021 para 2022, o FPM dos prefeitos brasileiros cresceu 25%, por quê? Porque o Brasil estava arrecadando mais, e o governo federal cobrando menos impostos.

E agora o que que está acontecendo, amigo? Desde que o governo do PT assumiu, é mais imposto, é mais taxa, é mais aquilo, é mais aquilo. E, por incrível que pareça, as prefeituras estão recebendo menos repasses do FPM. Sabem por quê? Porque, há 4 meses seguidos, o Brasil tem queda de receita.

A conta está fácil, Penalva, só não enxerga quem não quer ver. No governo anterior, diminuíram os impostos, e a arrecadação aumentou; no governo atual, o que você só escuta é: “Mais imposto, mais taxa, mais aquilo”. Inclusive, o ministro da Economia do atual presidente está sendo chamado de “Taxad”, é o homem da taxa, é o homem dos impostos. No Brasil, pelo quarto mês consecutivo, está caindo a receita; e os prefeitos brasileiros, principalmente do Nordeste, chorando pela queda do FPM.

Esse é o resultado, essa conta não tem como mentir. Você pode mentir lá, o IBGE pode apresentar uma inflação, agora está aí a receita brasileira caindo, o FPM, dos municípios, caindo, mas o governo na sede de cobrança de mais impostos.

É o governo do “amor”, é o governo que quer “cuidar” de gente, é o governo que “gosta” de pobre. Quer o pobre, a cada dia que passa, mais pobre para que fique mais fácil de ser manipulado, mais fácil de ser conduzido, mais fácil de ser induzido e mais fácil de ser comprado. Essa é a realidade da política brasileira.

Não tem argumento que venham aqui dizer que prove o contrário. Não tem ninguém... Eu quero desafiar qualquer colega que venha aqui dizer qual o benefício que o povo, que a massa mais humilde, recebe ao se aumentar o imposto. Porque quem vai pagar – eu quero dizer isso ao povo, àquele cidadão mais humilde, eu quero me referir a você –, quem vai pagar esse aumento de imposto não é o empresário, quem vai pagar esse aumento de imposto é você, cidadão. Você não tem como fugir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) você não tem como sonegar, você não tem como correr do pagamento da sobretaxa que o empresário vai repassar para você.

Então, para finalizar as minhas palavras, quanto mais imposto, mais pobreza. Está aí o exemplo, os estados mais ricos do Brasil, onde tem um PIB maior, tem menos impostos, menos ICMS, melhor qualidade de vida. O governo da Bahia está expulsando os empresários baianos, insultando-os para que eles possam ir para os estados que cobram menos impostos. Estou fazendo o meu papel...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado.

O Sr. ROBINHO: (...) defendendo o cidadão, falando aquilo que eu acredito.

Muito obrigado, presidente. Um abraço, amigos, pensem que vocês representam um povo...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua.

O Sr. ROBINHO: (...) e não é essa a posição de um político que briga e que diz que quer cuidar de gente, que tem amor por gente, que gosta de pobre...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Conclua, deputado.

O Sr. ROBINHO: (...) O amor venceu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Júnior Nascimento: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra...

O Sr. Júnior Nascimento: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) a Marcinho Oliveira, inscrito para debater.

O Sr. Júnior Nascimento: Presidente, pela ordem!. Considerando que já se passaram os 30 minutos do último pedido de verificação e como o Plenário se encontra vazio, acredito que os deputados não estejam dispostos, eu solicito a verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto: Da continuidade da sessão, é isso?

O Sr. Júnior Nascimento: Sim, sim, da continuidade da sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto: O.k.

Sr. Presidente, eu queria que V. Ex.^a marcasse 15 minutos para que a gente possa chamar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes aqui, neste momento. Então, eu queria pedir aos deputados e às deputadas... E, eu entendi que... Eu até fiquei assim, estranhando o deputado Júnior, interromper o deputado Marcinho, para falar...

O Sr. Júnior Nascimento: Eu não interrompi, ele nem começou.

O Sr. Rosenberg Pinto: (...) mas fique tranquilo, fique tranquilo, que a ideia aqui é que a gente lhe dê todo o tempo suficiente para você falar, 20 minutos, 30 minutos, o que você quiser.

Por isso, presidente, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes para que a gente possa atender à verificação de quórum proposta pelo deputado Júnior Nascimento. Com isso, a gente valoriza a fala do deputado Marcinho, que ele possa discursar aqui com um número suficiente. Mas eu espero, que, já que é o deputado Marcinho que vai falar, que os deputados da sua base sejam os primeiros a virem dar presença para que possam ouvi-lo aqui, se não seria uma injustiça com a vossa fala, certo?

Então, eu queria pedir que marcasse os 15 minutos...

O Sr. Júnior Nascimento: Deputado, eu só quero dizer que eu não interrompi o deputado Marcinho...

O Sr. Marcinho Oliveira: Deputado Rosenberg, deputado Rosenberg.?

O Sr. Júnior Nascimento: (...) o negócio é que os deputados saíram do Plenário atrás da assinatura de uma PEC e aí esqueceram de estar presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Os nobres líderes serão atendidos, por favor.

O Sr. Robinho: Presidente, pela ordem, presidente! Pela ordem, presidente! Eu gostei do colega...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu já encaminhei. V. Ex.^a, tem duas questões de ordem, tempo.

Na sequência, é V. Ex.^a, viu? Por favor, inclusive, V. Ex.^a já está presente, não é? Por favor, zere o painel, 15 minutos para que os deputados e as deputadas possam comparecer ao Plenário para a continuidade da sessão.

Robinho, presente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há uma solicitação de quórum para a continuidade da sessão. Estamos discutindo um importante projeto para a Bahia, compareçam para que a sessão possa ter a continuidade regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Restabelecido o quórum, eu concedo a palavra ao deputado Marcinho Oliveira pelo tempo regimental de 20 minutos para discutir o projeto.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, nobres colegas, deputados, deputadas, sendo mais uma vez solicitado aqui pelo meu líder, deputado Alan Sanches, volto à tribuna para debater esse importante tema que vamos votar nesta noite.

Hoje, diante de muitas dificuldades pelas quais passa a população do estado, diante das dificuldades pelas quais passa o nosso povo, deputado Robinho, é inadmissível, em 1 ano, haver dois aumentos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços).

E ele, por ser um imposto estadual, com diversos impostos que estão sendo simplificados pelo governo federal, tinha que ser analisado de uma forma igual, como, por exemplo, o que estamos debatendo com o deputado Rosemberg a respeito da isenção do ICMS ou da sua redução para beneficiar as fibras naturais como o sisal, como a piaçava, como a fibra do coco.

Enfim, isso é necessário para restabelecer os fios naturais em uma competitividade com os fios sintéticos, que é onde deveria haver, presidente Zé Raimundo, um aumento dos impostos para poder facilitar a vida do homem do campo, da mulher do campo que estão tendo dificuldades neste momento.

Então, nada mais justo do que isso. E a gente vê um aumento do ICMS que pode, sim, causar prejuízos para empresas, para consumidores, e, a depender do contexto do segmento, até os prestadores de serviços, deputado Euclides, vão ser prejudicados. Quando o imposto é elevado, os custos de produção e consumo aumentam, o que pode levar a preços mais altos, dificultando cada vez mais para a população.

O governo prega muito que ele luta para combater a fome, seja com o programa Bahia sem Fome... Mas nós precisamos fazer com que as coisas continuem ao alcance da população do nosso estado, e o aumento do ICMS pode levar os produtos e serviços a ter preços mais altos, pode afetar e vai afetar diretamente a competitividade das empresas e o poder de compra dos consumidores, deputado Vitor Azevedo.

Por isso que temos que analisar. Eu fiz um compromisso na campanha de 2022 e eu costumo cumprir, deputado Luciano, os compromissos. Eu fiz o compromisso com a população de que jamais iria vir para esta Casa, deputado Robinho, para votar sobre aumento dos impostos porque eu sei que o nosso povo sofre, a cada dia, para poder ter o aumento de salário, que não é visto dessa forma pelo governo.

Uma situação, líder Alan Sanches, se o governo hoje, nesta noite, aumentasse os salários dos servidores com o impacto com que vai a aumentar, deputado Leandro, o ICMS, muitos de nós iríamos votar a favor porque iríamos saber para onde iria isso.

A gente vê que isso leva a muitas situações. Além disso, as empresas podem enfrentar uma redução de margem de lucro devido ao aumento dos custos tributários, o que pode levar, deputado Laerte, ao desemprego. Todos nós, deputados, levantamos a bandeira da geração de empregos, todos nós lutamos para

poder atrair indústrias para as nossas bases eleitorais para que sejam gerados empregos, deputado Patrick, mas veio o aumento do ICMS, e isso é o que pode impactar e dificultar, deputado Alan Sanches, essas empresas de irem para o interior.

A gente vê que as políticas fiscais e o aumento de impostos, que variam de estado para estado, podem, aqui, tornar o imposto, o ICMS da Bahia, um dos mais altos do Brasil, e a gente vê isso, muita gente assiste a isso, sentado, vendo a situação. Sim, o aumento do ICMS pode ter um impacto negativo no emprego, dependendo de como as empresas reajam aos aumentos de impostos.

Quando o custo de produção aumenta devido ao aumento do ICMS, reduz o custo de margem de lucro, deputado Matheus, e dificulta a geração de empregos. As empresas podem adotar várias estratégias para compensar esses custos adicionais, mas, sendo reduzida a margem de lucro, pode se reduzir a competitividade.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado Marcinho Oliveira. É o deputado Alan Sanches.

O Sr. Marcinho Oliveira: Pode falar, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Marcinho Oliveira, hoje é um daqueles dias tristes para esta Casa, é quando a gente observa que 43 deputados da Base do Governo estarão dizendo “amém” a um projeto prejudicial à nossa população, prejudicial aos nossos empresários, aos comerciantes e à toda população, porque a gente fala de um imposto que vai para 22,5 %, não é 20, é 22,5%. É um imposto que atinge todas as mercadorias, todos os consumidores, todos os serviços. Mas este governo do Partido dos Trabalhadores veio, durante o período eleitoral, falando, deputada Maria del Carmen, que era um governo que veio para cuidar de gente. Mas eu digo que só me lembra da Idade Média, quando havia o rei e havia os plebeus. Quando o rei queria alguma coisa, o que ele fazia? Vamos colocar o nosso coletor de impostos. E aumentava, causava aquele sofrimento à população. É isso que vai fazer o governador, deputado Marcinho. Ele tem que ter criatividade, tem que pensar em formas de como pode executar aquelas tarefas sem prejudicar a sua população.

Mas, infelizmente, a assessoria do governo do estado deixa muito a desejar. E é muito mais fácil, em vez de cortar na carne, de diminuir a máquina pública, de diminuir essa ineficiência da máquina pública, é muito melhor e fácil fazer um projeto e jogar na Assembleia, com seus 43 deputados da base, para aprovar um aumento de imposto para, cada vez mais, prejudicar a nossa população.

Muito obrigado, deputado Marcinho.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Deputado Alan, é inadmissível que aconteçam esses aumentos, porque o aumento do ICMS não é tão simples, pois também se vai aumentar o preço dos produtos, e pode resultar em redução da força de trabalho, em demissões. As empresas vão optar por cortar empregos e manter a lucratividade. É isso. O aumento do ICMS, em certos casos, como vai ser com esse, poderá contribuir para o desemprego. E a gente vai hoje fazer com que nosso estado seja conhecido nacionalmente por ter um dos impostos mais caros do país.

Mas, deputados e deputadas, estou fazendo o meu papel de vir aqui e defender o que acredito, porque, no fundo, eu sei, deputado Luciano Araújo, V. Ex.^a que é um

lutador pelo sisal, deputado Laerte, deputado Alex da Piatã, deputado Luciano Simões, deputados da região, que estão vendo a crise por que ela está passando... E olha só, hoje, vamos ter duas opções, deputado Tiago: ou vota contra o ICMS ou vai ajudar a ficar pior a vida dos produtores de sisal, que vão ter elevados os seus impostos.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Marcinho.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: À vontade, deputado.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Marcinho Oliveira, queria me associar inteiramente às suas colocações; dizer que V. Ex.^a traz com muita propriedade a situação por que passa o nosso estado e a nossa população; e parabenizá-lo pela participação na audiência pública hoje, pela manhã, tratando da questão do sisal, de toda uma região. Talvez o sisal seja a principal fonte de renda de milhares de famílias e V. Ex.^a, como produtor que é, como seu pai, contou hoje um pouco da sua história e trouxe um problema de toda uma população carente do nosso sertão brasileiro, que sofre com a falta de cuidado e a falta de atenção de um governo que acabou com a EBDA, que fornecia atendimento a todos esses produtores rurais, não só os do sisal. Mas, hoje, sofrem os produtores de leite, os produtores de cacau, os produtores de café, enfim, toda a agropecuária do nosso estado sofre com a falta de assistência técnica, a falta de um órgão, e na Região do Sisal não é diferente.

Eu queria parabenizar V. Ex.^a por essa luta em prol daquele povo que precisa, sim, de um olhar mais cuidadoso do governo do estado, que agora propõe esse aumento no ICMS que, com certeza, vai tornar mais caros todos os produtos consumidos, principalmente pelos mais pobres: os alimentos, os transportes. Enfim, toda uma cadeia produtiva é afetada, espantando as indústrias e as empresas do nosso estado, fazendo com que o desemprego aumente, fazendo com que as necessidades das pessoas fiquem mais difíceis de serem supridas.

Então, queria parabenizar V. Ex.^a pelo seu discurso e me associar a esse discurso totalmente sóbrio, que traz um retrato do que é a nossa Bahia, hoje, na gestão deste governo.

Muito obrigado.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Deputado Tiago, obrigado por sua participação.

Mas vale salientar, é muito importante observar que o impacto no emprego depende de diversos fatores, incluindo o setor da economia: a eletricidade, a demanda, as políticas governamentais e a capacidade das empresas de se adaptarem às mudanças fiscais.

A gente não vê uma ação por parte da Secretaria da Agricultura para levar ao conhecimento da Secretaria da Fazenda projetos, deputado Raimundinho, que reduzam o impacto do sofrimento que os produtores de sisal estão passando, deputado Robinho. Então, precisamos de ações, precisamos nos movimentar, precisamos, deputado Robinho, nesta Casa, agir e mostrar a nossa força e dizer a todos que o sertanejo que, como diz Euclides da Cunha, “antes de tudo é um forte”. Precisamos estar junto deles para podermos combater.

O Sr. Robinho: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Um aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Meu amigo Marcinho, eu entendo a sede do governo em aumentar o imposto. Eu entendo porque eu li uma matéria que diz que o governo federal abriu 685 mil novos cargos, empregos nas repartições públicas. Então, o governo do PT contratou 685 mil pessoas e colocou dentro do sistema do governo.

Para pagar esse salário... E não é daqui, da Bahia, que eu estou falando isso, não, eu estou falando do Brasil. Então, essa é a política do PT. E o governo federal está fazendo assim, mais taxas e mais impostos. Agora, vai voltar o DPVAT. E a mesma política do governo federal está sendo desenvolvida aqui, na Bahia. Afinal de contas, é um segmento da política do governo federal, um segmento na política da Bahia. E isso, Marcinho, faz com que vá diminuir a oferta de geração de emprego. E o que nós precisamos na Bahia não é de mais imposto, não, é de mais postos de trabalho, é isso que gera riqueza. O que a Bahia precisa não é de política de combate à fome dando esmola. A Bahia precisa de geração de emprego, dando dignidade ao cidadão com o seu trabalho, não é com a esmola da compra de voto.

Então, Marcinho, a cada dia que passa eu vejo a política do clientelismo. O governo do PT criou 685 mil novos cargos públicos. E a Bahia é o estado que mais tem cargos de nomeação... é o segundo estado do Brasil que tem mais cargos de nomeação. Então, esse custo, quem tem que pagar essa conta é o pobre, é o pobre que está pagando essa conta, com mais imposto. E você pode ter certeza de que, daqui a 1 ano, eu irei aí e vou fazer o discurso para dizer o quanto diminuiu as oportunidades de geração de emprego e renda para o povo baiano.

Muito obrigado.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Deputado, vale salientar que o desemprego tem diversos impactos na economia, na sociedade: a diminuição da renda, a perda das habilidades de experiência, o impacto na saúde mental, a redução do consumo. Vale salientar que a instabilidade social é criada com o desemprego.

Então, é isso que acontece: tantos empregos, tantos cargos. O governo do estado tem muita gente, deputado Cafu, que tem capacidade, tem capacidade de assumir as secretarias, de assumir os postos, tem muita gente que tem capacidade. Mas a gente vê a Secretaria da Agricultura, onde, deputado Júnior Nascimento – 25%, mais de 25% do nosso PIB vem da agricultura –, a gente vê um secretário que não foi capaz de efetuar a feira nacional da agricultura, a Fenagro, aqui, no estado, porque não teve tempo. Mas será que ele teve tempo para visitar as suas bases eleitorais na região do São Francisco? Quantas vezes? Ele é secretário da Bahia ou secretário de Casa Nova? Nós temos que saber. Nós precisamos de uma resposta. Ou ele não está agindo por falta de eficiência ou por falta de competência. Nós precisamos saber, deputado Cafu.

Então, é isso, nós precisamos, aqui, nesta noite, votar de acordo com o que o coração da gente manda. A gente não quer ver o desemprego. Nós não queremos ver um aumento de tributos, deputado Penalva, o nosso povo não aguenta. São milhares de desempregados que saem todos os dias à procura de emprego, e, em vez de serem

gerados novos postos de emprego, a gente vota nesta noite... a gente, não. Muitos votam aqui pelo desemprego e anulam a geração de emprego no nosso estado. E é como o deputado Robinho falou: são programas sociais que vão, pontualmente, dar essa substância através dos programas do tipo Bahia Sem Fome? Nós não queremos isso. Nós queremos que o governo trabalhe para gerar novos postos de emprego em nosso estado, que trabalhe para poder ajudar aos produtores rurais, aos produtores da Região do Sisal, que trabalhe para ajudar aos produtores de piaçava do Baixo Sul.

É preciso, Robinho, a gente movimentar esta Assembleia, mostrando a realidade do voto por coração e voto consciente. Eu saio daqui, nesta noite, com a minha consciência tranquila porque eu estou votando de acordo com o que milhares de baianos querem,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) votando contra os aumentos de impostos abusivos que são apresentados para votação nesta noite.

E para concluir, presidente Zé Raimundo, não vou me cansar, não irei me cansar de vir a esta tribuna para falar das coisas ineficientes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do governo que estão acontecendo, como está acontecendo com a Secretaria da Agricultura, que é um descaso total.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Júnior Nascimento pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, demais parlamentares, inicialmente, eu queria que este Plenário estivesse repleto, que os parlamentares estivessem aqui, deputado Robinho, não se escondendo, não se envergonhando do que irão fazer dentro de instantes, votar contra a população baiana.

Antes de tecer os meus comentários sobre essa matéria, eu li atentamente uma nota, uma matéria num *site* que cita: “Entidades empresariais lançam nota contra o aumento de ICMS na Bahia.” E fui ver, deputado Leandro, as assinaturas. São mais de 50 entidades representativas do nosso estado, diversas associações comerciais, fundações, institutos que defendem incansavelmente o comerciante, as indústrias. E elas emitiram essa nota, corajosamente, em sua defesa.

Aí, eu fico a me perguntar: e nós, que somos os defensores da população, vamos nos calar? Se as associações estão tendo a coragem de repudiar um ato, uma proposição posta pelo governo do estado – diga-se de passagem, já é a segunda vez só neste ano de 2023 que há aumento de alíquota de impostos do ICMS –, nós, parlamentares, iremos nos calar? Com que cara eu chegarei para os meus 65 mil e 493 eleitores e direi: "Fui contra você"? Com que cara eu vou chegar aos municípios

que me acolheram no momento em que mais precisei se hoje estou dando um tapa de luva na sociedade? Como eu irei olhar para essa população, para os meus eleitores, para o povo da Bahia? Porque uma vez eu tive uma votação, como todos os outros deputados que aqui estão tiveram. Conseguimos a vitória e fizemos um juramento, nós fizemos um juramento. E uma das nossas funções, Srs. Parlamentares, é a defesa do povo da Bahia. E, de repente, as pautas chegam aqui na contramão do interesse social, na contramão daquilo que o povo quer, na contramão do desejo e anseio da população da Bahia, mas, para agradar ao governo, o parlamentar esquece até quem lhe colocou neste Parlamento.

E a matéria diz o seguinte, Srs. Deputados: “Diversas entidades do setor comercial do estado da Bahia divulgaram a nota conjunta repudiando a possível aprovação do Projeto de Lei nº 25.091/2023, que visa aumentar a alíquota da base do ICMS de 19 para 20,5%.” A matéria que está em pauta nesta sessão hoje.

Volto a frisar, já é o segundo projeto de aumento de alíquota do ICMS.

Mais adiante, no documento, é dito pelas entidades que a proposição, fristem bem, deputados, (lê) *“é uma grave ameaça aos direitos e aos interesses dos cidadãos baianos”*. É lembrado, como eu falei anteriormente, também na nota que o mesmo imposto, o ICMS, já teve aumento em um curto espaço de tempo, passando de 18 para os atuais 19, e que, com a aprovação por parte da maioria deste Parlamento, vai para 20,5%.

(Lê) *“Trata-se de estratégia recorrente e perigosa, que visa a extrair mais recursos do contribuinte e sem reduzir os gastos públicos. O projeto em questão prejudica o consumidor baiano, principalmente o mais pobre”*.

E, aí, eu vejo alguns parlamentares dizerem que um projeto desse traz benefícios. Ora, ter um discurso de defesa do governo é algo que a gente até respeita, mesmo discordando. Agora, a tentativa de indução à imprensa, ao Parlamento e, principalmente, à população ao erro, a gente não aceita. Nós não podemos, deputado Tiago, nos calar vendo uma tentativa de indução ao erro, alegando que será um projeto que traz benefício. Onde? Em hipótese alguma. É um projeto que vai trazer prejuízo aos profissionais, vai trazer prejuízo aos comerciantes, vai trazer prejuízo às indústrias e ao contribuinte final.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado Júnior Nascimento?

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Concedo o aparte ao deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Júnior, primeiro, gostaria de parabenizá-lo por suas colocações sóbrias, trazendo pontos importantes a respeito desse projeto que, como V. Ex.^a bem traz, é maléfico não só para determinadas classes, como a dos empresários, mas para toda a população baiana no momento em que ela impacta o preço de todos bens e serviços, atingindo, principalmente, aos mais pobres, aos mais carentes.

Mas um dos argumentos, e V. Ex.^a trouxe alguns, usados por membros do governo para defender o projeto... Nós temos que respeitá-los, afinal de contas, cumprem o seu papel dentro de uma Bancada da Maioria que, muitas vezes, tem que atender aos pedidos do governo. Mas um dos argumentos é que o aumento do ICMS

provocará um aumento na arrecadação e, com isso, um aumento no repasse para os municípios. Hoje, deputado Júnior Nascimento, um grupo de prefeitos me procurou. Eles foram fazer contas, juntamente com as suas contabilidades, e chegaram à conclusão de que o incremento de receita que eles receberiam por conta desse acréscimo do ICMS era muito pequeno se comparado ao aumento dos custos que eles teriam. Afinal de contas, os municípios são grandes consumidores, tanto de produtos quanto de serviços. Municípios contratam muito, compram muito e o incremento desse ICMS faria com que eles tivessem um custo muito mais elevado do que o incremento de repasse que receberiam. Então, até para os municípios esse ICMS é maléfico.

Então, deputado Júnior Nascimento, V. Ex.^a está coberto de razão, as justificativas não se sustentam e, realmente, é um projeto que é muito ruim para a Bahia e para os baianos.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Continuando, deputado Tiago, na linha de raciocínio e acompanhando a matéria: (Lê) *“O aumento do ICMS vai repercutir nos preços dos bens e serviços, elevando o custo de vida e reduzindo o poder de compra dos nossos consumidores. Em termos práticos, o aumento do valor nominal do imposto vem acompanhando o efeito acelerador do preço, o que geraria uma estimativa no aumento para o consumidor em torno de 4,5% nos produtos e serviços, corroendo o poder de compra não só dos salários, mas também dos benefícios.”*

E diversas associações, como eu falei... Eu digo sempre que em minha vida, tanto a pessoal quanto a política – porque nós devemos à população, às pessoas a confiança para, hoje, estarmos aqui –, uma coisa que nunca farei é virar as costas para quem confiou em nós, para quem confiou em mim para, hoje, estar aqui.

E, aí, eu digo a V. Ex.^{as}, após a leitura da nota, após já tecer os meus repúdios...

O Sr. Leandro de Jesus: Deputado Júnior, um aparte.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Só para concluir, aqui. o raciocínio.

Eu digo o seguinte: vir dizer que é um projeto que traz um ganho à população, pois gera redução de tarifa de energia! Não traz. E, aí, eu deixo claro para quem nos acompanha, para a população que ela está sendo induzida, ou, pelo menos, há a tentativa de indução, ao erro, porque não traz, em hipótese alguma, um benefício. Depois de aprovado, esse projeto vai gerar transtorno, e muito transtorno.

Eu chegarei, Tiago, no meu dia a dia, a qualquer comércio do estado da Bahia, eu chegarei... Eu vou levar para o meu município, Campo Formoso. Nós temos lá dois deputados, eu e o deputado Adolfo. Eu andarei de peito aberto, de cabeça erguida em qualquer comércio, porque tenho a certeza de que não votei contra os comerciantes e que não votarei contra os interesses da sociedade.

Eu chegarei, deputado Bobô, a Senhor do Bonfim, e andarei no comércio de Senhor do Bonfim de cabeça erguida porque tenho a certeza de que não votei contra o comerciante, não votei contra os interesses dos baianos. Eu percorrerei Nova Viçosa, como V. Ex.^a, deputado Robinho, como o deputado Jordavio pode andar de

cabeça erguida em Juazeiro, com a cabeça erguida por ter sido contrário a uma aberração como essa.

Agora, eu espero, do fundo do meu coração, que V. Ex.^{as}, ao saírem desta sessão, seja lá o horário que for, cheguem à casa, tomem banho e durmam em paz na certeza de que V. Ex.^{as} prejudicaram os nossos comerciantes, na certeza de dizer: “Eu fui contra a quem confiou em mim para ser satisfatório aos interesses do governo.”

É esse o sentimento, é esse o sentimento que está norteando muitos que aqui estão, às vezes, com a cabeça baixa, ou que se esconderam, ou que saíram do Plenário por não acreditar.

Com o aparte, Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu o parabenizo por seu posicionamento, deputado Júnior Nascimento. De fato, trazendo um posicionamento em que defende o povo baiano, àqueles que trabalham, àqueles que produzem, àqueles que geram emprego. E por falar em emprego, nós precisamos destacar que o impacto do aumento do ICMS, mais uma vez, pode resultar, e resultará, sem sombra de dúvida, em prejuízos também no que diz respeito à ocupação, à taxa de empregos.

Eu trago aqui uma notícia recente, notícia de 18 de maio de 2023. Está aqui, no *site Bahia Notícias*, que afirma que: “*A Bahia segue com a maior taxa de desemprego do país, segundo pesquisa do IBGE*”. E continua: “*A taxa de desemprego no Brasil subiu em 16 das 27 unidades da Federação no primeiro trimestre de 2023 e a Bahia foi o estado que registrou o maior índice de desocupação*”.

Ou seja, a política econômica, se é que podemos chamar de política econômica, do PT aqui, na Bahia, é um desastre, o povo baiano está sofrendo com a fome, com a desocupação, e é o estado que registra o maior índice de desemprego. E obviamente que o aumento da alíquota de ICMS...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vai impactar em que tenhamos a perda de postos de trabalho, porque muitas empresas terão que equilibrar suas finanças, inclusive considerando a possibilidade de demitir funcionários. E, claro, a Bahia seguirá como um estado hostil para atrair novos investimentos para a geração de empregos.

Então, é lamentável o que está acontecendo. Podemos dizer que este é mais um dia da vergonha aqui, na Bahia.

Obrigado, deputado, pelo aparte.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Eu que agradeço a V. Ex.^a, conhecedor da matéria, por um discurso coerente.

E continuando o que a gente traz para essa tribuna, as indagações, deputado Robinho, esse sentimento de revolta que a gente traz é um sentimento que a gente escuta, que a gente vê na população, no povo da Bahia, para que tenha conhecimento. Ah, nós estamos trazendo porque somos deputados da Oposição?

Não, não por sermos deputados da Oposição, porque, parafraseio o que disse o deputado Robinho, nós não fazemos uma política oposicionista do quanto pior melhor; ao contrário, a gente está aqui... e já mostramos por diversas vezes que em projetos de interesse do governo, mas que era de interesse também da população baiana, nós fomos favoráveis. Agora, não podemos admitir que em 10 meses de gestão, escutem bem, em 10 meses de gestão, será o segundo aumento da alíquota do ICMS. Em 10 meses de gestão, já foram quatro empréstimos de, aproximadamente, 3,5 bilhões.

E é por isso que a gente chama a atenção, é por isso que a gente traz e destaca, tentando, mesmo que às vezes de forma frustrada... Mas o nosso papel...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Eu já estou concluindo, um momento, só para não interromper o raciocínio.

(...) a nossa tentativa, mesmo que, às vezes, frustrante, é de mostrar aos parlamentares, é de mostrar para o povo da Bahia que não devemos baixar nossa guarda. Nós somos um outro Poder, por mais que exista a base aliada. Mas nós somos um poder constituído e nem sempre devemos seguir as orientações do governo. Nós precisamos também ter autonomia, sabe por quê? Porque quando chegar o período eleitoral nós teremos diversos candidatos, fora a gente, e aquela população que nos colocou aqui, se a gente não defender os seus interesses, vai saber nos tirar daqui. Existe um ditado: o povo bota e o povo tira. Então, eu digo: dos dois, um, deputado Tiago, ou os deputados não estão interessados, preocupados com o interesse dos baianos ou é uma tentativa de mostrar ao governo que eles são fiéis ao governo e não fiéis ao povo.

Trago essa demanda para que V. Ex.^{as} coloquem na consciência...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: (...) e não permitam que isso aconteça mais.

Antes de conceder o aparte ao querido deputado Euclides, e só para não interromper a minha linha de raciocínio, eu passei a última semana na estrada, deputado Robinho, V. Ex.^a que é votado de Uauá até Pilar, que é um distrito de Jaguarari. Uma estrada de chão. E a gente vê o governo do estado fazendo estradas em diversas cidades, e essa é uma estrada que iria encurtar, e muito, a viagem para as pessoas que trafegam por ali. São apenas pouco mais de 30 quilômetros, ligando Uauá ao distrito de Pilar, um distrito que gera milhares de empregos, um distrito que gera economia muito grande para o município de Jaguarari. Então, é importante que o governo do estado tenha um olhar voltado para aquela região, para aquela estrada.

Desculpe-me por não lhe ter concedido ainda, deputado Euclides, mas é porque eu fiz um tópico e quis seguir o raciocínio, para que não corresse o risco de não adentrar nos assuntos que... Sem sombra de dúvida, o que eu trago aqui não é um interesse apenas meu, do deputado Júnior Nascimento, como parlamentar, é o interesse do povo da Bahia. Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Euclides Fernandes: Pois não, Excelência. Deputado Júnior Nascimento, líder da bancada do União Brasil aqui, na Assembleia Legislativa do estado da Bahia, V. Ex.^a está fazendo o seu papel, não é? O União Brasil, do qual V. Ex.^a é o líder da bancada, faz oposição ao nosso governo Jerônimo Rodrigues, e V. Ex.^a vem criticando de uma maneira intensa o presente projeto de lei mandado pelo Poder Executivo para esta Casa analisar, discutir, aprovar ou não. Mas V. Ex.^a sabe, mais do que ninguém, que a arrecadação, o recurso financeiro do estado e dos municípios é oriundo do próprio povo, através dos impostos, dos tributos, taxas, contribuição de melhoria, do imposto que é pago por todos, de uma maneira geral.

O estado mandou um projeto para adequar as necessidades do estado. O recurso que vai para o estado e para o município é para atender ao bem-estar da população, é para melhoria da qualidade de vida do povo. Para isso, o governo, o Poder Executivo, o governador, sentiu a necessidade de mandar para Assembleia Legislativa o projeto para uma análise dos Srs. Deputados, porque há uma necessidade, realmente,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da condição do governo para poder atender às necessidades do povo baiano e aumentar essa alíquota de 19% para 20 %, para dar uma melhor condição para que o governo possa exercer a sua atividade de maneira plena, cuidando do povo baiano. Obrigado, Excelência.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Eu agradeço. Mas, aqui, eu não estou fazendo um papel de opositor do União Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Eu estou indo na defesa do povo da Bahia. Se a consciência de V. Ex.^a...

O Sr. Euclides Fernandes: Se V. Ex.^a tivesse ACM Neto como governador da Bahia, o senhor estaria defendendo exatamente no sentido contrário.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: V. Ex.^a assume que é superveniente ao governo. Seja superveniente ao interesse do povo baiano, que lhe colocou aqui.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em permuta, o deputado Alan Sanches...

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem.

O Sr. Leandro de Jesus: Quero pedir a verificação de quórum para a continuidade da sessão, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, foi feita uma verificação de quórum às 19h28min, com mais 15 minutos, não tem tempo suficiente dos 30 minutos.

Parlamentar não identificado: Tem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não tem. Eu marquei, ali, o horário. É só pegar as notas taquigráficas, foi 18h28min, com mais 15 minutos do tempo, agora 19h10min, não dá 30 minutos.

O Sr. Robinho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Robinho: Presidente, a calculadora do líder do governo não está funcionando. Depois da verificação de quórum, Marcinho falou por 20 minutos, mais 20 minutos é igual a 40 minutos. Então, a calculadora... É por isso que o ICMS, que a receita do estado não está dando. É porque a calculadora está calculando pouco.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu quero, então, presidente, que V. Ex.^a marque o tempo regimental. Eu quero já, de antemão, aproveitar para pedir aos deputados e deputadas para que se façam presentes aqui, no Plenário, para atender uma verificação de quórum de iniciativa do deputado Leandro de Jesus, para que a gente possa, aqui, dar continuidade a este debate interessante sobre o ICMS que, sem dúvida alguma, vai tirando as dúvidas de todos os deputados e deputadas, para ajudar os municípios. O estado da Bahia não pode diminuir receita, senão vai ter que diminuir o repasse para os diversos municípios.

Vi, aqui, que o nobre deputado Jordavio está inscrito para falar, certamente vai defender o projeto, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ajudando V. Ex.^a,...

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) porque, caso o contrário, vai diminuir o repasse para a cidade de Juazeiro. Então, eu quero pedir a V. Ex.^a que marque o tempo regimental para que a gente possa, nesse 15 minutos...,

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) atender...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para ajudar V. Ex.^a, 0até para ser mais ágil, eu solicito, aos técnicos, que zerem o painel, marquem 15 minutos, para a continuidade da sessão, e convido todas as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados. Por favor, zerem o painel e marquem 15 minutos. (Pausa)

O painel não quer apagar, não quer zerar. Significa que o painel quer discutir. (Risos)

O Sr. Raimundinho da JR (fora do microfone): Deixa do jeito que está aí, já deu quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, sim. Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, compareçam ao Plenário. Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, há uma

solicitação de verificação de quórum para a continuidade da sessão. Portanto, é exigida a presença no Plenário de todas as Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados.

O Sr. Robinho: Presidente, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quem solicitou a questão de ordem?

Restituído o quórum, eu concedo a palavra ao deputado Jordavio Ramos em substituição, em permuta, com o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Jordavio Ramos. Por favor, deputado, para a discussão, V. Ex.^a terá o tempo regimental de até 20 minutos.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Boa noite, caros colegas deputados. Boa noite, Sr. Presidente. Quero agradecer ao líder Alan Sanches pela oportunidade de fazer essa permuta, concedendo-me a palavra.

Aqui, hoje, eu vou trazer inúmeros pontos negativos, mas também, em algum momento do discurso, alguns pontos positivos. Vamos começar pelo principal. Aqui já me coloco ao lado dos meus colegas deputados da Oposição para dizer que sou contra o aumento da alíquota do ICMS proposto pelo governo. Por quê? Vamos lá!

Primeiro, porque recentemente já houve um aumento. Agora a gente aumenta mais 1,5%, passando de 19% para 20,5%. Tudo bem que vocês queiram justificar que esse aumento é importante para o ajuste econômico do governo do estado. Mas onde é que está sendo colocado esse resultado? Porque nós temos um estado com o pior índice de violência. Cadê o investimento na segurança pública? Nós temos um estado com os piores números da educação. Então, cadê o investimento na educação? Nós temos um estado – e aqui eu já falo com propriedade sobre a causa como médico, que enfrenta dificuldade na saúde, mas tudo bem, todo estado enfrenta. Agora, essa fila da Regulação, que tanto nos atormenta, há quanto tempo a gente não tem nenhuma resolutividade?

Então, meus amigos, como é que eu posso afetar o bolso do comerciante? Como meus caros colegas falaram, eu me lembro a fala de Robinho, que, de fato, o comerciante sente, mas quem mais sente são aqueles que nos colocaram aqui para representá-los – o Seu João e a D. Maria –, que ficam lá na ponta do trabalho. Como é que eu posso prejudicá-los sem ter um resultado no serviço? Essa é a pergunta.

Então, eu me coloco com o voto contrário! Não vou estar contra o comerciante e nem vou estar contra o povo que me colocou aqui. Eu estava lendo agora que fizeram uma estimativa sobre o quanto esse aumento será prejudicial às pessoas. Vai ter um aumento de 4,5% nos bens de consumo. V. Ex.^{as} acham que uma pessoa assalariada não sente isso?

Outro ponto que trago aqui, já mudando de assunto, é o empréstimo. Volto a dizer: não é que eu seja contra tomar um empréstimo, mas é onde que esse empréstimo será colocado. Cadê a transparência? Volto a dizer: estamos em um estado que enfrenta os piores números de educação, os piores números de violência e uma saúde que não anda nem um pouco boa – e vocês hão de concordar.

Outro ponto que quero me colocar à disposição para ser essa voz, para ajudar, para ser parceiro, é a causa autista. Agora, meu amigo Hassan, que eu sei que você também é um entusiasta da causa, está sendo feito um abaixo-assinado para que seja cumprido o decreto da Defensoria Pública, no qual se expressa que o estado deve assumir o tratamento multidisciplinar dos autistas.

Quem vive de perto, Hassan, sabe disso. Eu posso novamente falar com propriedade sobre a causa. Eu me formo agora em Medicina e presenciei durante o término da minha faculdade o que essas mães e essas famílias sofrem com as crianças autistas.

Só para lembrar e eu não ser leviano, a Lei nº 10.553/2007 diz que o estado tem a obrigação de garantir o direito essencial à saúde mental dessas crianças. Então, eu me coloco à disposição dessas mães, eu me coloco à disposição dessas famílias para que eu possa ajudá-las usando a minha voz no Parlamento. Estou me colocando à disposição para que o estado possa, de fato, assumir o tratamento multidisciplinar dessas crianças autistas.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Aparte concedido, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Jordavio, V. Ex.^a, um jovem que chegou a esta Casa há pouco tempo, vem se destacando na sua luta em defesa do povo da Bahia. V. Ex.^a, que vem de Juazeiro, uma região do Semiárido, grande produtora de frutas, tão bem tem representado a causa autista nesta Assembleia, propondo audiências públicas, sempre lutando e trabalhando.

É importante frisar que, nesse projeto de aumento de ICMS, sobre o qual algumas pessoas argumentam a necessidade de mais recursos para investimentos, justificando uma perda de receita – e nós vamos provar que isso não é verdade –, essa causa que V. Ex.^a traz, por exemplo, é deixada totalmente de lado pelo governo do estado e, quem sabe, se aprovado esse projeto, nós tenhamos a sensibilidade do governador para aplicar os recursos e fazer cumprir o que determina essa lei, atendendo a essa categoria tão desassistida em nosso estado.

Voltando à região de V. Ex.^a, a região de Juazeiro, grande produtora de frutas, Região do Semiárido e de povo trabalhador, região pobre, uma das cidades mais violentas do estado da Bahia e do mundo, saiu, recentemente, um relatório. Nós sabemos os impactos que o aumento da alíquota do ICMS trará para toda aquela região, deputado Jordavio. Afinal de contas, ele impacta no preço de todos os produtos, defensivos agrícolas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) adubo, em todos os insumos utilizados na produção de frutas, no transporte, enfim, toda uma cadeia que gera emprego e renda para aquela região, fazendo com que se tornem mais difíceis os novos empreendimentos e a instalação de indústria de processamento naquela região, trazendo mais pobreza e acrescentando, a esses índices alarmantes, trazidos por mim, daquela região...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mais violência, mais desemprego, mais pessoas passando necessidade e precisando de apoio do governo do estado.

Então, por isso, nós nos colocamos contrários a esse projeto. Nós nos associamos às palavras que V. Ex.^a traz a esta Casa, de posicionamento contrário a um projeto que entendemos que não é bom para a Bahia e nem é bom para os baianos.

Nós nos associamos a esta luta, esta justíssima luta, em prol das crianças autistas, não só crianças e adultos do nosso estado da Bahia, para que o governo tenha um olhar mais sensível a esse público que tanto precisa de atenção e cuidado.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Agradeço as palavras, deputado Tiago. Fico feliz que V. Ex.^a, junto comigo, esteja abraçando esta causa. É uma honra, para mim, estar contando com o seu apoio. Tenho certeza de que contarei com o apoio dos diversos deputados.

V. Ex.^a tocou na questão do agronegócio. E, aí, também, quero trazer à tona algo que me deixou, no mínimo, assustado, eu diria. Agora, recentemente, no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), um exame feito para avaliar os nossos adolescentes que, de maneira alguma, podem ter pensamentos ideológicos, houve uma questão, salvo engano, a questão de número 89 da prova branca, na qual foi feito um comentário, de forma tendenciosa, contra o agronegócio.

Eu não poderia ficar calado. Eu não poderia deixar de me manifestar, pois, afinal de contas, eu venho de uma região onde a fruticultura é o que move a nossa economia. Nós somos os maiores produtores e exportadores de frutas como manga, uva, goiaba. Somos referência para o Brasil e para o mundo. Através do agronegócio, a gente dá sustento às famílias. Então, eu não poderia ficar calado.

O Sr. Leandro de Jesus: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Concedo a palavra ao deputado Leandro.

O Sr. Leandro de Jesus: Deputado Jordavio, obrigado por conceder o aparte.

E o que me chama a atenção sobre tudo o que está sendo discutido é que nós temos, realmente, um estado, a nossa Bahia, em todas as suas regiões, apesar da luta de quem produz, apesar da luta daqueles que estão ali envolvidos no agronegócio para sustentar o nosso estado, para produzir, para gerar empregos, apesar da luta do nosso comércio, pois esses são outros bravos que movimentam a economia do nosso estado, mesmo o nosso estado sendo tão hostil e tão perseguidor contra aqueles que produzem.

Mas a situação é, realmente, lastimável. O deputado está muito certo quando questiona para onde estão indo os recursos, para onde vão os recursos dos pagadores de impostos deste estado da Bahia?

Aqui fica o questionamento, porque nós podemos falar sobre a segurança pública, por exemplo, podemos falar sobre educação. A saúde é a área do meu colega, deputado Jordavio. Deputado, o maior índice de analfabetismo do país está na Bahia. São 13%. Não podia ser outro número, não é? Esse é o número da destruição. Vejam, 13% da população baiana, acima de 15 anos, não sabe ler ou escrever. Isso é uma vergonha!

Eu queria que os deputados da base, queria que os deputados do PT...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) subissem à tribuna para explicar por que, na Bahia, 13% da população, acima de 15 anos, não sabe ler ou escrever. Isso é uma vergonha! Isso é o resultado deixado pelo então secretário da Educação que, hoje, se tornou governador do estado da Bahia.

Das 20 cidades mais violentas do Brasil – e isso é importante destacar –, 11 delas estão na Bahia.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Cadê o dinheiro do povo? Cadê? Digo isso porque nós estamos sendo expropriados agora. Temos de dizer que, através dos impostos, e com mais esta proposta de aumento, o governo do PT, na Bahia, está metendo a mão no bolso do trabalhador, porque quem vai pagar essa conta, no final, é o consumidor. É o comusimidor.

E, aí, vamos para a área da saúde, a área do meu colega. A fila da Regulação é a fila da morte. Ninguém aguenta mais. As pessoas estão morrendo sem atendimento, sem a chance de salvar as suas vidas. Imaginem, para uma família, perder um ente querido e ficar aquela dúvida, Cafu, se aquela pessoa poderia ter sido salva se houvesse, ali, o atendimento digno? E a pessoa morre sem ter a chance de buscar, ali, o atendimento digno. Ou seja, as políticas públicas, como o atendimento simples ao cidadão: segurança, saúde e educação. Simplesmente, o PT destruiu tudo.

E, aí, vem a proposta de empréstimo e a proposta de aumento da alíquota do ICMS; ou seja, é um prejuízo total para a população baiana. Ainda se coloca como o salvador da pátria: “Não. É porque nós vamos fazer justiça social com mais esse aumento da alíquota do ICMS.” Ah, pelo amor de Deus! Ninguém vai cair nesta balela. Estão faltando com a verdade, o tempo todo.

Então, deputado, eu me junto à sua indignação. Nós estaremos aqui para obstruir o quanto nós pudermos estender esta sessão para que a população saiba que o PT, simplesmente, segue com seu plano de destruição da vida do povo baiano.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Obrigado, deputado Leandro.

Retomando o raciocínio, eu estava falando a respeito do agronegócio. Volto a dizer e me coloco à disposição dessa classe. Estarei ao lado lutando. Não vou aceitar influência ideológica e partidária, ainda mais aos nossos jovens que, de fato, são o futuro da nossa nação.

Mas trago boas notícias também, viu? Feira de Santana vive um sentimento novo. Eu fico feliz em dizer que lá o cheiro que paira no ar é o cheiro de mudança. Mudança de uma política que está lá há 30 anos. Essa mudança vem com o meu caro amigo Pablo Roberto que, por onde eu tenho andado, em Feira de Santana, o povo tem pedido essa mudança, tem pedido você. Não tenho dúvida de que você é o cara que chega para fazer a diferença.

Concedo a palavra.

O Sr. Pablo Roberto: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. Penalva: Eu quero um aparte, deputado.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Só um momento, Pablo vai fazer o aparte.

O Sr. Pablo Roberto: Eu vou ser bem rápido.

Eu quero parabenizar V. Ex.^a, Jordavio, pelo discurso e pela atuação que tem tido com este movimento autista na Bahia. Eu quero associar o nosso nome, o nosso mandato a essa iniciativa também, por entender a importância e por ter a oportunidade, também, de na condição de assistente social, de ex-secretário de Desenvolvimento Social da cidade, de acompanhar esse movimento em Feira de Santana, que é uma cidade grande. Muitos casos têm acontecido e têm surgido a cada dia.

Infelizmente, nós temos, ainda, uma carência muito grande de uma rede articulada, organizada e mobilizada através das áreas de saúde, assistência e educação que possam, de fato, se colocar à disposição dessas famílias que têm sofrido muito, principalmente, logo no início da descoberta, do diagnóstico, que não têm tido muitas alternativas de acompanhar isso.

É um absurdo o que vem acontecendo. Inclusive, para vocês terem ideia da importância que o governo do estado tem dado a essa questão, eu solicitei, desde fevereiro, uma audiência com a secretária da Saúde do estado. E, até a presente data, mesmo no último e-mail, que solicitamos a audiência, colocando, no e-mail, que a pauta da audiência era para tratar das questões relacionadas às pessoas portadoras do transtorno do espectro autista na cidade de Feira de Santana, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sequer, caro deputado, a secretaria ou a sua assessoria teve a decência de responder sim ou não. Não respondeu se poderia receber o deputado para tratar desse assunto ou que não é a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia que trata dessa política. Levei já, por várias vezes, essa solicitação. E, até agora, o governo do estado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) através da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, sequer respondeu.

Quando um comportamento desse acontece, quando a Secretaria da Saúde do Estado se recusa a atender um parlamentar, a atender a uma pauta tão importante e urgente, isso significa ser contra o povo da Bahia que eles estão atuando.

Eu espero a partir desse movimento que V. Ex.^a tem participado na Casa, que conta também com tantos outros deputados e com o nosso nome, que o governo do estado possa... Me parece que V. Ex.^a, também, faz parte da Comissão de Saúde. Eu peço a V. Ex.^a que leve também essas questões na próxima reunião a acontecer na Comissão de Saúde, por entender a importância que é este movimento na Bahia.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Com o aparte o deputado Penalva.

O Sr. Penalva: Deputado Jordavio, eu queria parabenizar V. Ex.^a pelas suas palavras e, ao mesmo tempo, me associar ao seu discurso, à sua defesa,

principalmente, da população mais carente do nosso estado, pois será ela quem irá sofrer com esse aumento da alíquota do ICMS.

Gostaria de dizer que o líder do Governo fez uma pequena brincadeira com V. Ex.^a que defenderia o projeto. V. Ex.^a é nascido e representa o município de Juazeiro, juntamente com outros dois colegas que são os deputados Zó e Roberto Carlos. Eu não tenho dúvida de que vocês três, hoje, darão a resposta que o povo de Juazeiro quer, como defender o emprego, defender o produto barato nas prateleiras para o povo.

Um município tão importante da Bahia como Juazeiro, que é precursor de produção, tem três grandes deputados desta Casa se unindo hoje, numa missão suprapartidária, para defender a população não só da Bahia, mas, em especial, a população daquele município que vocês três representam.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Muito obrigado, deputado Penalva.

Então, quero finalizar o meu discurso falando do meu amigo e do meu grande líder político Adolfo Viana que diz: “Não se tem de estar do lado “a” ou do lado “b”, mas tem de estar sempre ao lado do povo.” É assim que eu me coloco. Não vim para criticar. Eu vim, aqui, como um deputado eleito pelo povo que deve fiscalizar e entender, de fato, para onde irá este investimento.

Eu sei que este projeto vai passar. Eu reafirmo o meu voto contrário a este projeto. Eu espero, de fato, que o governador Jerônimo Rodrigues, que eu acredito estar bem-intencionado, talvez mal assessorado, que ele possa, de fato, melhorar os índices nas áreas de segurança, saúde e educação, porque, de fato, as pessoas que mais necessitadas não podem ser penalizadas e não ter um retorno.

O Sr. Júnior Muniz: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Com a palavra, para um aparte, o deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Eu não poderia deixar de aproveitar este momento para me engajar ao seu pronunciamento de V. Ex.^a, principalmente no tocante ao apoio aos autistas. Nós precisamos, deputado Alan Sanches, cobrar, sim, do estado uma política pública mais inclusiva. O apoio e o suporte aos autistas são necessários.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Como nós participamos aqui, eu fui o autor de uma sessão alusiva ao assunto. O deputado Hassan propôs também uma audiência pública sobre a esse assunto, a fim de ouvir as diversas categorias. É necessário haver uma intervenção do governo do estado. É necessário o poder público buscar para si a responsabilidade de trazer para os baianos a política inclusiva necessária...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) para atender aos anseios, porque há de se levar em consideração a necessidade dos autistas, dos pais, das pessoas que os cercam.

Porque não somente tratamentos voltados para as pessoas portadoras do transtorno de espectro autista, mas também para as pessoas que cuidam delas.

Muitas pessoas têm o diagnóstico de um familiar com autismo e não estavam preparadas para ouvir o diagnóstico. As pessoas ficam com o psicológico abatido. Então, precisa ter uma intervenção e um apoio moral, um apoio psicológico para o tratamento.

Então, V. Ex.^a está parabéns quanto a esse assunto.

Mas volto à matéria, hoje, em discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, por favor.

O Sr. Júnior Muniz: Trata-se do projeto de aumento da alíquota do ICMS.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Há uma frase que eu deixo bem clara para os parlamentares que são favoráveis a essa matéria. Digam assim: “Eu não me preocupo com o povo. Eu quero agradar o governador.” Esse é o sentimento que alguns deputados estão passando para o povo da Bahia.

Muito obrigado pelo aparte concedido.

O Sr. JORDAVIO RAMOS: Obrigado, presidente e caros colegas deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de 20 minutos para discutir o projeto.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas presentes, imprensa, galerias, eu queria, mais uma vez, nesta Casa, falar sobre o projeto do Poder Executivo, o projeto de aumento de 1,5% da alíquota do ICMS. Esse é um projeto que vai prejudicar, sobretudo, o setor produtivo do nosso estado, aqueles que produzem, aqueles que geram emprego. E o governo iniciado agora, que já tinha feito, deputado Marquinho Viana, um aumento da alíquota do ICMS, mais uma vez, vem aumentar essa alíquota.

O setor produtivo, hoje, soltou uma nota pedindo para não ser votado esse PL, pedindo para haver uma discussão, pedindo para o governo rever esse aumento. Digo isso porque os empresários já estão sofrendo com a queda econômica, sofrendo com todos os impostos que pagam e vão ter, ainda, ainda mais, de pagar esse imposto aumentado em 1,5%.

Esse é mais um projeto do governo do estado que prejudica o setor produtivo, mais um projeto do governo do estado que leva a prejudicar, repito, aqueles, deputado Robinho, que têm tido a capacidade de movimentar a economia, de gerar emprego, de poder, sim, fazer com que a nossa economia se movimente. Mas não! Deputado Alan Sanches, como foi bem dito por V. Ex.^a ainda nesta sessão: o governo do estado não olha com carinho para o setor produtivo; não olha, com carinho, para esse setor. E, mais uma vez, traz esse aumento.

Eu queria pedir ao líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que faça uma reflexão sobre o assunto, que faça uma análise, que possa se sentar com o setor produtivo, a fim de discutir o tema e de mostrar, para eles, o que ele disse desta

tribuna, ou seja, que esse aumento da alíquota não iria causar nenhum tipo de impacto, que não teria nenhum tipo de impacto que fosse prejudicar o setor produtivo.

Infelizmente, a gente sabe que não é isso. O que a gente sabe, deputado Robinho, o que a gente sabe, deputado Leandro, o que a gente sabe, deputado Júnior Muniz, é que esse setor vai ser prejudicado. Se não fosse prejudicado, esse setor não soltaria uma nota, deputado Diego, cobrando o diálogo com o governo do estado, cobrando do governo a discussão sobre essa questão. Mas a gente não vê a boa vontade do governo do estado em discutir e rever este aumento com o setor produtivo. Esse não é o primeiro aumento, já é o segundo aumento.

Imaginem só: quem gera emprego, quem tem as dificuldades do seu comércio, hoje, ter de, mais uma vez, pagar mais imposto, qual seja, a alíquota do ICMS aumentada. Essa é mais uma ação do governo do estado que prejudica a economia, mais uma ação do governo do estado que não vê, com carinho, aqueles que produzem.

Além disso, já foi votado, hoje, nesta Casa, deputado Robinho, mais um projeto de empréstimo no valor de R\$ 1,6 bilhão. Vejam, é projeto no valor de R\$ 1,6 bilhão. Sei que V. Ex.^a, como um deputado atuante, leu aquele projeto, que diz que o valor de R\$ 1,6 bilhão, vai para infraestrutura viária, vai fazer com que fortaleça a infraestrutura do nosso estado.

Eu queria perguntar aos deputados presentes se algum conhece alguma ação de infraestrutura que está nesse projeto? É um projeto, deputado Robinho, que não tem transparência, que não diz onde esse recurso será usado, deputado Diego, que não mostra onde será locado o recurso de R\$ 1,6 bilhão. Isso não é pouco dinheiro. Isso é muito dinheiro!

Eu não sou contra o desenvolvimento do nosso estado. Agora, eu sou a favor da transparência. Eu sou a favor que o governo mostre onde ele gastará esse recurso. Se o governo mostrar onde ele gastará esse recurso, ele terá o meu voto. Mas se não mostrar onde será gasto esse recurso, eu votarei contra.

Se o governo mostrar que esse recurso será gasto e estará incluída a estrada que liga, deputado Antonio Henrique, Buritirama a Mansidão e Mansidão a Santa Rita de Cássia, tirando Mansidão da condição de município que éilhado, um dos poucos municípios da Bahia que você tem um acesso de barro, de estrada de chão ainda. Se isso estiver neste projeto, eu votarei a favor.

Se estiver, no projeto, também, descrito que será contemplada a estrada que liga Governador Mangabeira até Cabaceiras do Paraguaçu, uma estrada importante, deputado Robinho, uma estrada que liga a BR-101 até a BR-116, passando pela balsa, em Cabaceiras do Paraguaçu, chegando até a BR-116, eu votarei a favor. Se estiver garantido que esse recurso sairá para fazer a recuperação total dessa estrada, esse PL terá o meu voto.

Se estiver, nesse PL, garantido que esse recurso será gasto no sonhado anel rodoviário de Morro do Chapéu, eu votarei a favor. Digo isso porque esse anel rodoviário – sonho do município de Morro do Chapéu – irá tirar o tráfico de cargas

pesadas de dentro do centro histórico de Morro do Chapéu. Assim, esse projeto teria o meu voto.

Mas não há nada descrito. É um empréstimo que você não sabe onde o mesmo será usado. Deputado e presidente Zé Raimundo, esta é a Casa da ressonância da sociedade. Os deputados trabalham e trabalham muito, viajando pelos seus interiores. E, ao viajar pelo interior, o deputado conhece a realidade e as demandas dos municípios.

Eu queria perguntar aos presentes: algum deputado conhece uma obra estruturante que está nesse projeto? Pergunto ao deputado Laerte do Vando, que está, ali, atento: Esse é um projeto de R\$ 1,6 bilhão. V. Ex.^a conhece alguma obra estruturante que vai para a sua terra natal, para Monte Santo ou para a Região do Sisal, lugar onde V. Ex.^a é votado? Tenho certeza de que não.

Meu caro amigo, deputado estadual, amigo de longas datas, por quem eu tenho um carinho muito grande, deputado Luciano Araújo, eminente representante do sisal, eu tenho certeza de que V. Ex.^a não conhece nenhum projeto estruturante para a Região do Sisal que vai contemplar esse empréstimo no valor de R\$ 1,6 bilhão. Tenho certeza de que não existe nada que diga que vai ser gasto no sisal.

Eu vejo o deputado Raimundinho da JR, representante de Dias d'Ávila. Eu tenho certeza de que, infelizmente, esse projeto de R\$ 1,6 bilhão não tem nenhuma obra estruturante que vai contemplar Dias d'Ávila.

Como não tem, também, para o Extremo Sul. Deputado Robinho, representante do Extremo Sul da Bahia, que faz um trabalho de excelência há três mandatos – conheço o deputado Robinho há muito tempo –, V. Ex.^a conhece, dentro deste projeto de R\$ 1,6 bilhão, alguma obra estruturante que vá para a sua região? Tenho certeza de que não.

Vejo, ali, o atual deputado Luciano Simões, filho do meu grande amigo, o ex-deputado Luciano Simões. Este é filho do meu grande amigo, pois o pai dele é o ex-deputado Luciano Simões. Tenho certeza de que ele não conhece, também, nada desse projeto que indique a contemplação das regiões nas quais V. Ex.^a milita politicamente.

Assim como o deputado e amigo Vitor Bonfim, que me olha ali, legítimo representante das cidades Guanambi e Brumado, que faz, também, um grande trabalho na região. Sei que V. Ex.^a não conhece, também, nenhum projeto estruturante.

Ou seja, o governo, deputado Raimundinho, não discutiu com esta Casa, não quis ouvir os reclames da população. Vejam, quem conhece os reclames da população são os deputados aqui presentes, que estão, durante os finais de semana, viajando e vendo as demandas da sociedade e das regiões.

Aqui, ninguém teve a oportunidade de indicar, para o governo, uma obra estruturante, uma obra que vá ajudar uma região específica e que necessite. Mas não! Mais uma vez, é um cheque em branco! É um cheque em branco para o governo gastar da forma que quiser, repito, da forma que quiser, sem ter tido a mínima discussão.

Há a Comissão de Infraestrutura desta Casa que faz um trabalho brilhante, um trabalho dinâmico. Poderia discutir, dentro dessa comissão, deputado Diego, quais são as demandas e quais são as regiões que mais necessitam de uma infraestrutura de qualidade.

Mas não! O governo prefere encaminhar, para esta Casa, um projeto, para votação e aprovação em regime de urgência, mais uma vez, passando por cima da discussão, sem discutir com esta Casa, sem mostrar onde será gasto este R\$ 1,6 bilhão.

Repito, eu quero o bem do nosso estado. Eu sou um deputado de Oposição, mas sempre fiz oposição com responsabilidade, com coerência. Se esse projeto mostrasse onde seria gasto o recurso exorbitante de R\$ 1,6 bilhão... Deputado Robinho, não é o primeiro projeto de empréstimo que chega a esta Casa este ano. Esse é mais um projeto que chega a esta Casa.

Então, eu queria votar muito a favor desse projeto, repito, eu queria votar muito, mas, infelizmente, esse é um projeto que não tem a transparência necessária.

O Sr. Dr. Diego Castro: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: Mas eu queria passar a palavra, com muita honra, ao jovem deputado Diego, que me pede um aparte.

O Sr. Dr. Diego Castro: Obrigado, nobre colega e deputado Pedro, pela concessão do aparte.

Deputado, eu fico com as suas falas dentro do teor dessa discussão. A gente fica um pouco triste. Uma votação como esta tão importante, uma votação como esta que vai sacrificar o bolso dos baianos, vai impactar, diretamente, no desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, social, porque a gente sabe que, ao final das contas, quem mais vai arcar com o peso desta atitude perdulária e irracional, típica dos governos da esquerda, são aqueles que mais precisam.

A gente olha para as galerias desta Casa e elas estão completamente vazias, não é? E, aqui, eu faço o chamamento à nossa população para vir participar das discussões. São discussões, extremamente, importantes. O governo estadual está passando o rolo compressor nos baianos, e o nosso estado está dormindo. Este é um alerta que eu aproveito este momento, aqui, para fazer.

Caro amigo Pedro, não é de se esperar muita coisa positiva vinda do governo do PT. Aliás, práticas de empréstimos obscuros não são de agora. Para exemplo nessas gestões, eu remonto a um fato, não muito distante, ao governo da Dilma, por ter usado o BNDES para fazer empréstimos obscuros e bilionários a ditaduras. Só para a Venezuela, foram quase R\$ 2,3 bilhões, que nos deu um calote. E nós pagamos essa conta até os dias de hoje.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, não é de se esperar muita coisa positiva do governo do PT que já tem essa prática, já é *modus operandi* e tem isso a cabo de ideologia política. Infelizmente, a Bahia não pode esperar novos tempos, uma melhoria e uma

mudança de rota ou de direção nesse sentido, porque a essência do PT é sacrificar aqueles que mais precisam,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aqueles onde eles fazem a sua política e o seu palanque eleitoral.

O Sr. Raimundinho da JR: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu agradeço o seu aparte e, ao mesmo tempo, o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu queria passar a palavra, melhor, dar um aparte ao meu grande amigo e deputado Raimundinho da JR. Ele é um deputado de governo, deputado governista, um deputado sempre muito coerente nas suas ações e nas suas falas. Eu quero passar a palavra ao deputado Raimundinho e, desde já, incorporo o seu aparte.

O Sr. Raimundinho da JR: Obrigado, nobre deputado, pela concessão do aparte.

Boa noite a todos.

Quero parabenizar, Pedro, a fala, discutida por vocês, sobre o autismo. Na minha cidade Dias d'Ávila, nós temos 600 autistas. Este humilde deputado vem, sempre, mostrando, nesta Casa, o respeito a todos. Mas nós vamos fazer – viu, Pablo? – a entrega de 100% do meu salário para uma instituição que cuida dos autistas. Então, eu acho que isso é exemplo também para que a gente possa levantar a bandeira do autismo. Bem, se cada um de nós fizer o nosso papel, as coisas irão mudando aos pouquinhos.

Eu fico muito honrado em ver esta Casa, também, se preocupando com essa causa. Digo isso porque, em minha cidade, existem 600 autistas. Lá, nós estamos olhando. E nós vamos fazer, porque Deus colocou, no meu coração, a vontade de ajudar aqueles autistas e mães de família. Alguns já tentaram até contra as suas próprias vidas, porque o sofrimento é muito grande. Eu vi aquilo, e aquilo me comoveu. Por isso, mais uma vez, eu vejo, nesta Casa, a preocupação de vocês, nobres pares, porque também se preocupam com essa causa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Robinho: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: Parabenizo você, Raimundinho. Esta, realmente, é uma causa importante, uma causa louvável. Os deputados Pablo, Júnior Nascimento e V. Ex.^a, também, têm este mesmo trabalho.

Mas eu queria passar a palavra ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Amigo Pedro, quando eu vejo um jovem determinado, experiente igual a você, defendendo a causa em que acredita e defendendo, não o direcionamento de um partido político, mas o sonho de um povo... Você foi eleito, não pelo partido, mas você foi eleito pelo cidadão e está aqui defendendo os interesses, não seus, mas da sua sociedade.

Mas eu quero colocar duas posições aqui, a título de esclarecimento. Primeiro, quando eu vi aqui o colega Rosenberg falando e direcionando ao nosso colega

Jordavio – porque todo mundo sabe aqui que a mãe dele é prefeita de Juazeiro – e ele referiu a Jordavio que se ele votar contra o aumento do ICMS haverá perda de receita para os municípios. Isso é uma grande fake news, isso é uma grande mentira. Este é o discurso do PT: enganar as pessoas. E ele faz isso muito bem.

Eu sou muito simpático à causa municipalista, acredito nos municípios. E a Bahia não é diferente, porque mais de 90% dos municípios baianos são municípios de pequeno porte, que sobrevivem dos repasses do FPM, do ICMS. E...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) esses municípios vivem um momento de tristeza. E agora, o cara que não tem argumento para defender um aumento de imposto que vai trazer transtorno, não para o empresário, mas para a sociedade humilde como um todo, vem dizer que isso vai trazer prejuízo para os prefeitos.

Outro questionamento aqui é sobre dizer que a culpa...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) desse aumento de imposto é do Bolsonaro porque ele tirou ICMS da energia e tirou ICMS dos combustíveis. Olha, está provado que os estados que têm menos impostos são os estados mais ricos. Você vá lá e veja qual é o ICMS de Santa Catarina. Qual é o ICMS do Espírito Santo? De Minas Gerais? De São Paulo? Do Paraná? Do Rio Grande do Sul? São os ICMS que variam de 17% a 18% e, no entanto, são os estados que mais empregam, que mais têm oportunidades de trabalho.

Então é um exemplo. O que a Bahia está fazendo, Pedro, é tirando a oportunidade dos empresários que geram emprego. E onde esses empresários vão investir? Vão investir onde o imposto é mais barato. Isso é a linha mais clara e mais justa. Agora não venha com argumento subestimando a capacidade de raciocínio e a inteligência do povo baiano.

Valeu, meu amigo! Eu acredito no que é certo e no que é justo. Eu acredito em você e acredito que esse é o modelo que, no ano que vem, vai mostrar que o desemprego na Bahia vai estar maior e o povo baiano vai estar mais pobre.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu incorporo o seu aparte, deputado. V. Ex.^a sabe que, assim como o deputado Robinho, eu também sou um deputado municipalista. Defendo os municípios, pois eu acredito que é ali onde as pessoas vivem e é ali que acontece tudo. Nós temos de trabalhar pelo fortalecimento dos municípios.

Mas quero aqui declarar o meu voto contrário a esse projeto de aumento da alíquota do ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Pedro Tavares.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem.

O Sr. Leandro de Jesus: Eu queria pedir a verificação de quórum para continuidade da sessão, por gentileza.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu não estou entendendo. Leandro está inscrito para falar e quer derrubar a sessão.

Sr. Presidente, eu queria...

O Sr. Leandro de Jesus: Mas existe alguma proibição no Regimento?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não. V. Ex.^a tem o direito de pedir a questão de ordem.

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu queria pedir aos deputados e deputadas para atentarem ao pedido de verificação de quórum do deputado Leandro de Jesus para que a gente possa aqui – temos 21 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas – dar continuidade à presente sessão, marcando os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Solicito à técnica que, por favor, zere o painel e marque os 15 minutos.

Eu convido todos os deputados e deputadas que estão aqui no cafezinho e nos gabinetes para que compareçam ao Plenário, marcando a presença para continuidade da presente sessão.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, compareçam ao Plenário, marcando a presença, para que possamos continuar com a presente sessão. Há um pedido de verificação de quórum e já estamos caminhando para, mais ou menos, dois terços dos inscritos. Ainda há deputados que querem discutir, portanto a sessão precisa continuar.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches, em substituição ao deputado Manuel Rocha, pelo tempo regimental de 20 minutos, para discussão.

Por favor, marquem 20 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputadas e deputados, primeiro, meu amigo deputado Robinson Almeida tem trazido, na semana passada, retrasada e esta semana, sobre o transporte de Salvador, falando, inclusive, hoje, que a tarifa de Salvador é a mais cara do Norte-Nordeste, para não dizer que ele falou do Brasil. Só que a gente precisa se debruçar para saber o que é isso, Robinson.

Em Salvador, a tarifa é R\$ 4,90, mas você paga R\$ 4,90 para fazer metrô-ônibus-metrô, você já faz essa tarifa combinada. Eu falei R\$ 4,90. Vamos para São Paulo: R\$ 4,20, mas é só o ônibus. Se você fizer a mesma coisa, essa tarifa vai para R\$ 9, em São Paulo, e aqui é R\$ 4,90. Aqui é o único lugar onde acontece isso. E é exatamente por isso, a cada 100 pessoas transportadas, deputado Robinson Almeida, apenas 53 são pagantes, 47 não vão pagar. Então é por isso que quando a gente fala

que precisa do subsídio para o transporte urbano, transporte público, é por causa disso, não para fazer política disso ou daquilo.

Mas vamos falar da tarifa dos metropolitanos, que têm uns ônibus sucateados, sem fiscalização da Agerba. Agora, V. Ex.^a só fala do transporte de Salvador, mas o transporte metropolitano, inclusive, dificulta até a subsistência e a sobrevivência do transporte aqui de Salvador, porque ele acaba captando também o passageiro de Salvador. Então a gente não pode falar que é a tarifa mais cara porque a gente vai faltar com a verdade. Quando você fala R\$ 4,90, você tem de colocar que são mais duas tarifas do metrô, então não é dessa forma. A gente precisa estar sempre aqui chamando a atenção para fazer o debate, também, das ideias com veracidade.

Então, hoje, já ficou esclarecido que o transporte de Salvador é o mais barato do Brasil porque faz justamente esse combinado com o metrô. Mas, amigos e amigas, esclarecendo isso, que não se pode falar só da tarifa do ônibus, porque a tarifa de Salvador é combinada, a gente parte para o princípio de que, hoje, a gente vai para mais um dia a ser lamentado nesta Casa e no estado da Bahia.

Eu já disse que entendo os deputados, como o próprio deputado Euclides – que estava aqui, mas continua a nos assistir e acompanhar no seu gabinete, pela televisão – falou, que se fosse a gente que estivesse no poder a gente faria a mesma coisa. Não, deputado Euclides, nós não faríamos isso porque não chegaria esse projeto, porque jamais o nosso grupo ia encaminhar um projeto depois de ter encaminhado um aumento desse, de 1%, em março, e agora aumentar mais 1,5% e, ainda, 2% que serão transferidos para o fundo de combate à pobreza.

Então, por isso, deputado Euclides, o União Brasil não votaria porque jamais ACM Neto encaminharia um projeto desse, porque sabe da dificuldade que a população passa. Não é dessa forma que se faz política. Não é dessa forma que a gente vai arrecadar esses recursos, que a gente vai resolver o problema de caixa, que disse – e todos aqui estão sabendo e acompanhando – que é um problema grave no Orçamento do estado da Bahia.

Mas não vai ser dessa forma, porque ele já aumentou em março, está aumentando em novembro, já aumentou o Planserv, mas não vai dar jeito e não vai ser assim, porque ele precisa fazer o dever de casa. E o dever de casa é cortar, cortar na carne, diminuir os gastos, diminuir a ineficiência da máquina pública, diminuir essas secretarias tão robustas, com tanta gente sem fazer nada. Então o que ele precisava era fazer esse dever de casa, mas a sua assessoria é ruim, porque ela acha que o mais fácil é trazer um aumento de imposto: “Não, eu coloco lá, eu tenho 43 deputados; a gente vai aprovar; vão ficar até tarde da noite; a Oposição vai fazer, mas a gente vai aprovar e, daqui a 3 meses, estará em prática.” Então, em 10 meses, a gente vai ter dois aumentos no ICMS. E sempre com a mesma ladainha, sempre a mesma desculpa, dizendo que teve perda, que teve perda. Mentira! Não sabe ter criatividade e trabalho.

O Sr. Robinho: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Agora, com a palavra para um aparte o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Amigo Alan, o discurso do nosso amigo Euclides, eu acho que a gente tem de levar como uma brincadeira. Euclides quis levar como ironia e como brincadeira. Porque, na realidade, a prática do governo federal, que é da mesma linha do governo da Bahia... E aí você vê quantos ministérios existiam no Brasil e quantos ministérios existem hoje. O governo federal contratou 685 mil funcionários nesse acréscimo de ministérios e de cargos.

É por isso que o governo federal quer alimentar as estatais e é por isso que o Brasil está ficando inchado. É por isso que o Custo Brasil está ficando alto. É por isso que a dívida pública brasileira está aumentando. É por isso que a conta não está fechando. Por quê? É o inchaço de colocar os acomodados e os companheiros dentro do governo. E como faz para pagar essa conta? Usurpando o cidadão, aumentando imposto, aumentando imposto, aumentando taxa, para tentar suprir e, mesmo assim, não estão conseguindo fechar a conta. E aqui na Bahia não é diferente, porque a linha de raciocínio, a linha de gestão é a mesma do governo federal.

Então o Governo do Estado da Bahia está aumentando imposto. É aquele governo que não precisa fazer. O raciocínio do governo do PT é daquele governo que você não precisa fazer, você precisa dizer que faz, é vender ilusão. É por isso que o melhor secretário do governo da Bahia é o secretário de Comunicação, porque é o governo da propaganda.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Vamos falar que faz e o resto não precisa acontecer. E vem agora mais imposto, mais taxas. A Bahia, simplesmente, amigo, no ano que vem, você vai ver que os níveis de desemprego vão ser maiores, a Bahia vai estar mais faminta. Porque tem 17 anos você escutando: “A Bahia; a fome; a fome...”. É a política que o PT quer: é o povo passando fome porque o povo fica na...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mão, refém de Bolsa Família, refém de cesta básica. E fica fácil. O cara que está dependente do governo fica fácil de ser convencido, fica fácil de ser doutrinado. É isso que o governo do PT quer. E é por isso que está aumentando imposto e aumentando mais imposto. São 3%.

E é aquilo que eu falei, você pode ver que os estados mais ricos do Brasil são os estados que têm menos taxa de imposto, de ICMS. O maior PIB do Brasil é o de Santa Catarina, com 17% de ICMS. A gente não quer. Aí, Rosemberg aqui está copiando o Nordeste. É por isso que o Nordeste vota no PT, porque o Nordeste é a parte mais pobre do Brasil. A parte mais rica do Brasil, mais consciente, não vota. O PT não ganha lá.

Então, amigo, essa questão de aumentar imposto é colocar o povo mais pobre, é colocar o povo mais submisso, é botar o povo para bancar o governo, a má gestão do governo.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

O Sr. Robinho: Muito obrigado, amigo.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Robinho. E quando V. Ex.^a puxou esse assunto, eu acho que a Bahia toda consegue acompanhar a quantidade de propaganda que há em todas as rodovias. Agora não existe mais o outdoor com papel, não, agora pegam três outdoors e eles já encapam com a lona, o que é bem mais caro para fazer.

Por que ao invés de gastar tanto dinheiro com propaganda, propagandas simples que não comunicam... Você não precisa mais saber que foram tantas escolas. Ainda fica fazendo propaganda do governo passado, falando que tem não sei quantas policlínicas. E esse governo de agora fez quantas? Porque quando é para comparar, você diz que só tem 10 meses de governo, mas quando quer fazer propaganda, faz de 17 anos. E precisa disso?

As pessoas, como o próprio governo diz, passando fome e ele não tira o dinheiro da propaganda. O que é que ele vai fazer? O que se fazia na Idade Média: aumentar imposto. As pessoas pobres vão pagar mais imposto ainda e as pessoas que têm um comércio também vão ser penalizadas. Vão tentar de alguma forma repassar para o consumidor e isso acaba ficando uma bola de neve, um ciclo vicioso. Mas, como eu disse, ele não faz o dever de casa, deputado Robinho, ele não corta na carne, ele não diminui o recurso das secretarias, não, só aumenta, só aumenta.

E como é que ele vai fazer para manter isso? Ele só consegue manter isso aumentando a sua tarifa de imposto. Então eu digo a V. Ex.^{as} que é um dia que entristece porque a Oposição não tem número para barrar, mas a gente tem número para chamar à consciência cada deputado e deputada da Base do Governo, chamar à consciência para dizer: foi para isso que V. Ex.^{as} foram eleitas? Foi para isso que V. Ex.^{as} foram chamadas, esses 63 deputados, para representarem toda essa Bahia? Não foi!

Eu tenho certeza de que V. Ex.^{as} não queriam estar aí, nesse lugar, nesse momento, aumentando imposto. Mas quem tem de fazer esse trabalho é o governo do estado. Ele precisa dinamizar sua máquina pública, ele tem de organizar sua administração pública e não aumentar imposto. Não é dessa forma que se faz.

Então, meus amigos, quando o deputado Rosemberg chamou, no seu primeiro discurso dessa tarde, quando ele disse: “Eu conversei com as entidades e as entidades estão de acordo com o aumento, entenderam o aumento de imposto”... E a gente tem aqui, todos os deputados receberam... Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu não disse que eles concordaram...

O Sr. ALAN SANCHES: Que eles entenderam.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) mas que eles entenderam os argumentos apresentados pelo secretário da Fazenda e saímos de lá com o compromisso de criar um fórum de debates do governo com os empresários e, certamente, com a participação da Assembleia Legislativa. Aí, podemos combinar, lado a lado, para a gente ir debatendo questões futuras.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

E aqui, eu acho que todos deputados receberam este manifesto.

(Lê) *“Manifesto de 54 entidades contra o aumento do ICMS na Bahia*

Todas as entidades abaixo assinadas, pela primeira vez na história da Bahia, unem-se com o mesmo sentimento de indignação, surpresa e até mesmo incredibilidade em relação a esse projeto, que visa aumentar alíquota do ICMS de 19% para...” 22,5%, porque eu disse que é de 19% para 20,5%, mas existe ainda o art. 16 que aumenta mais 2% para o fundo de combate à pobreza, totalizando, então, 22,5%.

(Lê) *“O referido projeto é uma grave ameaça aos direitos e aos interesses dos cidadãos baianos. O governo estadual, em suas justificativas, alega que o aumento é necessário para compensar a perda de arrecadação decorrente da decisão do STF, que declarou inconstitucional a cobrança de percentual superior à alíquota base sobre energia elétrica e serviços de telecomunicações, considerados essenciais. Porém, essa justificativa não pode prosperar.*

O mesmo pretexto de perda de arrecadação foi invocado há poucos meses, pelo mesmo governo, para aumentar a alíquota do ICMS de 18% para 19%. Trata-se de estratégia recorrente e perigosa, que visa extrair mais recursos dos contribuintes, sem reduzir os gastos públicos.

Fica o alerta: contribuintes somos todos nós, indistintamente, baianos e os que aqui decidiram viver e investir; empregados ou empregadores, formais ou informais, os que se encontram desempregados e até mesmo os que sobrevivem de auxílios. E o imposto do ICMS incide sobre todo produto ou serviço que cada um de nós consumimos.

Há muito tempo, sabemos que o problema não é a receita, mas sim, a despesa. Deste modo, acreditamos que os estados da Federação, de uma forma geral, precisam cortar os gastos excessivos, os desperdícios, os privilégios e as ineficiências que comprometem o equilíbrio financeiro e a capacidade de prestar serviços públicos com qualidade e efetividade. O temerário projeto de lei, se aprovado pela Assembleia Legislativa da Bahia, com o consequente aumento do ICMS, vai encarecer ainda mais o custo de produção, desestimulando os investimentos em nosso estado, gerando desemprego e favorecendo a sonegação e a informalidade. Tudo que a sociedade civil e a administração pública não desejam.

O projeto em questão prejudica o consumidor baiano, principalmente o mais pobre. O aumento do ICMS vai repercutir nos preços dos bens e serviços, elevando o custo de vida e reduzindo o poder de compra e o bem estar das famílias baianas. Em termos práticos, o aumento do valor nominal do imposto vem acompanhado do efeito acelerador do preço, o que geraria uma estimativa de aumento para o consumidor em torno de 4,5% nos produtos e serviços, corroendo o poder de compra não só dos salários, mas também dos benefícios, inclusive os sociais.

Há de se acrescentar que o projeto viola a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu o princípio da seletividade e determina que os impostos devem ser fixados em patamares menores para os bens e serviços essenciais, em respeito à capacidade contributiva dos cidadãos. O aumento da alíquota base do

ICMS sobre todos os bens e serviços anula o efeito da redução da alíquota sobre a energia elétrica e as telecomunicações...”

Bem, amigos, aqui ainda continua. Não fui eu que fiz esse discurso, parece que é um discurso da Oposição, mas não é. Com certeza, tem muito mais. Mas quem se apresenta aqui, quem escreve isso é a união de 54 entidades de toda a Bahia, como a Associação Brasileira de Shopping Centers; Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, aqui da Bahia; Associação Comercial da Bahia; Associação Comercial e Empresarial de Irecê; também as associações de Teixeira de Freitas, Valença, Mucuri, Casa Nova, Feira de Santana, Lençóis, Luís Eduardo Magalhães, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, ou seja, todos, todos contra isso.

E o que é que o governo faz? Amanhã, semana que vem, vocês vão poder ver em todas as estradas por aí, aqui em Salvador, mais propaganda. É com esse dinheiro, é com esse dinheiro aqui que ele faz tudo isso, quando ele deveria fazer o contrário. Um governo que diz que gosta de cuidar de gente, dessa forma? Aprisionando o bolso de cada um, cada vez mais? Não tem sentido o governo do Jerônimo Rodrigues fazer isso.

É tanto empréstimo! Eu falei a vocês que não sou eu, são dados. São dados do Tribunal de Contas. Nesses 4 anos, já há um acúmulo de meio bilhão de reais no fundo de combate à pobreza, e precisa aumentar mais ainda esse ICMS? Não tem sentido! Eu vejo e eu fico triste. Eu sei que o deputado Euclides – já toquei no nome de V. Ex.^a e estou dizendo aqui, agora, na presença de V. Ex.^a – quando disse que se nós fôssemos Governo nós estaríamos justamente nesse lado aqui e votando a favor, mas eu disse que não, deputado Euclides.

ACM Neto jamais faria isso com a população, não era nem com os deputados, mas era com a população que ele não faria isso – estou finalizando aqui – porque ele entende que o governo... não entende porque o governo de Jerônimo... Está inscrito primeiro o deputado Robinho e eu tenho de manter, pelo Regimento da Casa, a inscrição de quem pediu, e foi o deputado Robinho.

Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Meu amigo, eu quero registrar aqui no seu discurso e eu vou pedir amanhã à minha assessoria para registrar as seguintes coisas: todo mundo na Bahia, todos nós sabemos que a Bahia tem mais pessoas cadastradas no Bolsa Família do que inscritas com a carteira de trabalho. Isso é uma vergonha, é um dado deprimente. Existem mais pessoas recebendo Bolsa Família do que pessoas com suas carteiras de trabalho assinadas. Eu vou registrar isso e vou pedir para o meu gabinete ver quantas carteiras assinadas existem na Bahia e, daqui a 1 ano, eu vou usar aqui o espaço para falar para o povo baiano o quanto de carteira assinada diminuiu na Bahia. Então esse é um dado que eu não poderia deixar de falar para os colegas.

Agora, quando você falou de ACM Neto, eu vou falar, vou repetir para o meu xará Robinson, eu vou repetir que os estados como Santa Catarina, que tem o maior...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) PIB do Brasil, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo têm de 17% a 18% de alíquota. Os estados que querem cobrar mais imposto é porque querem que o seu povo fique mais pobre.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorpo o aparte de V. Ex.^a. Queria agradecer ao presidente pela oportunidade de estar mais uma vez aqui e dizer que é mais uma injustiça que esta Casa vai cometer assinando esse aumento do imposto, do...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ICMS. Muito triste participar hoje desta sessão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia, pelo tempo de 10 minutos.

Marque o tempo de 10 minutos, por favor.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde nobres colegas, amigos da imprensa, servidores desta Casa e os que nos acompanham nesta sessão de terça-feira, às 20h20min. Então seria boa noite, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, só 1 minuto, por favor. Eu queria dar a informação aos Srs. Deputados de que a sessão não está sendo transmitida. Coincidentemente, houve o estouro de um transformador na Federação. Eu estava no gabinete mesmo e congelou. Tem até uma nota da diretora da *TV ALBA* informando o que foi que houve, coincidentemente. Porque, às vezes, vocês podem querer fazer demais e ninguém está ouvindo.

Com a palavra o deputado Tiago.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, venho a esta tribuna hoje para falar, na verdade, para os meus colegas, pois a nós, deputados, cabe a responsabilidade com toda a população de um estado.

Primeiro, Sr. Presidente, venho aqui manifestar o meu total repúdio à questão 89 do Enem, que é de conhecimento de todos, já foi trazida a esta tribuna hoje por outros colegas. Uma questão totalmente ideológica e partidária, afronta talvez a mola propulsora do nosso estado e do nosso país, que é o agronegócio. Essa questão 89 da prova de Ciências Humanas provocou uma verdadeira revolta, não só no meio rural, mas entre diversos estudiosos do agro brasileiro, mostrando, no seu enunciado, da forma mais clara possível, a doutrinação ideológica existente nas escolas do nosso Brasil.

E a questão, Sr. Presidente, começa, no seu texto, afirmando que: (lê) “*No Cerrado, o conhecimento local está sendo cada vez mais subordinado à lógica do agronegócio...*” Talvez seja a lógica do desenvolvimento e da evolução humana que o proponente dessa questão ideológica e partidária quis dizer. E ele afirma ainda que: (lê) “*De um lado, o capital impõe os conhecimentos biotecnológicos...*” Ora, Sr. Presidente, ele luta e recrimina a ciência, (lê) “*(...) e de outro, o modelo capitalista subordina homens e mulheres à lógica do mercado...*” Ora, qual seria a outra lógica dos meios de produção do que não produzir o que o mercado espera, Sr. Presidente?

Então é um texto que mostra a doutrinação que ainda acontece nas escolas do nosso país, que corroboram com as teorias de democracias relativas, muitas vezes, defendidas por esses mesmos seres ideológicos, pessoas que considero bitoladas, românticas, ideológicas, preguiçosas, muitas vezes, porque se negam a estudar, e, talvez, ignorantes.

E o estudo do artigo original citado na prova do Enem, publicado na revista *Élisée*, um periódico nada científico, sob o título de *Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado*, remete à ocupação agrícola em regiões do nosso país, Sr. Presidente. Essa ideia de “recampanização”, como uma proposição meramente idealista, sem fundo científico, para não dizer anticientífica, de que manter os pequenos produtores rurais plantando sementes sem nenhum tipo de melhoramento genético, capinando na enxada e vendendo ovo caipira na feirinha significa negar a evolução tecnológica no campo. Uma ilusão totalmente regressiva.

E ainda afirma que a Embrapa – imaginem! – possui um papel determinante nesse processo de ocupação e territorialização, tendo como base os conhecimentos produzidos pelas *pesquisas sobre as condições físicas e químicas dos solos para produção de variedades de sementes produtivas*”, condenando a própria Embrapa.

E fica aqui então, Sr. Presidente, o nosso total repúdio a um movimento ideológico numa prova que não deveria estar doutrinando, mas avaliando os jovens no nosso país, e nós temos que nos submeter a isso a cada dia.

Mas venho também engrossar o coro de deputados que me antecederam, a exemplo do deputado Alan Sanches, que tão bem trataram do transporte urbano não só de Salvador, mas de todas as capitais.

Quando um deputado sobe a esta tribuna para dizer que o prefeito Bruno Reis é o responsável pela quebradeira do transporte público em Salvador... Ora, Sr. Presidente, sabemos que o transporte público é inviável em todo o mundo. Em todo o mundo, ele é subsidiado, e por que não dizer, deputado Alan Sanches, aqui, na nossa Bahia, nós temos um metrô que consome o dinheiro público da população porque ele é subsidiado.

Sabemos que o governo do estado coloca dinheiro anualmente no metrô, e muito dinheiro, talvez dinheiro, inclusive, desse empréstimo, talvez dinheiro, inclusive, desse aumento do ICMS. Isso para bancar o metrô, que, assim como o transporte público rodoviário, não consegue se manter, mostrando que o governo investiu R\$ 183 milhões nos últimos anos como subsídio para a operação do sistema metroviário de Salvador e de Lauro de Freitas. Isso, dados do próprio governo.

E aí eu pergunto: será que nós podemos acusar algum governador da Bahia pela ineficiência do transporte do metrô? Ora, Sr. Presidente, então é preciso estudar...

O Sr. Robinho: Um aparte, nobre deputado?

O Sr. TIAGO CORREIA: No momento oportuno, darei.

(...) É preciso estudar e ter muito cuidado com as afirmações que são feitas neste Plenário. Nós temos um transporte público metropolitano rodoviário

totalmente sucateado, e perguntam em que ele se diferencia do transporte público de Salvador.

Mas, por falar em financiamento com recursos públicos, nós podemos ir além e lembrar, Alan, que, em 2021, o governo pagou, também de financiamento público, de aporte de recursos públicos para manter estruturas, R\$ 361 milhões à Arena Fonte Nova. Você sabia disso, deputado Alan? Dinheiro público, dinheiro arrecadado com o ICMS, dinheiro do contribuinte para manter uma estrutura que não se sustenta.

E, ao final do contrato, o governo terá investido algo em torno de R\$ 2,2 bilhões de reais repassados à Arena Fonte Nova, isso sem aplicar as correções monetárias. E eu pergunto se essa é a prioridade do governo ao aplicar os recursos decorrentes, principalmente, do ICMS, que é pago por toda a população, principalmente a mais carente.

Quando nós nos debruçamos sobre os dados da Bahia, deputado Júnior Nascimento... Aí eu trago a esta Casa, para que todos os colegas tomem conhecimento: (Lê) “A Bahia é campeã nacional em desemprego, mais de 14,4 % da média nacional, que é de 8%. A Bahia é campeã nacional em violência, é o estado mais violento do nosso país. A Bahia é vice-campeã nacional em desmatamento da Mata Atlântica. A Bahia é a campeã nacional com o número maior de pessoas em extrema pobreza, deputado Emerson Penalva. A Bahia tem o maior número de internações de bebês por desnutrição do Brasil.

A Bahia é a campeã em número de jovens entre 18 e 24 anos que estão fora das universidades. A Bahia é líder nacional do ranking entre as cidades mais violentas do mundo. A Bahia era o 17º estado em competitividade e, neste ano, foi rebaixada para o 24º estado menos competitivo do país, perdendo apenas para Roraima, Amapá e Acre. A Bahia tem a penúltima pior educação do nosso país, ficando atrás apenas do Maranhão. A Bahia é campeã nacional em número de analfabetos adultos. A Bahia ocupa o terceiro lugar no ranking nacional em habitações precárias, perdendo apenas para o Maranhão e para o Pará.

Em 2022, a Bahia marcou o quarto lugar quando se trata de maus tratos contra idosos, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Bahia é o estado com mais mortes violentas de pessoas LGBTQIA+. Na Bahia, de cada 100 crianças, 77 vivem na pobreza em suas múltiplas dimensões: renda, educação...”

O Sr. Robinho: Um aparte! Um aparte!

O Sr. TIAGO CORREIA: (lê) “(...) trabalho infantil, moradia, água, saneamento...” Já darei o aparte, deputado Robinho.

(Lê) “(...) E a Bahia foi o estado que concedeu o menor reajuste salarial para os servidores do Brasil em 2023, ainda no início deste ano, apenas 4%, enquanto o salário aumentou mais de 50%.”

Então, eu trago esses indicadores para que todos os colegas tenham conhecimento e vejam de que maneira os recursos da Bahia estão sendo aplicados.

O aparte, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Eu fiquei preocupado com os dados verdadeiros, e eu tenho certeza de que você pode divulgar a fonte de todos eles porque conheço sua pessoa, você faz aquele discurso da verdade e bem fundamentado.

Agora, eu fico preocupado com o seu discurso e com os seus dados porque, daqui a pouco, vão ter deputados dizendo que você é negacionista, como ocorreu quando nós começamos a falar aqui da violência da Bahia, e tiveram jornalistas que acharam ruim e não gostaram porque a gente fez a crítica, mas essa é a nossa função aqui: criticar o que está errado. O que nós não podemos aceitar é, com tanto fator negativo, a Bahia ter meio bilhão de reais na conta do Programa Bahia Sem Fome, e não investir para ajudar essas pessoas.

Então, eu vou repetir aquilo que falei com o nosso amigo Alan: no ano que vem, daqui a 1 ano, eu quero relatar a quantidade de carteiras assinadas que a Bahia perdeu, divulgando, assim, a Bahia como um estado da propaganda. Está provado que não precisa fazer aqui na Bahia, só precisa falar que faz, enganando a população baiana.

Um abraço, amigo.

O Sr. TIAGO CORREIA: Obrigado, deputado Robinho, incorporo o seu aparte.

Para concluir a minha linha de raciocínio, deputado Robinho, eu entro agora no mérito da questão que avaliamos hoje. Ainda no dia 20 de outubro de 2021, o governo do estado anunciou, cantando aos quatro ventos, que a Bahia teve um aumento de 21,7% na arrecadação e seguia em segundo lugar em investimentos no país.

(Lê) “O estado da Bahia teve um crescimento de arrecadação, no segundo quadrimestre deste ano, de 21,7% em relação ao mesmo período de 2020. O dado foi passado pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitorio...”, e eles falam de queda de arrecadação, “(...) Esse aumento de arrecadação, puxado, sobretudo, pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), permitiu que a Bahia mantivesse o equilíbrio fiscal”, isso em 2021, deputado Robinho.

E aí a gente pega agora uma matéria de 2023, de poucos meses atrás, de agosto, também são dados do próprio governo: (Lê) “Com queda de arrecadação de ICMS no primeiro semestre, Bahia espera reverter quadro na segunda metade do ano. E o secretário da Fazenda diz que a redução na arrecadação com imposto no primeiro semestre foi de R\$ 4,6 milhões, mas que o estado recebeu 16 bilhões, 440 milhões de reais ante 16 bilhões, 900 milhões de reais do ano anterior, uma redução de 2,7% no primeiro semestre...”

Mas o secretário vem à frente e afirma: (Lê) “A nossa previsão é que, até o final do ano, isso seja revertido porque já foi resolvida a questão dos combustíveis. O estado já fez as alterações nas alíquotas para compensar esse período ruim que aconteceu no primeiro semestre.”

Então, neste ano, em agosto, o governo disse que ele estava com as contas equilibradas e que não teve queda de arrecadação. Agora, surpreendentemente, após aprovar o aumento de 18% para 19%, encaminhou, a esta Casa, um outro aumento

de 19% para 20,5%, e as justificativas para isso são as mais diversas, deputado Robinho.

Mais equilíbrio fiscal, conforme o próprio governo, não é; queda na arrecadação, conforme o próprio governo, não é. Afinal de contas, nós tivemos um aumento constante da arrecadação no nosso estado da Bahia, e, para concluir, Sr. Presidente, só vou trazer esses dados para que fique consignado, e todos os colegas desta Casa saibam:

(Lê) “Em 2015, a Bahia arrecadou com combustíveis...”, é o que ele alega, “(...) 4 bilhões, 230 milhões de reais;...”, Robinho, “(...) em 2016, 4 bilhões, 530 milhões de reais; em 2017, 4 bilhões, 930 milhões de reais; em 2018, 5 bilhões, 590 milhões de reais; em 2019, 5 bilhões, 520 milhões de reais; em 2020, 5 bilhões, 230 milhões de reais; e em 2021, 7 bilhões, 220 milhões de reais...”, houve um incremento de R\$ 2 bilhões em 2021.

Em 2022, a arrecadação caiu 0,4%, e ele disse que a Bahia iria quebrar porque perdeu R\$ 400 milhões, sendo que a arrecadação havia saído de 5 bilhões, 230 milhões de reais, em 2020, para 7 bilhões, 220 milhões de reais, em 2021. Ora, deputado, não se sustentam as mentiras contadas para justificar esse novo aumento na alíquota do ICMS, o que acontece aqui é um arrocho no bolso do contribuinte, quem vai sofrer é o mais pobre.

São os índices do nosso estado que continuarão sendo os piores do país, fazendo com que a população mais pobre continue sofrendo sem emprego, sofrendo com a violência e sofrendo com preços cada vez mais altos, dificultando e fazendo com que, cada vez mais, aumente o número de pessoas que precisam de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família.

Então, Sr. Presidente, o nosso posicionamento em relação a esse projeto é totalmente contrário. Nós entendemos que isso não resolve o problema da Bahia, só afunda ainda mais o nosso estado nesses indicadores, e o futuro mostrará que será um verdadeiro tiro no pé o que o governador faz hoje ao colocar todo o nosso setor produtivo, toda a nossa população em um momento cada vez mais delicado, com preços mais caros, tornando o nosso estado cada vez menos competitivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado...

O Sr. Leandro de Jesus: Presidente, pela ordem.

O Sr. Robinho: Presidente, eu quero verificação de quórum...

O Sr. Leandro de Jesus: Isso.

O Sr. Robinho: (...) para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem nem meia hora.

O Sr. Robinho: Sim, senhor, tem 40 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, ele falou... Tem meia hora não, Robinho, o deputado Tiago só falou 15 minutos, 12 minutos...

O Sr. Robinho: Rapaz, e outro deputado...

O Sr. Leandro de Jesus: Teve outro antes...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Falou por 10 minutos, deputado Robinho.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, o outro falou por 10 minutos também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Daqui a pouco vocês pedem.

O Sr. Robinho (fora do microfone): São 20 minutos...

O Sr. Rosemberg Pinto: Só está reduzindo para 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou marcar agora o próximo para não ter problema.

Para discutir, o deputado José de Arimateia. (Silêncio) Não está presente. O próximo é o deputado Leandro.

O Sr. Robinho: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Robinho: O tempo foi mais do que 30 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vou anotar agora, Robinho, para não ter problema. São 20h37min.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado... o.k., deputado Penalva por 10 minutos, por favor.

O Sr. PENALVA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós já chegamos no penúltimo mês do ano, o mês de novembro, já começamos, toda a população baiana, a entrar naquele clima de sentimento natalino.

Final de ano, Natal chegando, a esperança chegando na casa de cada família do povo baiano, a esperança do pagamento do 13º para aumentar as vendas do comércio, para que as famílias possam comprar os presentes de seus filhos, seus amigos próximos, e o “Papai Noel”, Jerônimo Rodrigues, dá de presente para a população baiana, para os baianos e as baianas, mais um aumento do ICMS. Esse é o presente de Natal que o governo do estado da Bahia está retribuindo ao povo da Bahia pela sua eleição em 2022.

Todos sabem que o ICMS vai causar um aumento nos produtos das prateleiras da população baiana, todos sabem que os verdadeiros empregadores sofrerão um aumento de carga tributária, todos sabem que isso pode gerar um desemprego em cascata, e, mesmo assim, a perversidade da política petista do estado da Bahia faz com que o povo sofra mais para continuar dependendo, como disse o meu querido amigo deputado Robinho, de esmola.

Triste de um estado em que o seu povo precisa de auxílio para comer e para sobreviver. Esse é o reflexo dos 17 anos do PT na Bahia, esse é o reflexo do discurso daqueles que “cuidam” de gente, comemorar, subir nesta tribuna para comemorar porque o Bolsa Família aumentou, subir nesta tribuna para comemorar

porque mais famílias estão recebendo o Bolsa Família. Esse é o retrato da administração petista na Bahia.

Então, vejam bem, meus amigos e minhas amigas, como se não bastassem os empréstimos feitos de forma desordeira e aprovados nesta Casa não com o voto da Oposição, mas, sim, com o dessa base subserviente ao governo do estado, dizendo que iria levar mais serviços para o povo da Bahia.

Aí eu pergunto: cadê os discursos comemorativos da Base do Governo que anunciam aqui que, com o PAC, com os programas do governo federal, vão cair bilhões, bilhões e bilhões para a Bahia? Esses bilhões são discursos vazios? Porque, se estão chegando bilhões para atender o estado da Bahia, para que tomar dinheiro emprestado? Seria para cobrir o rombo da campanha de Jerônimo Rodrigues em 2022? Seria para tentar honrar os convênios não pagos que foram feitos de forma irresponsável e desenfreada em 2022, às vésperas de uma eleição? Essas são as perguntas que ficam principalmente para os deputados da base governista que queiram vir aqui defender o governo.

Foi dito aqui que o prefeito Bruno Reis está subsidiando o transporte público de Salvador de forma a pagar R\$ 160 milhões para as empresas de transporte público. Eu pergunto, como disse aqui o deputado Tiago Correia: e o subsídio pelo risco de demanda do metrô de Salvador quem é que paga? Será que é de conhecimento do deputado que esteve aqui para falar? Falta de conhecimento não é, até porque ele se propõe a ser candidato, pré-candidato a prefeito de Salvador. Uma pessoa que quer assumir uma capital precisa ter conhecimento.

Existem várias audiências em Brasília não somente com os prefeitos das capitais, mas também das grandes cidades do Brasil, apelando por subsídio do transporte público. Inclusive, o Governo do Estado da Bahia recebeu um repasse do governo federal para subsidiar o transporte metropolitano e, pasmem, primeiro, não devolveu, segundo, recebeu o dinheiro e pagou uma pequena parcela, passando a mão no resto do dinheiro que seria para subsidiar o transporte da Região Metropolitana.

Então, vocês vejam bem qual é o discurso que o meu querido amigo deputado Robinson vem trazer com relação ao prefeito Bruno Reis. Aí eu pergunto: vocês querem levar para Salvador o modelo do modal que é o ferryboat, que faz a linha Salvador-Itaparica? É esse? Vocês querem levar para Salvador o modelo de gestão do modal da Região Metropolitana, com os ônibus sucateados? Vocês querem levar para Salvador os projetos fantasmas da Ponte Salvador-Itaparica, do VLT do Subúrbio, onde o povo pobre do Subúrbio Ferroviário de Salvador pagava R\$ 0,50 pelo trem, que, de fato, merece um modal melhor?

Deixou de ter o trem, e fizeram a tal licitação do monotrilho. Depois de investirem R\$ 50 milhões por 3 a 4 anos, rescindiram o contrato do modal e agora acham que estão fazendo o mundo, inventando a roda e a pólvora. Querem comprar vagões semissucateados, se não me engano, de Tocantins (de Palmas) que foram trazidos para a Copa do Mundo, ou para as Olimpíadas, nem sei dizer, de tanto

tempo que tem, mas será feito um investimento em torno de R\$ 40 milhões para depois pensarem e verem qual será o modal que vão botar no Subúrbio Ferroviário.

Então, essa é a gestão que o PT quer levar para a cidade de Salvador.

Como se não bastasse... como se não bastasse, nobres colegas, tivemos aqui, há alguns anos, uma micareta no município de Simões Filho em que teve aquela presepada de enterrar um carro, a pedra fundamental da JAC Motors, né? JAC Motors, uma indústria de carro, uma fábrica de carros, eu não sei se é em homenagem a Jaques Wagner, não sei, “JAC Motors”.

Aí enterraram um carro, uma presepada, chamaram... É JAC, não é, Rosenberg? Não sei o que, pá-pá-pá-pá-pá, aí pegaram um celular modelo PT-550, CD... “Ó, daqui a 20 anos a gente vai tirar, desenterrar esse carro aqui porque a gente vai mostrar a evolução da tecnologia, não vai existir mais CD nem nada”. Não demorou 2 anos, 3 anos de enrolação, quando foram atrás do carro... Pó, virou purpurina. Ninguém sabe onde está esse carro até hoje.

Então, vejam bem vocês, o que é que significa a gestão PT por 17 anos na Bahia: 52% da população baiana está abaixo da linha da pobreza. Será que ainda é a herança maldita do governo carlista, do governo Paulo Souto? São 17 anos. Será? É um estado que tem o maior índice de desemprego do Brasil, e olha que a Bahia era a locomotiva do Norte-Nordeste, hoje nós temos aqui o estado com o maior desemprego do nosso país.

Temos o estado com a maior violência, estamos em penúltimo lugar na educação, no ensino médio. E aí eu pergunto: precisa tomar mais empréstimo para melhorar esta Bahia? Será... Se aqueles quase R\$ 10 bilhões...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. PENALVA: (...) R\$ 10 bilhões...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. PENALVA: Calma, meu querido Robinson.

(...) aqueles R\$ 10 bilhões que entraram nos cofres do governo do estado referentes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) referentes aos precatórios da educação e referentes à devolução dos incentivos fiscais que a Ford devolveu ao governo do estado não foram suficientes para que o governo estadual honrasse com seus compromissos? Não.

Então, eu volto a dizer, Natal está chegando, e eu acho que o governador Jerônimo vestiu...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a roupa de Papai Noel e está dando de presente à população baiana mais um aumento de imposto, batendo recorde, ele quer ser mais do que o “Correria”, eu não sei o que ele quer ser, acho que ele quer ser aquele desenho que tem o papaléguas, não sei o quê. O cara passava, ninguém pegava, ele quer superar Rui Costa na velocidade e quer dar de presente o aumento, mas está aqui nas mãos dos deputados.

O verdadeiro Natal que o povo da Bahia quer é o “não aumento de imposto”, “não aumento dos preços dos produtos”, principalmente da cesta básica, “não ao desemprego”, “não à violência e “sim” à educação de qualidade. É isso que o povo da Bahia quer e é esse dever e obrigação que nós deputados temos que honrar com o povo que confiou na gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para discutir, o deputado Hilton Coelho. (Silêncio) Não se encontra. Para discutir, o deputado Diego Castro. (Silêncio) Não se encontra. Com a palavra, para discutir, o deputado Leandro.

O Sr. Robinho: Presidente, presidente, nós temos mais...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Robinho: (...) nós temos mais de 30 minutos, eu pedi verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Robinho: (...) já tiveram três...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., V. Ex.^a tem razão agora. Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu gostaria apenas que V. Ex.^a marcasse 15 minutos, eu já vou pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes. Numa hora dessa, tem muitos deputados, inclusive, fazendo um lanche aqui no restaurante, em algum local, ou despachando nos seus gabinetes, aproveitando este debate fantástico que está acontecendo no momento aqui.

Então, eu queria pedir aos deputados e deputadas que se fizessem presentes para que a gente desse continuidade à sessão, atendendo ao pedido do deputado Leandro de Jesus.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu peço que zere o painel, por favor, e marque 15 minutos.

Srs. Deputados, nós já estamos chegando, pelo menos, pelos inscritos, ao final das discussões, então, peço que todo mundo que está nos gabinetes e em outras dependências compareça porque nós deveremos ter votação daqui a pouco. Existe um pedido de verificação de quórum pelo deputado Robinho para continuidade da sessão.

Deputado Euclides, dê presença, por favor! Deputado Euclides, presença! Deputada Fátima; deputado Eures, “dono” de Bom Jesus da Lapa.

Deputados que estão aqui na sala do cafezinho comendo pizza; deputado Marquinho Viana; deputado Eduardo Alencar; Cláudia Oliveira; deputado Bobô; Binho Galinha; Antonio Henrique; Alex da Piatã; Laerte do Vando; deputado Júnior

Muniz; Ludmilla; Maria del Carmen; Marquinho Viana; Nelson Leal; Neusa Cadore; deputado Niltinho; Olívia Santana; Paulo Rangel; Roberto Carlos; Robinho.

O Sr. Robinson Almeida: Cadê o quórum, presidente? Robinho... Robinho não...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É, com o voto de Robinho já deu 21. Volte o painel, por favor.

Srs. Deputados, solicito que vocês fiquem aqui no Plenário, daqui a pouco teremos votação. Podem começar...

O Sr. Dr. Diego Castro (fora do microfone): Estou presente, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Diego, infelizmente você não estava aqui na hora, mas depois eu vejo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Bom, de volta aqui neste dia, neste dia triste que estamos enfrentando em nosso estado com essa proposta encaminhada pelo governo, eu me impressiono ainda com a capacidade de alguns destilarem, subirem a esta tribuna para destilarem, nas suas falas, ódio a quem não merece.

E nós vimos, por exemplo, o nobre deputado Robinson Almeida subir aqui mais cedo e destilar a sua... a sua raiva contra o presidente Jair Messias Bolsonaro. É impressionante, tinha que ser do PT.

Os deputados do PT hoje estão nervosos. Mas por quê? Na realidade, hoje nós estamos vendo aqui a bancada do PT, a Bancada do Governo, propondo... propondo o aumento do ICMS, ou seja, o aumento da carga tributária, o peso do estado sobre o cidadão. Quem vai sofrer com isso? Obviamente, como já dissemos aqui e vamos demonstrar cada vez mais, quem sofre com isso é o povo.

Mas por que o deputado do PT ataca o presidente Jair Messias Bolsonaro? Porque, ao contrário do que o PT faz, Jair Messias Bolsonaro, na condução do seu governo, realmente preocupado com o povo, foi o presidente que mais reduziu a carga tributária, foi o presidente que zerou impostos, foi o presidente que reduziu impostos, foi o presidente que propôs o limite do ICMS sobre os combustíveis exatamente para beneficiar o povo. Mas, na contramão de tudo isso, visando prejudicar o povo, está aí o governo do PT na Bahia. E é por isso que...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) é por isso que os deputados do PT aqui... é por isso que os deputados do PT aqui, inclusive o meu colega Robinson Almeida, que está querendo falar, ele subiu aqui para falar contra o presidente Bolsonaro... Mas, aproveitando, deputado, que o senhor quer falar,...

O Sr. Robinson Almeida: V. Ex.^a vai me dar um aparte?

O Sr. LEANDRO DE JESUS: (...) eu queria que o senhor comentasse, então, as seguintes informações, vamos lá: (lê) “*Governo Lula decreta corte de R\$ 1,5 bi...*”, a deputada, a negona aqui, que de negona não tem nada e de pobre não tem nada, está tentando interromper a minha fala. De negona não tem nada e de pobre não tem nada, não é? Mais branca que a neve, diz que é negona e está

querendo me interromper, então, eu quero, eu quero a minha fala, eu quero a minha fala, vamos lá: (Lê) “*Governo Lula decreta corte de R\$ 1,5 bi, metade na Saúde e Educação*” Corte! Corte! É o governo do corte, vamos lá, eu quero ver se os deputados do PT vão subir aqui para poder falar sobre isso.

Tem mais: (Lê) “*Tesourada do governo Lula corta recursos do auxílio gás e da educação básica...*”, será que a negona do PT vai subir aqui para falar? Não vai, não vai subir para falar sobre isso.

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Vamos lá, tem muito ainda para falar, deputado, vamos lá: (Lê) “*Lula bloqueia R\$ 3,8 bilhões...*” Isso aqui é notícia de hoje. (Lê) “*(...) Lula bloqueia R\$ 3,8 bilhões e cortes atingem hospitais, livros didáticos da educação básica e Auxílio Gás*”. Esse é o governo que diz que quer cuidar de gente, e aí os deputados vêm aqui e sobem aqui para falar contra Bolsonaro. Pelo amor de Deus, não têm o que falar, não têm argumento, vamos lá...

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Têm mais, vamos lá, calma, a lista da destruição, Robinson, é grande, muita calma nessa hora, eu tenho 20 minutos para falar aqui. (Lê) “*Lula corta R\$ 708 milhões da verba para combate à criminalidade no Orçamento de 2024*”, ou seja, é o governo que não quer combater a criminalidade, não é à toa, não é à toa que a Bahia, por exemplo, está nesse estado caótico em que o PT o mergulhou.

Vamos lá, tem mais, muita calma, não fique nervosa, deputada negona, calma lá, tem mais: (Lê) “*Rombo de R\$ 100 bilhões: quais os impactos do pior resultado das contas públicas desde a pandemia?*” Ou seja, as contas do governo Lula já têm um rombo de R\$ 100 bilhões, enquanto isso, o presidente Bolsonaro, que é tão atacado aqui, deixou um superávit, deixou um superávit de R\$ 50 bilhões, o governo Lula já quebrou o país.

Vamos lá, tem mais, senhoras e senhores, vamos lá, a “petezada” aqui está nervosa, calma lá, vamos lá, vamos continuar: (Lê) “*Lula gasta mais com cartão corporativo do que Bolsonaro, Temer e Dilma*”, são as viagens de luxo para se dar bem, para gastar o dinheiro do povo, hotéis de luxo, ou seja, é o gastador do dinheiro público.

Mas esses que estão aqui, deputado Robinson Almeida, que está querendo uma fala aqui, se der tempo, e eu espero que dê, porque temos muito a falar aqui...

O Sr. Robinson Almeida: V. Ex.^a já me citou várias vezes, e não citou Lula uma vez.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: V. Ex.^a peça pela ordem. V. Ex.^a peça um tempo aí para me responder, questão de ordem, como V. Ex.^a quiser usar as suas opções como parlamentar.

Vamos lá.

O Sr. Robinson Almeida: V. Ex.^a me citou. A toda hora V. Ex.^a me cita e não me deixa falar.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Presidente, eu vou querer que restitua a minha palavra aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson, deixe o deputado Leandro discorrer sobre...

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Pronto, é o meu direito de falar aqui, deputado.

Vamos lá. O governo do PT, na Bahia, que quer aumentar o ICMS... Tenho esses resultados, olhe os resultados do PT. (Lê) “Bahia tem maior número de internações de bebês por desnutrição no Brasil.” Olhe aqui os resultados fantásticos do PT na Bahia. Isso é muito importante. Vamos lá. (Lê) “O governo que está destruindo a Bahia.” Tem mais. (Lê) “Bahia segue com maior taxa de desemprego do país.” Ou seja, é o estado da fome, da miséria, da destruição, da violência, da fila da morte que vem matando o povo baiano.

E os deputados do PT querem me impedir de falar, mas vou falar, vou usar o meu tempo, os meus 20 minutos, que não são 10. Eu quero, aqui, a paridade de tempo para falar tudo que eu tenho a falar do PT neste dia em que o consumidor, em que o povo pobre, em que o povo baiano vai pagar mais carga tributária.

O Sr. Robinson Almeida: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Excelência, deixe-me falar! V. Ex.^a está nervoso? É assim que V. Ex.^a quer ser candidato a prefeito de Salvador, cortando a minha fala, interrompendo a minha fala? Não é assim. Até porque o povo soteropolitano não vai querer esse modelo de governo aqui, na capital, o modelo da destruição.

Então, eu preciso continuar a falar, eu preciso ter o meu tempo, deputado. A destruição é enorme.

Mas vamos lá, vamos continuar. Posso falar, posso continuar com o meu tempo? Pronto, maravilha. Vamos lá, tenho tempo suficiente.

(Lê) “Estado de violência, A Bahia lidera o *ranking* de mortes violentas e resiste a quase 7 mil assassinatos”. Esse é o modelo que o PT quer trazer para Salvador, senhoras e senhores, é o modelo em que imperam as mortes, a violência, os assassinatos.

Mas calma lá, eles vão dizer que a culpa é de Bolsonaro. Vamos lá. Esse é o discurso. Em 2017, 7 mil assassinatos na Bahia. Espere aí! Em 2017 Bolsonaro era presidente? A culpa é de quem, senhoras e senhores, de quem é a culpa? É do PT. E o que mudou de lá para cá? Absolutamente nada, porque o PT continua governando, continua destruindo a Bahia. E não é à toa que nós temos 11 dos 20 municípios mais violentos do Brasil. Dos 20, 11 estão aqui.

Mas ele quer subir aqui e dizer que o PT é a perfeição, que vivemos no paraíso. Eu desafio qualquer deputado aqui que diz que está um paraíso. Vamos sair juntos, vamos a uma UPA, vamos entrevistar o povo e perguntar se está bom. Eu desafio qualquer um aqui. Vamos a uma UPA para falar se está bom.

A fila da Regulação, a fila da morte. Quantos já perderam a vida aguardando na UPA, porque o governo do PT não regula o povo. Estou falando de Regulação, deputado, V. Ex.^a sabe do que eu estou falando.

Mas vamos lá. Das cinco cidades mais violentas do Brasil, quatro estão na Bahia. (Lê) "Monitor da violência: Bahia é o estado com mais mortes violentas no país".

O Sr. Robinson Almeida: Meu aparte, V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Excelência, V. Ex.^a já teve aparte demais hoje. V. Ex.^a falou, e falou, e falou, e não disse nada, não apresentou nada.

Eu estou, aqui, agora, exatamente exercendo meu papel de parlamentar para, verdadeiramente, defender o estado da Bahia. Se V. Ex.^a quiser falar, V. Ex.^a peça um aparte. Vamos lá...

O Sr. Robinson Almeida: Mas V. Ex.^a me citou. Eu tenho o direito de responder a V. Ex.^a.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Presidente, eu quero o meu direito de fala aqui, presidente. São 20 minutos. Ali está estavam 10 minutos, mas são 20.

(Lê) "Bahia tem 11 das 20 cidades com maiores taxas de homicídio". "Onda de violência é o novo capítulo do fracasso do PT contra o crime na Bahia. Sob fogo cruzado, o governador Jerônimo Rodrigues ainda não se mostrou capaz de dar respostas à altura ao desafio da segurança pública no estado."

Vamos lá, tem mais, senhoras e senhores. Calma lá, eu tenho muito tempo ainda. (Lê) "Bahia tem a maior taxa de analfabetismo do país." Já falei, não foi? É muita coisa. Vamos lá, tem mais, senhoras e senhores, calma. Eu não estou cansado, eu estou, aqui, à vontade. Por mim, a gente estende até a meia-noite. (Lê) "Com alta evasão escolar entre jovens, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Bahia tem o segundo menor percentual de adultos com nível superior completo." Eu queria que os deputados do PT explicassem isso aqui. Vamos lá. (Lê) "Bahia é o estado com o pior índice de concluintes do Ensino Médio que se inscreveram no Enem." E por aí vai. É só destruição.

Aí vem aqui com o discursinho: "Não, porque nós estamos aqui para cuidar de pessoas, porque é o governo do amor". Amor a quem? Amor a quem?

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu pergunto a quem está nos acompanhando. Ao povo baiano? Você se sente amado com esses números aqui, os números da destruição?

(A deputada Fátima Nunes se manifesta fora do microfone.)

A negona está querendo me interromper, que de negona não tem nada. Calma negona! É a branca mais negona da Bahia! Ela diz que também é pobre, viu! Mas calma lá.

Vamos lá, vamos lá vamos lá, senhoras e senhores.

(A deputada Fátima Nunes se manifesta fora do microfone.)

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Vai me acusar agora de misoginia. Calma, a senhora está atacando aqui um deputado negro. Vai interromper a fala de um deputado negro? Vai interromper a fala de um deputado negro aqui, deputada? A senhora branca vai interromper a fala de um deputado negro? Pelo amor de Deus, deixe-me continuar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fátima, deixe o deputado Leandro concluir.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: E além de toda essa destruição, senhoras e senhores, que estamos vivendo aqui – e a deputada do PT querendo interromper a minha fala –, vem aí a proposta, o presente de Natal, como bem disse aqui o meu colega Penalva: aumento do ICMS de novo.

Eles querem dizer, como subiram aqui, que é para fazer a redistribuição de renda, que é para fazer justiça social. Senhoras e senhores, o ICMS é um dos impostos mais perversos que existem porque ele incide exatamente sobre o consumo. Ou seja, os mais pobres, os mais miseráveis, porque o PT transformou a Bahia num estado miserável, num estado onde as pessoas passam fome, onde temos mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza, são esses mais pobres – que o Lula está cortando do Bolsa Família, inclusive. Aqui, no Brasil, foram 12 mil cortes – são esses pobres, miseráveis que vão pagar a conta na hora em que forem fazer as suas compras, porque é o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Quem vai pagar a conta é o pobre – pobre que a deputada aqui não é. Ela disse que é, mas não é pobre, não, viu? É importante destacar, não é pobre.

Eles querem que a gente escute tudo isso e que a gente "coma quietinho". Não vai rolar isso, não vai senhoras e senhores. Cada um de vocês que votar a favor dessa continuidade, que votar pelo aumento da alíquota do ICMS vai carregar esta culpa, a culpa da miséria, a culpa do aumento do desemprego – desemprego esse do qual a Bahia já é recorde em todo o Brasil. Os senhores vão carregar essa culpa e vão ter que explicar aos seus redutos eleitorais, aos seus municípios. É isso que está acontecendo.

Eu estou aqui exatamente para defender, defendo, sim, Jair Messias Bolsonaro, o maior presidente da história deste país. E o que ocorre hoje neste país é perseguição! Estão perseguindo o maior da história! Mas nada como o tempo! Nada como o tempo! E, hoje, o Brasil está sendo governado por um ex-presidiário, o líder do maior esquema de corrupção da história do planeta. Não é do Brasil, do planeta!

E aqui, meus jovens, vocês que estão me acompanhando aqui, jovens, senhoras, papai, mamãe, senhores colegas, toda vez que eu subir aqui, que eu tiver a oportunidade, será para falar a verdade e combater o mal! O 13 do PT é o 13 da maldição. E a estrela vermelha é a estrela vermelha da fome, que nós vamos extirpar deste estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego, que é mais moderado. (Risos)

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Presidente, se o deputado Leandro vai conceder o aparte ou não, porque já passou, ao deputado Robinson, eu não sei, mas, com certeza, quem tem parte com o diabo é o governo do PT, porque, presidente, o que fazem com o baiano não é brincadeira. Fica a pergunta: se a população baiana sabe quanto tempo cada trabalhador humilde, como a deputada Neusa, precisa trabalhar para sustentar essa farra da arrecadação, essa farra da gestão perdulária, essa farra de uma gestão inconsciente e irracional economicamente dessa linha socialista do governo do PT, que por onde passa é caos, fome e terra arrasada.

E aqui está o estudo da Fundação Getúlio Vargas: são 5 cinco meses que o trabalhador baiano trabalha só para pagar imposto. Qual é a sensibilidade que esse governo tem? Esta aqui: tome mais aumento! Tome mais chumbo nos lombos do trabalhador! Tome mais quebradeira para o setor empresarial! Tome mais tiro nas costas! Porque todos sabem aqui que a população mais carente foi a população que, enganada pela propaganda do PT, levou Lula e Jerônimo ao poder. Todo mundo sabe disso.

E mais, fica a pergunta: qual é a contraprestação que essa sucessiva, castigante, esse nefasto aumento arrecadatório tem promovido para o povo baiano? Que a ideia de tributação e, principalmente, de imposto, que é uma espécie de tributo, é você, em contrapartida, garantir primariamente os direitos sociais que estão no art. 6º da Constituição.

E, aí, vamos para os principais: qual é a contraprestação desse roubo, porque imposto é roubo, sim, quando não há a contraprestação para os bolsos do baiano?

No que tange à saúde, olha qual é: a pior do Brasil. Uma Regulação que é a fila da morte, com os médicos mais mal pagos do país, com unidades hospitalares sucateadas, com pessoas que estão indo para a vala da morte se depender do SUS aqui, no estado da Bahia. É essa a contraprestação.

Qual é a da segurança? O estado mais violento do Brasil. Superamos o Rio de Janeiro que, com todo o respeito aos cariocas, até há pouco tempo era motivo de piada, “o *hell* de Janeiro”, o inferno. O inferno agora é aqui, a Bahia. O estado com a pior remuneração dos policiais militares do país, com a pior estrutura de trabalho. O estado que demoniza desde a sua base, o sistema educacional, os agentes de segurança, e quando este governo tem a oportunidade de se redimir, mandando para a Casa uma proposta de ajuste salarial, dá uma banana para esses que poderiam, com certeza, se fossem bem tratados, colocar a nossa segurança de pé, que são os agentes, apresenta um vergonhoso aumento de 4% apenas, que não repõe a metade da metade da defasagem inflacionária de mais de 8 anos de governo do PT, que beirou os 54%.

Educação, qual é a contraprestação disso? A Bahia tem a pior educação do Brasil. Inclusive, o secretário que promoveu esses índices e que jogou a educação na vala do ostracismo do cenário nacional é, hoje, a pessoa que está sentada na cadeira de governador da Bahia, o Jerônimo Rodrigues.

Educação à distância é nota zero, a pior do Brasil; o maior índice de evasão escolar; o Ideb, índice que mede a avaliação do ensino médio, uma vergonha, o pior dos últimos 3 anos, sempre em penúltimo, último e antepenúltimo, uma vergonha! Não é de se esperar outra coisa de um governo que adota como referência na educação Paulo Freire, que é o grande exemplo de humanidade, que defendeu em suas obras que opositores, bebendo lá das ideias malucas do marxismo, deveriam ser tratados na bala. Esse é o Paulo Freire do amor do PT e essa é a referência da educação.

Infraestrutura, qual é a contraprestação? As piores estradas estaduais do Brasil. Tem estrada que se você fizer fotografia e fizer um comparativo, você, com toda a certeza, vai achar que é uma foto das crateras lunares, porque é uma vergonha; estradas, rodovias estaduais de barro em pleno século XXI são obstáculo ao desenvolvimento econômico em determinadas regiões.

Outro dado, aqui, interessante, a Bahia representa 3% da coleta nacional de tributos e alcançou o montante de R\$ 2,5 trilhões antes do fim de 2022. Ou seja, dinheiro não falta. O que existe é uma má gestão dos recursos, uma gestão perdulária, é a ganância desenfreada, irracional, de um grupo político que não entende o mínimo, não tem a noção básica de economia, que é baseada no princípio de que não se gasta mais do que se arrecada porque o resultado é o déficit das contas públicas. E o pobre, que está na base, sofrendo, se lascando diariamente, com o seu suor sustenta nas suas costas essa âncora.

Olha que bonitinho: a Bahia atingiu 80 bilhões em arrecadação no início deste ano! E eu pergunto: para onde foi essa arrecadação? Onde foi que o governo do PT enfiou essa arrecadação para estar aqui pedindo, mais uma vez, aumento de tributação, para estar aqui, mais uma vez, solicitando empréstimo, com o argumento de que precisa repor despesas. Que vergonha, que falta de respeito e que sacanagem com o bolso do contribuinte!

O ICMS da Bahia é um dos cinco maiores do Brasil, mas, não satisfeito com isso, Jerônimo corre para botá-lo em primeiro como o pior do país. Isso explica, presidente, o fato de a Bahia cair no *ranking* nacional de competitividade, sendo o pior do Brasil... perdão, o 22º pior do Brasil. E o pior do Nordeste. O estado que deveria ser a vanguarda da região envergonha a todos nós, perdendo, com todo o respeito, para o estado aqui do lado, Sergipe, que tem uma densidade territorial infimamente menor que a nossa.

E mais, presidente, para concluir, é possível, sim, adotar outras medidas para repor a arrecadação sem sacrificar o bolso dos baianos. E quais medidas são: que o governo pare de ser (expressão retirada pela Presidência.) e corte na carne; corte comissionados, porque tem o segundo maior índice de comissionados do Brasil; que corte o número de secretarias, 24. O governo Bolsonaro tinha 23 ministérios. O governo do estado tem mais secretarias que o governo federal outrora teve ministérios. E agora, com Lula, já deve beirar os 40, que é o que eles gostam.

Calma, presidente, vamos tentar, pelo menos, adiar o assassinato do bolso do contribuinte baiano. O líder do Governo...

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

E aqui presidente... É que eu tenho 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Diego, 10 minutos para concluir.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Concluindo, com a sua tolerância, porque a voz já não me permite mais, porque até a minha voz o PT roubou. Roubou minha energia e fiquei desse jeito. (Risos) Não é piada! Inclusive,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para concluir presidente, é uma manobra para desestabilizar. Mas vamos lá.

Para concluir, presidente, existem outras maneiras para arrecadar sem sacrificar o bolso, como eu falei: corte comissionados, corte secretarias, pare de fazer investimentos desnecessários... eu não digo investimentos, gastos como, por exemplo, na cultura, financiar exposição de nudez pelo governo do estado, que, inclusive, tem a referência do festival nacional (expressão retirada pela Presidência.), do governo do PT, da Saúde, que usou verba da Saúde. Essa é a forma PT de gerir o recurso público racionalmente.

Finalizando, agora, presidente, todos falam aqui de ciência. O PT gosta muito de se gabar que está ao lado da ciência. Mais uma vez mostrei que a curva de Laffer, a teoria mais bem aplicada para essa situação, mostra que nem sempre o aumento de impostos vai produzir o aumento da arrecadação. Vai chegar o momento em que vai colapsar o sistema econômico porque o setor produtivo vai também entrar em colapso, os agentes privados vão ser oprimidos, a arrecadação vai cair e, aí, a quebradeira vai ser geral. E quem vai pagar a conta? O pobre que está lá, mais uma vez repito, se lascando para sustentar a boa farra do PT.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Diego, o deputado Rosemberg, do PT, tirou até a sua voz. Esse PT não é brincadeira, ouviu, Rosemberg? Não é, deputado Paulo Rangel?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por último, o deputado Luciano Simões, que não está na Casa. Portanto, Ordem do Dia.

Deputado Hilton, deputado Luciano, 1 minuto só.

Deputado Hilton, com a palavra por 3 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, eu, de fato, vou falar rapidamente porque muita coisa foi dita aqui. E, realmente, é impressionante um deputado assumir o microfone desta Casa e dizer que não existe nada para se falar de Jair Bolsonaro. Realmente, é aquela coisa do mundo paralelo mesmo. A gente fica pensando em que planeta um deputado, que precisa estar bem-informado, está para fazer uma observação desse tipo.

Da mesma forma, a gente ouvir aqui esses argumentos de aumento de custo de vida para a população, o povo da Bahia, depois de ter privatizado, vendido a nossa Landulpho Alves e a gente estar passando por essa situação na Bahia de um combustível que não tem controle algum, porque a empresa privada, simplesmente, diz que não vai se referenciar na política nacional de preços dos combustíveis do governo de Lula.

Mas nós temos que nos perguntar por que, nesta tarde, o governo tem que ouvir tanto de uma oposição, que sobe para falar das diversas situações de contradições do governo? De fato, esse projeto abre espaço para uma crítica muito profunda, porque não tem discussão, não tem discussão nesta Casa, não tem discussão com a sociedade. E numa sociedade como a baiana, de fato, extremamente desigual, com o povo marcado por essa situação de pobreza, essa forma que o governo encontrou de fazer o ajuste... ele pensa em fazer um ajuste, porque existe algo que é incontestável: a perda existiu. Parte dessa perda é consequência da gestão Jair Bolsonaro, que não queria saber de nada, só queria saber de criar a imagem, especialmente para aqueles que mais concentraram poder, riqueza e crueldade na história deste país. Mas resolver isso distribuindo por um conjunto do setor comercial e industrial do nosso estado sem pensar que isso vai ter uma consequência generalizada para nossa população, eu acho um pouco demais.

Então, a meu ver, o governo peca. Mais uma vez, mandou um projeto cuja justificativa não chega a uma página. A Assembleia Legislativa precisa se rebelar em relação a isso. Aí a gente fica sabendo que teve, de fato, um estudo que o governo fez tramitar na mão de alguns deputados. Mas cadê o debate da Casa sobre, de fato, o que fundamentou, quais as referências que o governo analisou para tomar essa medida e, principalmente, a previsão dos impactos? Não tem.

Então é difícil. É muito complicado votar em um projeto desse. É muita inconsequência. Por isso, o voto do Psol vai ser contrário, Sr. Presidente. Um voto contrário, especialmente, à posição do governo de não trazer, de não enviar para esta Casa um projeto que tenha fundamentação, que esteja aberto ao debate com os deputados e com a sociedade civil em relação às contradições que ele pode vir a gerar, inclusive para ser reavaliado, se for o caso.

Então, quero que a presidência registre, já antecipadamente, essa informação que o voto do Psol vai ser contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não tem mais oradores para discutir. Em votação, o Projeto de Lei nº 25.091/2023, procedente do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, a gente estava na reunião da Bancada da Oposição, aqui ao lado do Plenário, na antessala. V. Ex.^a está querendo colocar o projeto em votação. Então, solicito uma verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marque o tempo, zere o painel, por favor...

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Vinte e cinco minutos.

O Sr. Alan Sanches: E, depois do quórum, eu quero encaminhar a votação.

O Sr. Vitor Bonfim (fora do microfone): Está certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Tem todo o direito.

Srs. deputados, nós vamos para votação agora, caso tenhamos o número. Então, solicito a todos os deputados que compareçam ao Plenário, pois houve um pedido de verificação de quórum para votação solicitado pelo líder da Oposição, deputado Alan Sanches.

Srs. Deputados, por favor, marquem a presença: Luciano; Hassan; Raimundinho; Euclides Fernandes; Zé Raimundo; Maria del Carmen; Marquinho Viana...

Parlamentar não identificado: Marquinho Viana foi para Fortaleza.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) deputada Ludmilla; Alan Sanches...

O Sr. Alan Sanches: Já dei presença.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Maria del Carmen; Ludmilla...

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone.): Não vai ter quórum, não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Cláudia Oliveira já chegou; Zé Raimundo; Rogério Andrade; Ricardo Rodrigues; Euclides Fernandes; Maria del Carmen está na Casa; Euclides; Zé Raimundo, Rogério chegou. Está faltando mais algum deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alex da Piatã, eu já tinha registrado a presença.

Portanto, há quórum para votação.

Ordem do Dia.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

Por favor, Srs. Deputados, peço que não se ausentem do Plenário para que votemos logo após o encaminhamento do deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deputados e deputadas, a Oposição se faz presente, nesta Casa, desde às 14h30min, justamente para que a gente tentasse, de alguma forma, barrar esse procedimento que V. Ex.^{as} insistem em colocar, que é o aumento da alíquota de mais um imposto, mais uma dificuldade que vai se criar para a população do estado da Bahia, para os comerciantes, para os empresários, diminuindo a nossa competitividade. Recebemos cartas, ligações, mensagens de

mais de 50 entidades, todas contrárias ao aumento da alíquota do ICMS – todas realmente!

Mais uma vez, a gente vê que o governo do Partido dos Trabalhadores – do governo de Jerônimo Rodrigues, de Rui Costa, de Jaques Wagner, de Rosemberg – o que pensa é, justamente, na publicidade. Dinheiro para propaganda tem demais! Escolham qualquer rodovia do estado da Bahia que V. Ex.^{as} vão ver ainda propagandas passadas sendo colocada em novos outdoors.

Então, dessa forma, com muita tristeza, o que vejo hoje é V. Ex.^{as} – 43 deputados – aprovando o aumento da alíquota de um imposto, fazendo isso com a nossa população. Tenho certeza de que, no futuro, todos estarão aqui respondendo pelos seus atos. Mas cada um toca o seu mandato da forma que quer. Hoje, a Oposição – pelo encaminhamento e por toda a discussão que trouxemos – está votando contrário a essa extorsão no bolso do contribuinte, do comerciante, do empresário. Até o final, seremos contra o aumento de qualquer tipo de imposto que vá prejudicar a nossa população.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Então, o encaminhamento, Sr. Presidente, é o voto contrário ao aumento da alíquota do ICMS.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, vou colocar...

Deputado Rosemberg para encaminhar.

O Sr. Rosemberg Pinto: O encaminhamento, Sr. Presidente, é na defesa dos deputados da Base do Governo. O entendimento é que esse projeto traz uma redução significativa do ponto de vista das tarifas de energia e de telecomunicações, saindo de 27% para 20%. O que equilibra bastante os custos das empresas e, também, das pessoas físicas.

Nesse sentido, nós orientamos votar pela aprovação do projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.091/2023, em discussão única, com os votos contrários dos deputados Alan Sanches, Hilton Coelho, Diego, Leandro, Luciano, Robinho, Penalva, Júnior Nascimento e Tiago Correia.

PROJETO DE LEI Nº 25.091/2023

Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 15 -

I – 20,5% (vinte e meio por cento):

.....” (NR)

Art. 2º - O inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 15 -

I-.....

.....

g) nas operações com energia elétrica, inclusive na entrada oriunda de outra unidade da federação;

h) nas prestações de serviços de comunicação e telecomunicações de qualquer natureza;

.....” (NR)

Art. 3º - Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996:

I - a alínea “i” do inciso II do caput do art. 16;

II - o inciso V do caput do art. 16.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - 90 (noventa) dias após a data da publicação para o art. 1º, exceto em relação às operações com energia elétrica e prestações serviços de comunicação e telecomunicação, cujos efeitos ocorrerão a partir de 1º de janeiro de 2024;

II - a partir de 1º de janeiro de 2024, para os arts. 2º e 3º.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu quero só que V. Ex.^a, por favor, registre o nome de cada deputado da Oposição que votou contrário...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu já citei os nomes.

O Sr. Alan Sanches: (...) para deixar registrado nas atas, aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu quero que a Taquigrafia registre.

O Sr. Alan Sanches: Obrigado.

Júnior Muniz, você votou contra ou a favor?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, então, nós encerramos a votação, mas é bom que a Oposição e, claro, todos os demais deputados observem que isso está a ocorrer por falta de ação do Congresso

Nacional. Há dezenas de anos que se fala na reforma tributária para unificar, para mudar, para colocar o IVA. Por isso que fica essa guerra dos estados, que se traduz neste debate de diferença do ICMS de um estado para outro – como foi hoje aqui.

Então, ainda está em tempo de o Congresso Nacional, ouvindo essa oposição e o clamor do Brasil, fazer a reforma tributária para acabar...

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) com essa confusão.

Pois não.

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, eu quero convocar todos que votaram pela aprovação do aumento da alíquota do ICMS para tirar uma fotografia para gente mandar... (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Robinho: Todos que votaram favorável ao aumento da alíquota do ICMS tirar uma fotografia para botar nos jornais.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Os deputados ainda estão na Casa.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Kátia Oliveira, Olívia Santana, Ricardo Rodrigues, Samuel Júnior e Sandro Régis. (07)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.